



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E
TRANSFORMAÇÕES NA REDE DE CIDADES: ESTUDO
COMPARATIVO DE REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
NAS UNIDADES FEDERATIVAS DE TOCANTINS E BAHIA, BRASIL**

Orimar Souza Santana Sobrinho

Tese de Doutorado

Brasília-DF: Julho/2023



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E
TRANSFORMAÇÕES NA REDE DE CIDADES: ESTUDO
COMPARATIVO DE REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO
NAS UNIDADES FEDERATIVAS DE TOCANTINS E BAHIA, BRASIL**

Orimar Souza Santana Sobrinho

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Tese de Doutorado

Brasília-DF: Julho/2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ata Nº: 24

Aos Vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e Vinte e Três, instalou-se a banca examinadora de Tese de Doutorado do aluno ORIMAR SOUZA SANTANA SOBRINHO, matrícula 18/0068971. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. VALNEY DIAS RIGONATO /MEMBRO EXTERNO/UFOB, Dr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO /MEMBRO EXTERNO/PPGA/FACE-UNB, Dr. WILLIAM RODRIGUES FERREIRA /MEMBRO EXTERNO/UFU, Dra. MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA/MEMBRO INTERNO/PPGGEA-UNB - (Suplente) e Dr. FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO/MEMBRO INTERNO/PPGGEA-UNB, orientador/presidente. O discente apresentou o trabalho intitulado “Reestruturação produtiva da agropecuária e transformações na rede de cidades: estudo comparativo de regiões produtivas do agronegócio nas unidades federativas de Tocantins e Bahia, Brasil.”.

Concluída a exposição, procedeu-se a arguição do(a) candidato(a), e após as considerações dos examinadores o resultado da avaliação do trabalho foi:

- (x) Pela aprovação do trabalho;
- () Pela aprovação do trabalho, com revisão de forma, indicando o prazo de até 30 dias para apresentação definitiva do trabalho revisado;
- () Pela reformulação do trabalho, indicando o prazo de (Nº DE MESES) para nova versão;
- () Pela reprovação do trabalho, conforme as normas vigentes na Universidade de Brasília.

Conforme os Artigos 34, 39 e 40 da Resolução 0080/2021 - CEPE, o(a) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO / PPGGEA-UNB

(Orientador / Presidente)

Dr. VALNEY DIAS RIGONATO / UFOB

(Membro Externo)

Dr. JOÃO MENDES DA ROCHA NETO /PPGA-FACE-UNB)

(Membro Externo)

Dr. WILLIAM RODRIGUES FERREIRA / UFU

(Membro Externo)

Dra. MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA / PPGGEA-UNB

(Membro Interno - Suplente)

ORIMAR SOUZA SANTANA SOBRINHO

(Doutorando)



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luiz Araujo Sobrinho, Chefe do Departamento de Geografia - GEA do Instituto de Ciências Humanas**, em 20/07/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Orimar Souza Santana Sobrinho, Usuário Externo**, em 21/07/2023, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **William Rodrigues Ferreira, Usuário Externo**, em 22/07/2023, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Valney Dias Rigonato, Usuário Externo**, em 26/07/2023, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **João Mendes da Rocha Neto, Pesquisador(a) Colaborador(a) Pleno(a) do Programa de Pós-Graduação em Administração da FACE**, em 26/07/2023, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9881016** e o código CRC **888CE66C**.

Referência: Processo nº 23106.069166/2023-62

SEI nº 9881016

Sr Souza Santana Sobrinho, Orimar
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E TRANSFORMAÇÕES
NA REDE DE CIDADES: ESTUDO COMPARATIVO DE REGIÕES PRODUTIVAS
DO AGRONEGÓCIO NAS UNIDADES FEDERATIVAS DE TOCANTINS E
BAHIA, BRASIL / Orimar Souza Santana Sobrinho; orientador
; co-orientador Fernando Luíz Araújo Sobrinho. -- Brasília,
118 p.

Tese (Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília,

1. Reestruturação Produtiva da Agropecuária. 2. Rede
Urbana. 3. MATOPIBA. 4. Mesorregião Oriental do Tocantins e
Mesorregião Extremo Oeste Baiano. 5. Agronegócio. I. , ,
orient. II. Araújo Sobrinho, Fernando Luíz, co-orient. III.
Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Orimar Souza Santana Sobrinho

Dedico à minha mãe **Vanda**, símbolo do meu carinho por toda essa família amada e à memória indelével do meu pai **Dé**.

À minha comadre Ana Cláudia e meu Compadre Jorge por me darem Kauê, um presente de amor.

À Wellington, companheiro de enfrentamentos e de resistência.

Agradecimento(s)

O anseio de aprender e conhecer me acompanham, mesmo com as insistentes vicissitudes das agruras cotidianas que teimaram em obstruir alguns percursos da minha trajetória, mas minha família esteve sempre por perto me amparando.

A conclusão desta tese de doutorado é parte importante da superação de muitos desafios enfrentados, mas com a ajuda vigilante de Paula Benevides tudo ficou mais agradável.

Encontrei nesse caminho pessoas como Daniel Viana e Rodrigo Gouvêa que pela excepcional capacidade de ajudarem, me motivaram para seguir em frente. Com esses amigos aprendi a olhar pra trás sempre para sentir orgulho em vencer mais uma etapa e assim fui aprendendo a afastar o desejo de fugir e renovar o desejo de buscar.

No trajeto dessa macha que venho percorrendo rumo ao conhecimento muitas pessoas apareceram e ficaram outros se foram para trilhar seus próprios caminhos e assim sigo com o coração repleto de amor e gratidão. Por isso, peço desculpas se por acaso esquecer o nome de alguém, mas tenha certeza que a minha gratidão não apagará sua imagem. Tenho na memória e na alma a importância de cada um e de cada uma.

Na PUCMinas enfrentei o primeiro desafio ao escolher “Geografia com ênfase em Geoprocessamento” para iniciar minha formação e começar a delinear minha carreira profissional vida afora. Foram muitos colegas, professores e servidores e lembrando agora de Juiana Trindade e Leonardo Carvalho (Leo) que me estenderam mãos carinhosas e que me ajudaram a manusear o computador. Já Ana Márcia, Paulo Fernando, Paulo Rogério, Luciana Felício, Ivana Arruda, Júlia Calvo e muitos outros me motivaram a decifrar as dificuldades das disciplinas, além de muita ajuda financeira, recebam portanto minha eterna gratidão.

Durante minha experiência no Mestrado a responsabilidade aumentou, pois tratava-se de minha casa acadêmica e por isso o empenho e a dedicação deveriam seguir na mesma proporção. Mas confesso que não foi sacrifício pois contei com amigos antigos e novos e professores que me ajudaram a consolidar o conhecimento e elaborar meus objetivos. Foi daqui que também nasceu a possibilidade de finalizar ao projeto de Mestrado em Palmas, capital do Tocantins, com apoio e carinho do Professor Alexandre Diniz e da Professora Ana Márcia.

Em diferentes pontos do interior do Tocantins conheci gente feliz, trabalhei e deixei amigos. Em Pindorama, aprendi muito executando a proposta do PRONATEC. Em Arraias, foram dois anos intensos na UFT, atuando no Curso de Pedagogia e colaborando com a

Educação do Campo, Turismo Patrimonial e Socioambiental e o PARFOR. Quanta saudade das descobertas, dos desafios e das risadas felizes na porta do Havari Hotel com Ranuzio, Deusinha, Mary Diomas e os hóspedes que passavam. Foram tantos amigos, a maioria dos servidores amigos queridos que dividíamos as refeições, professores carinhosos e prontos para ajudar a desvendar as burocracias inerentes à função.

Em Araguaína de forma remota na UFNT, os temores da pandemia e a superação de obstáculos na convivência à distância foram fundamentais para realizar trabalhos desafiadores. Gratidão aos colegas e estudantes que tanto me ajudaram.

Em Palmas, desde minha chegada senti que era meu lugar pra ficar, trabalhar, fazer amigos e buscar a felicidade na simplicidade cotidiana da cidade. Aqui, já tenho amigos que parecem de infância como Luiz Otávio, Graça, Tales, Bebel, Ana Barroca, Clara, Neném, Ariela, Juliana, Lúcia e Peterson, Leide e Ildo, Afonso e Fabiana e tantos outros.

A experiência no CRAS do Aurenny III e servidores determinados que me ensinaram tanto do SUAS e que também na SEDES colaborando no PETI, oportunizaram intensa convivência e trocas diversas, múltiplas e simultâneas de sentimentos e de conhecimentos.

Meus vizinhos/amigos queridos me lembram todo dia que se pode trocar amor e também procurar aquele ingrediente que faltou na sua receita, Nerismar e Mardem, Lorenzo e Miguel; Sirley, Paulo e Augusto, Mary com as caronas e Lílian e Bia.

A experiência da UnB não é fácil descrever mas, estou de certo de que corresponde ao período em que pude dedicar inteiramente aos meus sonhos, planos e medos. E ali, fui aos poucos realizando sonhos, executando planos antigos e criando novos e vencendo medos. Naquele burburinho não se pode esquecer das instruções truncadas do Sr. Jorge com o Sr. Agnelo. Grande apoio do Professor Juscelino, aprender o que é a técnica com Professor Everaldo e o que é de fato Geografia Econômica com a Professora Shadia. Os embates teóricos e conceituais no GeoRedes com Vítor, Larissa, Cinthia, André e Werlen. Parceria firme com Tiago Rufo, encomendas de geoprocessamento para Carla Guldani, Wagner, Celso e Joesley, Juliana e Fabrício salvando a grana da sobrevivência.

Assim, nesse misto de dedicação, desafios e expectativas, eu encontrei apoio permanente do meu Orientador Professor Fernando Luiz, o amigo e parceiro intelectual de tantas voltas no Brasil e no Mundo, sem ignorar o papel fundamental da Assistência Social da Universidade me conferindo o direito à moradia na Colina e alimentação no Restaurante Universitário.

De modo muito especial, nunca me esquecerei de agradecer a Ana Márcia e Alexandre Diniz por tanta ajuda e dedicação em diferentes momentos dessa caminhada.

Nada mais difícil, quando se procura um caminho, que descobrir se a força que nos empurra vem do desejo de fugir ou do desejo de buscar. Talvez, em algum nível bem profundo, nem haja qualquer diferença entre esses desejos.

Pierre Verger

RESUMO

Existe consenso no Brasil sobre o novo ordenamento do território ocasionado pelo movimento de reestruturação da agropecuária. Considerando um recorte territorial específico para estudo composto pela Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano observou-se que as transformações que vem ocorrendo nessas mesorregiões alteram consideravelmente as relações de produção e os modos de vida dos grupos sociais no âmbito dos municípios, bem como em suas cidades sedes. Desse modo, tem-se por pressuposto que a reestruturação da produção agropecuária e seus desdobramentos não se processa de forma homogênea no recorte territorial da pesquisa e assim, produz rebatimentos diferenciados no ordenamento do território, na vida das pessoas e principalmente no interior das cidades desse segmento de rede urban. Pelo exposto, tem-se que o objetivo central da tese é estudar as transformações, ocasionadas pelo movimento de reestruturação da produção agropecuária na rede de cidades da Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano. Alguns resultados indicam, por um lado, a ocorrência de padrões espaciais formando grupos de municípios na Mesorregião Extremo Oeste Baiano onde as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de produção agrícola, crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população e, por outro lado, na Mesorregião Oriental do Tocantins a abertura recente desse espaço para a fronteira de produção agrícola enfrenta as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade, com população pouco densa e desarticulados entre si, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transacional que realizam a instrumentalização do território.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva da Agropecuária; Rede Urbana; MATOPIBA; Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano; Agronegócio.

ABSTRACT

There is a consensus in Brazil about the new territorial organization caused by the restructuring movement of agriculture and cattle-raising. Considering a specific territorial cutout for this study composed of the Mesoregion of Eastern Tocantins and the Mesoregion Far Western of Bahia, it was possible to observe that the transformations that have been occurring in these mesoregions have considerably altered the relations of production and the ways of life of social groups in the scope of the cities, as well as in their main cities. In this way, it is assumed that the restructuring of agricultural and cattle raising production and its unfoldings are not processed homogeneously in the territorial section of the research, and thus produce different repercussions in the territorial planning, in people's lives, and especially within the cities of this segment of the urban network. The main objective of this thesis is to study the transformations caused by the restructuring of agricultural production in the network of cities of the Mesoregion of Eastern Tocantins and in the Mesoregion of Far Western of Bahia. Some results indicate, on one hand, the occurrence of spatial patterns forming groups of cities in the Mesoregion Far Western of Bahia where the agroindustrial networks crystallized high patterns of agricultural production, economic growth, and social development in the relations between places and population and, on the other hand, in the Mesoregions of Eastern Tocantins, the recent opening of this space for the agricultural production frontier faces the limited possibilities of small urban centers marked by rurality, with few dense population and disarticulated among themselves, inhibiting the presence of large companies of transactional capital that perform the instrumentalization of the territory.

Keywords: Productive Restructuring of Agriculture and Cattle Ranching; Urban Network; MATOPIBA; Mesoregion of Eastern Tocantins and Mesoregion Far Western of Bahia; Agribusiness.

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 1: Mapa de localização do recorte territorial de estudo 13

Seção 1 - OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO

Figura 1: Mapa de localização do recorte espacial deste estudo 26

Figura 2: Recorte Espacial: núcleos pioneiros de povoamento e grandes rios 29

Figura 3: Quadro de informações dos municípios pioneiros 29

Figura 4: Mapa de localização das ferrovias no Brasil e nas mesorregiões de estudo 31

Figura 5: Mapa da Rede Urbana das Rodovias 34

Figura 6: Quadro com a relação de municípios 34

Figura 7: Mapa da Rede Urbana da Fronteira Agrícola 37

Figura 8: Mapa da hierarquia urbana dos municípios das Mesorregiões – 2020 38

Seção 2 - APTIDÃO AGRÍCOLA E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E DA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO

Figura 1: Mapa de localização do recorte territorial com os municípios deste estudo 51

Figura 2: Quadro com a relação dos municípios do Mapa 1 52

Figura 3: Mapa da Representação espacial e temporal da produção agrícola dos municípios 2000/2010/2020 57

Figura 4: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados – 2000 59

Figura 5: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados – 2010 61

Figura 6: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados – 2020 62

Seção 3 - OCUPAÇÃO PIONEIRA, FORMAÇÃO DA REDE URBANA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM REGIÕES PRODUTIVAS DO TOCANTINS E DA BAHIA

Figura 1: Mapa de localização do recorte espacial de estudo	73
Figura 2: Distribuição da população 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010 nos municípios.	81
Figura 3: Distribuição espacial do IDH-M 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010.....	83
Figura 4: Distribuição espacial IDH-M Educação 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010.....	84
Figura 5: Distribuição espacial IDH-M Longevidade 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010...	85

Seção 4 - QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Figura 1: Mapa de localização da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano	97
Figura 2: Tabela do Porte Demográfico dos Municípios-2000/2010	103
Figura 3: Tocantins e Bahia: origem da população 2000/2010	105
Figura 4: Mapa da distribuição Espacial das Áreas e dos Estabelecimentos Rurais na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano	108

SUMÁRIO

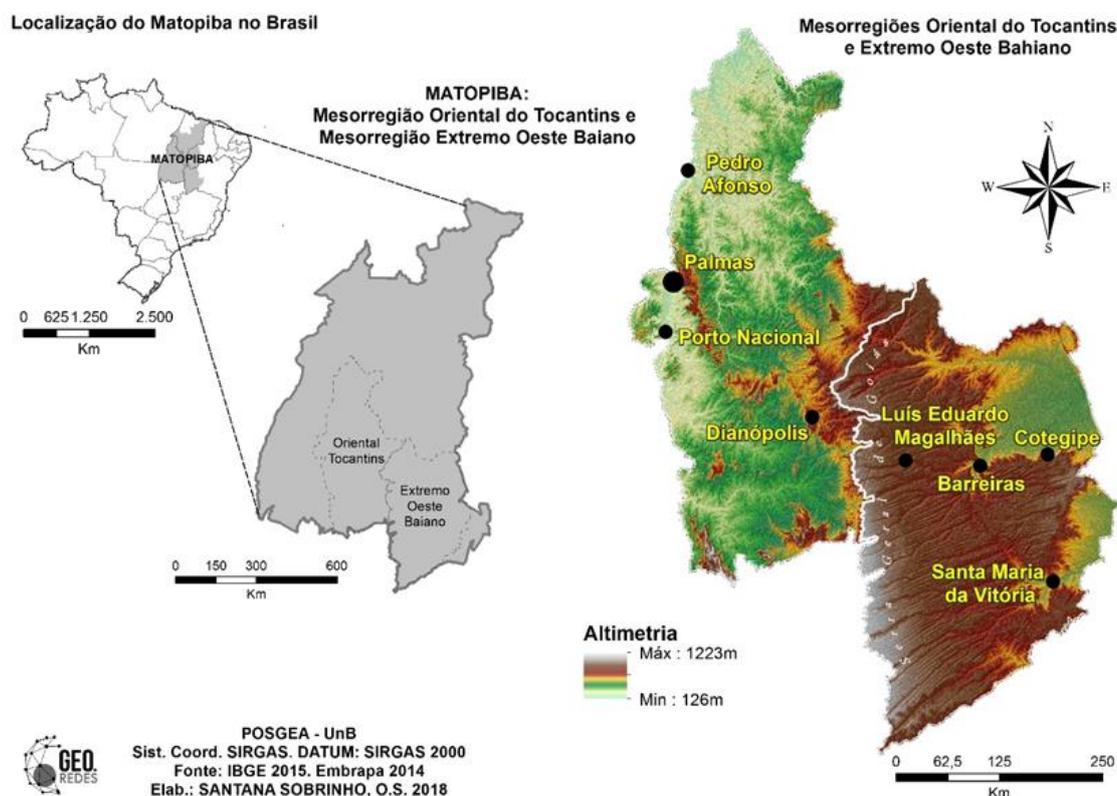
INTRODUÇÃO.....	13
Seção 1. OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO	21
Seção 2. APTIDÃO AGRÍCOLA E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E DA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO.	43
Seção 3. OCUPAÇÃO PIONEIRA, FORMAÇÃO DA REDE URBANA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM REGIÕES PRODUTIVAS DO TOCANTINS E DA BAHIA	67
Seção 4. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA.....	89
5. CONCLUSÕES	112
REFERÊNCIAS.....	115

INTRODUÇÃO

Há considerável desarmonia no movimento de ocupação e povoamento que no longo tempo vem diferenciando e particularizando a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano (ver Mapa 1). As incursões dos colonizadores cristalizaram idiossincrasias nas relações territoriais em que muitas até hoje permanecem quase inalteradas, enquanto outras, mais recentes, emergem com rebatimentos contundentes no ordenamento do território, na vida das pessoas e no interior das cidades.

A marcha colonizadora que seguiu explorando grandes cursos d'água, como o Rio Tocantins e o Rio São Francisco a partir do início do século XVI, prosseguiu também pelo território oportunizando a formação de novas áreas de domínio no Brasil Colônia. A formação dos limites territoriais de Portugal ampliou o espaço colonial, possibilitou a criação de nucleações de povoamento e pressionou a exploração de recursos que teve, na mineração, a atividade econômica pioneira.

Figura 1: Mapa de localização do recorte territorial de estudo



Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesse sentido, até a primeira metade do século XVII, o “interflúvio Araguaia-Tocantins” marca o processo histórico de povoamento descrito por Schwartz e Lockart (2002 apud SANTOS, 2008, p. 66) pois, nessa ocasião, a confluência dos rios Araguaia-Tocantins representa o vínculo mais forte estabelecido no sentido sul-norte nessa porção do território colonial. Inicialmente, a dinâmica regional no Estado do Grão-Pará e Maranhão se efetiva por meio das ligações fluviais e posteriormente terrestres, representando os primeiros fluxos utilizados entre o atual território tocantinense e o resto da colônia portuguesa ao sul. (SANTOS, 2008; MATTEO et al, 2016).

Sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial, a região do atual Oeste Baiano principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. No final do século XVI e durante todo o século XVII, sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes, impulsionados por decisões de lideranças políticas, a mando da corte lusitana, que eram favoráveis à aceleração do processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários à margem esquerda do rio São Francisco (ALMEIDA, 1967 apud SANTOS, 2016).

Por um lado, no território do atual Tocantins, a mineração é precursora das atividades produtivas ao ser sucedida pela pecuária que, por meio de frentes pioneiras, implementou novas opções de sobrevivência e permanência das pessoas nos lugares. Por outro lado, desde sua origem, o atual Extremo Oeste Baiano tem, na abertura das fazendas e currais para criação de gado na margem esquerda do Rio São Francisco, os primeiros sinais de formação dos núcleos urbanos. Assim, é a pecuária que se expande como possibilidade econômica nas duas regiões analisadas, sem perder de vista a agricultura nos moldes coloniais de produção, que garante a subsistência e paulatinamente se firma como atividade econômica ao aumentar lentamente a produção de excedente agrícola nos núcleos urbanos da frágil realidade regional.

Por muito tempo, em diferentes lugares dessa região perdurou uma involução socioeconômica severa e assíncrona, onde do lado tocantinense persistia a realidade de uma miríade de pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade, pouco densos, espacialmente difusos e desarticulados. Já do lado baiano, os municípios de Barra e Barreiras permaneceram alternando o comando da rede urbana regional pouco dinâmica, mas portadora de relações intermunicipais que subsistiram mesmo com fracas relações socioeconômicas.

Até o início do Século XX, nessa região, a circulação de pessoas e bens era favorecida pela navegabilidade de grandes cursos d’água, como o rio São Francisco e o rio Tocantins. Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, os trilhos assumiram importante papel no

contexto socioeconômico do país e de modo incipiente na porção norte de Goiás. “A ferrovia passou a ser o meio mais eficiente de ligação” entre os portos da costa brasileira e as economias regionais do interior (CASTILHO, 2014, p. 67).

Por razões que não cabem pormenorizar aqui, a partir da primeira metade do Século XX cresce o desinteresse pelas ferrovias, tanto por parte do Estado ao reduzir investimentos e outros incentivos, quanto por parte da iniciativa privada ao diminuir a pressão para ampliação dos sistema com novas linhas de ligação e melhorias das condições de tráfego etc. Assim, principalmente a partir dos anos 1960, na Bahia começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes, visando romper o desenvolvimento retardatário da região oestina.

Nesse contexto, merece destaque o movimento para a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 que, posteriormente, estabeleceu ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições rústicas, mas possibilitando prolongamentos consideráveis de Barreiras com o estado do Piauí, com Santa Maria da Vitória e de lá com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a importante conexão da BR-349 ligando centros como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves com Mansidão (POMPONET, s/d; SANTOS FILHO, 1989; BRASIL, 2015 apud SANTOS, 2018).

No território correspondente ao atual estado do Tocantins, a implantação recente da ferrovia ainda não ocasionou impactos na economia local, tampouco nas formações de novos fluxos materiais ou imateriais, diferentemente das profundas transformações no seu espaço geográfico a partir da década de 1960, com a abertura da sua principal artéria viária, a Rodovia BR-153, também conhecida como Rodovia Belém-Brasília ou Transbrasiliana, que atravessa longitudinalmente o Estado. Sua implantação promoveu o deslocamento do eixo de circulação econômica da porção norte de Goiás, antes mediatizado pelo rio Tocantins; induziu a abertura de vias transversais e foi a partir dela que redirecionaram e incentivaram os movimentos populacionais até então verificados no norte de Goiás e, além disso, possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos fundamentando a estruturação da rede urbana no Tocantins (BORGES; SOUZA; PEREIRA, 2014, p. 62; BECKER, 1979, p. 48; AJARA et al, 1991, p. 7).

Em que pese as transformações ocasionadas pela BR-153 no norte goiano, no que se refere especificamente à Mesorregião Oriental do Tocantins, a presença da rodovia não provocou a imediata criação de novos eixos de ligação transversais, tampouco o aparecimento de novas cidades ou mudanças na dinâmica daquelas existentes desde o ciclo da mineração. Foi após 1988, ano em que se tornou o “26º Estado da Federação que o Tocantins assistiu a uma grande expansão da sua rede rodoviária”, especialmente no que se refere tanto à sua abrangência espacial quanto à extensão da malha, principalmente das vias pavimentadas. Somente a partir de 1991 que o traçado rodoviário pavimentado foi acrescido de pequenos trechos latitudinais que promoviam ligações com alguns municípios, [principalmente com a capital Palmas – TO-080 - e desta com a artéria central, BR-153] (BORGES; SOUZA; PEREIRA, 2014, p. 62).

Para Moreira (2007), na virada dos séculos XIX – XX, e com grande velocidade, os espaços passaram a se organizarem quase automaticamente sob um só modo de produção, unificando os interesses dos mercados e a diversidade da vida de relações dos grupos sociais, suprimindo a identidade cultural dos modos mais tradicionais de produção e de solidariedade existentes. Essa “uniformidade técnica” traz consigo uma “desarrumação sócio-ambiental” em escala até então inimaginável. Para Moreira (2007), no caso brasileiro, ao “rearrumar” os espaços sob um padrão único, essa uniformidade de organização prejudica ou destrói o modo de vida com que a população até então se reconhecia.

A partir dos anos 1970, na Mesorregião Extremo Oeste Baiano acentua-se a afluência de um conjunto diversificado, solidário e também contraditório de objetos técnicos e fatores econômicos que são requeridos pela agropecuária tecnificadas, para operar a expansão dos modernos “sistemas de objetos e dos sistemas de ações” preconizados por Santos (2006, p. 38-39). Nessa região, essa nova realidade possibilitou o aparecimento dos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas. Assim, uma sucessão de transformações e procedimentos mais modernos passaram a alterar com profundidade, e de modo permanente, a base técnica que historicamente subsidiou o funcionamento dos sistemas produtivos tradicionais da agropecuária na Mesorregião Extremo Oeste Baiano e, posteriormente, na Mesorregião Oriental do Tocantins.

É nesse contexto que se insere a Região Produtiva Agrícola (RPA) denominada e caracterizada por Elias (2011) e que tem no MATOPIBA brasileiro, abrangendo a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano, seu legítimo representante. Portanto, o movimento de incorporação de diferentes regiões de Cerrado, na contemporaneidade da fronteira de recursos do País, materializa-se no MATOPIBA. Essa

expressão designa uma contiguidade geográfica de partes de Cerrado dos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e de todo Tocantins, e simultâneas descontinuidades em diferentes lugares desse território.

Com efeito, essa região produtiva irrompe pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014, p. 2). Esses autores fazem parte da equipe técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que elaborou a delimitação do MATOPIBA. Para eles, as mudanças no uso e ocupação das terras nessa região se devem a alterações no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980 [ocasionado principalmente] pelo desmatamento” (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014, p. 2).

Miranda, Magalhães e Carvalho (2014) destacam ainda que a “velocidade das mudanças no uso e na ocupação das terras no oeste baiano, entre 1985 e 2010”, produziu uma dinâmica nova devido à substituição muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados por agriculturas mecanizadas e áreas de irrigação. E que também transformou áreas urbanas vizinhas em polos de desenvolvimento ou de crescimento econômico, pois, em muitas cidades dessas regiões, materializam-se os fenômenos que vêm mudando o conteúdo urbano e rural dos lugares com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014, p. 2).

Desse modo, a realidade pouco dinâmica até meados do Século XX desse recorte territorial recebe, em diferentes períodos e condições diferenciadas, a afluência de um conjunto diversificado de objetos técnicos e fatores econômicos que são requeridos pela agropecuária moderna, para operar a expansão da agropecuária moderna e que fazem aparecer os novos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas. Assim, uma sucessão de transformações e procedimentos mais modernos passaram a alterar, com profundidade e de modo permanente, a base técnica que historicamente subsidiou o funcionamento dos sistemas produtivos tradicionais da agropecuária, tanto na Mesorregião Oriental do Tocantins e mais fortemente na Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Por essas razões, dentre outras, as transformações que vêm ocorrendo nessas mesorregiões alteram consideravelmente as relações de produção e os modos de vida dos grupos sociais no âmbito dos municípios, bem como em suas cidades sedes. São modificações

do seu conteúdo urbano e rural organizando assim uma nova construção do espaço para um novo funcionamento do território.

Neste sentido e considerando a “NORMA PARA A ELABORAÇÃO GRÁFICA DAS DISSERTAÇÕES E TESES” da Universidade de Brasília (UnB) amparada pela “Resolução nº 1 do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB de 23 de setembro de 2013”, este trabalho de Tese de Doutorado em Geografia é finalizado a partir dos artigos científicos e capítulo de livro publicados com temas intrínsecos ao escopo da tese.

Assim, o problema central desta tese reside no pressuposto de que a reestruturação da produção agropecuária e seus desdobramentos não se processam de forma homogênea no recorte territorial da pesquisa e, assim, produzem rebatimentos diferenciados no ordenamento do território, na vida das pessoas e principalmente no interior das cidades da Mesorregião Extremo Oeste Baiano e da Mesorregião Oriental do Tocantins.

A desigual distribuição espacial da produção agropecuária entre os lugares dessa região origina, por um lado, padrões espaciais formando grupos de municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, onde as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de produção agrícola, crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população e, na Mesorregião Oriental do Tocantins, por outro lado, a abertura recente desse espaço para a fronteira de produção agrícola, a presença incipiente das redes agroindustriais do agronegócio, os constrangimentos naturais do solo que impedem a produção em larga escala na maioria dos municípios, têm agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transacional que realizam a instrumentalização do território.

A partir do exposto, tem-se que o objetivo central da tese é estudar as transformações ocasionadas pelo movimento de reestruturação da produção agropecuária na rede de cidades da Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Sem a pretensão de esgotar pesquisas e debates sobre o tema, essa tese se divide em cinco seções que se comunicam a partir desta introdução e visam comunicar o modelo de organização das atividades produtivas, das condições de produção dos municípios, de aspectos da rede urbana e da distribuição da população deste recorte territorial.

Assim, no primeiro estudo resultado da tese intitulado: Os Períodos do Território e a Formação da Rede Urbana na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano, trata-se do movimento de ocupação e povoamento da região estudada e mostra uma configuração regional a partir dos rios como elemento central no movimento de

penetração para o interior do território colonial brasileiro, a atividade de mineração, a pecuária e a agricultura de subsistência como precursoras das condições materiais da economia regional, caracterizando portanto a Rede Urbana dos Rios.

Em momento subsequente, para substituir a rede ferroviária subutilizada e sem perspectivas de alterações estruturais, tem-se um momento promissor com a construção de novas estradas e melhoria de outras existentes, configurando portanto a Rede Urbana das Ferrovias e Rodovias. Essa etapa possibilitou compreender as principais mudanças no sistema de circulação do País e as principais mudanças ocorridas na dinâmica das trocas do recorte territorial estudado.

Por fim, a caracterização da Rede Urbana da Fronteira Agrícola mostra alterações significativas no padrão da rede onde se concentra a pujança da produção agropecuária, pois são essas cidades que ganham significativa expressão no comando de tal seguimento da rede urbana.

Considerando as peculiaridades que marcam os diferentes períodos do movimento de ocupação da região e o fenômeno mais recente de reestruturação produtiva da agropecuária, este vem requisitando acréscimos técnicos e outras alterações nos sistemas produtivos tradicionais, ocasionando rebatimentos na vida das pessoas e no interior das cidades.

Na Segunda seção o estudo tem por título: Ocupação Pioneira, Formação da Rede Urbana e Distribuição Espacial de Indicadores Socioeconômicos em Regiões Produtivas do Tocantins e da Bahia, o objetivo central foi o de compreender as condições de formação da rede urbana do recorte territorial analisado e as relações que se formaram com a distribuição espacial de indicadores como PIB Per capita e IDH-M no período de 2000 a 2010.

O estudo parte do pressuposto que o processo histórico de ocupação e formação dos núcleos urbanos condicionaram a concentração da população e das atividades em municípios específicos e, portanto, neles ocorrem as melhores condições de vida e de desenvolvimento humano. Os resultados ajudam a compreender os processos pretéritos que condicionaram o aparecimento das cidades da região, bem como outros fatores que no longo tempo, garantiram a permanência e as transformações ocorridas na dinâmica do desenvolvimento humano desse segmento de rede urbana.

Temos por certo o ordenamento do território dessa região por meio de adequações que são requeridas para receber a agricultura tecnificada e que opera por instrumentos de tecnologia sofisticada e cada dia mais exigente para alimentar seu sistema produtivo. E, ademais, existem produtos que estão presentes na história da produção agrícola desse recorte territorial e que, por várias razões, pode haver rupturas na apuração de dados históricos de

produção para determinado município/período/produto. Além disso, fica evidente a acentuada concentração da produção e das principais alterações na área plantada da Mesorregião Extremo Oeste Baiano vis-à-vis a Mesorregião Oriental do Tocantins.

Por essa razão, na terceira seção o estudo realizado, denominado Aptidão agrícola e concentração da produção em municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, objetivou-se analisar a marcha pioneira de produtos agrícolas que compõem a concentração espacial da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, considerando os dados da série histórica, das culturas temporárias e permanentes de 2000, 2010 e 2020, disponibilizados na pesquisa de PAM realizada pelo IBGE.

Tem-se por princípio que o aumento crescente da produção de commodities agrícola nessa região induziu a materialização de profundas transformações territoriais para adequações aos novos sistemas produtivos.

Assim, para realizar a quarta seção o estudo chamado Questão Agrária e Estrutura Fundiária em Regiões Produtivas do Agronegócio no MATOPIBA, definiu-se como objetivo geral a realização da comparação dos dados do Censo Agropecuário de 2006 em relação ao Censo Agropecuário de 2017, observando, com prioridade, as mudanças no porte demográfico, nas áreas produtivas e no número de estabelecimentos rurais dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Este estudo se divide em 6 partes principais que se comunicam, considerando os elementos pré-textuais para organizar o arcabouço da estrutura formal do trabalho.

A introdução apresenta o contexto que idealizou a proposta de tese com a problematização de questões que são investigadas e mostradas nos quatro trabalhos publicados ou aguardando confirmação da publicação, formando assim cinco seções que em sequência explicam pontos importantes da rede urbana regional, da população, dos municípios e dos desdobramentos ocasionados pelo movimento de reestruturação da agropecuária no recorte territorial estudado. Em seguida, o capítulo das conclusões discorre sobre resultados obtidos nos estudos realizados e, por fim, apresentam-se as referências utilizadas para elaborar esta entrega do trabalho final da tese.

Seção 1. OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO

Link para acesso online:

GEOFRONTER. EDIÇÃO: v. 8 (2022)

Como citar:

Souza Santana Sobrinho, O., & Luiz Araújo Sobrinho, F. (2022). OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO. GEOFRONTER, 8. Recuperado de <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7088>

Disponível em:< <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7088>> Acesso em 19/05/2023.

LICENÇA



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Os autores concedem à revista GEFRONTER os direitos autorais sobre o texto aceito para publicação. Autorizações especiais podem ser concedidas mediante aceite do editor do periódico.

**OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA
MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO
OESTE BAIANO**

**THE TERRITORY PERIODS AND THE FORMATION OF THE URBAN
NETWORK IN THE MESOREGION OF EASTERN TOCANTINS AND IN THE
MESOREGION FAR WEST OF BAHIA**

**LOS PERÍODOS DEL TERRITORIO Y LA FORMACIÓN DE LA RED URBANA EN LA
MESORREGIÓN DEL ESTE DE TOCANTINS Y EN LA MESORREGIÓN DEL
EXTREMO OCCIDENTAL DE BAHÍA**

Orimar Souza Santana Sobrinho¹

Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

Resumo: Este artigo recorre a uma proposta de periodização com abordagem histórico-geográfica para caracterizar a rede urbana dos rios desde o século XVI até a primeira metade do século XIX, seguindo daí até a primeira metade do Século XX para compreender a rede urbana das ferrovias e das rodovias e a partir da segunda metade do século XX até nossos dias, para identificar a rede urbana da fronteira agrícola na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no interior do MATOPIBA brasileiro. Nesta região, a reestruturação produtiva da agropecuária requisitou acréscimos técnicos e outras alterações nos sistemas produtivos tradicionais que ocasionaram rebatimentos no interior das cidades e na vida das pessoas, originando assim um novo sistema urbano. O artigo orientou-se pelo rastreamento de bibliografia sobre a formação da rede de cidades da região, especialmente os resultados do REGIC atualizados pelo IBGE em 2018 e de outros dados secundários de diferentes fontes, para elaborar documentos cartográficos e outros recursos que representam os diferentes períodos de configuração da rede urbana da região. Espera-se assim compreender processos pretéritos que condicionaram o aparecimento das cidades que a compõe e os fatores políticos, econômicos, ambientais e culturais recentes, dentre outros, que ao longo tempo garantem a permanência e as transformações ocorridas neste segmento de rede urbana.

Palavras-chave: Rede Urbana; MATOPIBA; Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano; Reestruturação produtiva da agropecuária; Modernização da agropecuária.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Brasília-DF. E-mail: orimar@uft.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3007298355440112>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>.

² Professor Associado da Universidade de Brasília. Brasília-DF. E-mail: flsobrinho@umb.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7810411653917702>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>.

Abstract: This work uses a periodization with a historical-geographical approach to characterize the urban network of the rivers from the 16th century until the first half of the 19th century, following from there until the first half of the 20th century to comprehend the urban network of the railways and highways, and from the second half of the 20th century until today, to identify the urban network of the agricultural frontier in the Eastern Mesoregion of Tocantins and in the Far West Mesoregion of Bahia, in the interior of the Brazilian MATOPIBA. In this region, the productive restructuring of agriculture and cattle-raising have required technical additions and other changes in the traditional productive systems that have caused repercussions inside the cities and in people's lives, thus giving rise to a new urban system. The research was guided by the tracking of bibliography about the formation of the network of cities in the region, especially the REGIC results updated by IBGE in 2018, and other secondary data from different sources, to elaborate cartographic documents and other resources that represent the different periods of configuration of the urban network in the region. It is expected to understand past processes that conditioned the appearance of the cities that compose it and the recent political, economic, environmental and cultural factors, among others, that in the long time guarantee the permanence and the transformations that occurred in this segment of urban network.

Keywords: Urban Network; MATOPIBA; Mesoregion of Eastern Tocantins and Mesoregion Far West of Bahia; Productive restructuring of agriculture; Modernization of agriculture.

Resumen: Este trabajo utiliza una periodización con enfoque histórico-geográfico para caracterizar la red urbana de los ríos desde el siglo XVI hasta la primera mitad del siglo XIX, siguiendo desde allí hasta la primera mitad del siglo XX para comprender la red urbana de los ferrocarriles y las carreteras, y desde la segunda mitad del siglo XX hasta la actualidad, para identificar la red urbana de la frontera agrícola en la Mesoregión Oriental de Tocantins y en la Mesoregión Extremo Occidental de Bahía, en el interior del MATOPIBA brasileño. En esta región, la reestructuración productiva de la agricultura y la ganadería requirió adiciones técnicas y otros cambios en los sistemas productivos tradicionales que repercutieron en el interior de las ciudades y en la vida de las personas, originando así un nuevo sistema urbano. La investigación fue guiada por el rastreo de bibliografía sobre la formación de la red de ciudades en la región, especialmente los resultados del REGIC actualizados por el IBGE en 2018 y otros datos secundarios de diferentes fuentes, para elaborar documentos cartográficos y otros recursos que representan los diferentes períodos de configuración de la red urbana en la región. Se espera así comprender los procesos pasados que condicionaron la aparición de las ciudades que lo componen y los factores políticos, económicos, ambientales y culturales recientes, entre otros, que en el tiempo garantizan la permanencia y las transformaciones ocurridas en este segmento de la red urbana.

Palabras clave: Red Urbana; MATOPIBA; Mesoregión del Este de Tocantins y Mesoregión del Extremo Occidental de Bahía; Reestructuración productiva de la agricultura; Modernización de la agricultura.

Introdução

Eivada de idiosincrasias a rede urbana das regiões mais setentrionais do Brasil é pouco estudada especialmente a Região Centro Norte do Brasil Alves (2014, p.58). Para alguns, esta se caracteriza por uma extensa porção do território brasileiro até há pouco representada por um pequeno número de cidades dispersas pela floresta, interconectadas por

canais de drenagem, vias únicas de integração dessas localidades e ademais, marcadas por atividades distantes daquelas praticadas nos centros urbanos, sendo sua economia essencialmente voltada para as ocupações ligadas aos rios e à floresta (SATHLER, 2009, p. 10).

Atualmente, nesta região, diferentes lugares vem recebendo acréscimos técnicos e outras alterações nos seus sistemas produtivos tradicionais com rebatimentos processados no interior das cidades, no seu entorno e na vida das pessoas. Portanto, é imprescindível estudar a rede urbana deste recorte espacial do MATOPIBA brasileiro, delimitado pela Mesorregião Oriental do Tocantins e pela Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no momento em que a reestruturação produtiva da agropecuária promove o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, ocasionando a total remodelação do território e originando assim um novo sistema urbano.

É nossa intenção neste artigo, realizar pesquisa mais robusta sobre os processos pretéritos que condicionaram o aparecimento das cidades deste recorte mesorregional, bem como os diferentes fatores políticos, econômicos, ambientais e culturais recentes, dentre outros, que no longo tempo garantem a permanência e as transformações ocorridas nesta rede de cidades.

Para orientar o esforço da análise das ocorrências têmporo-espaciais no recorte mesorregional, recorreu-se a uma periodização com abordagem histórico-geográfica para caracterizar a Rede Urbana dos Rios desde o século XVI até a primeira metade do século XIX, seguindo daí até a primeira metade do Século XX para compreender a Rede Urbana das Ferrovias e das Rodovias e a partir da segunda metade do século XX até nossos dias para identificar a Rede Urbana da Fronteira Agrícola.

Precedida de pesquisa bibliográfica e outros dados secundários em fontes consistentes elaborou-se o rastreamento de elementos importantes para representar cartograficamente a composição deste segmento de rede urbana. E, finalmente, o documento Região de Influência das Cidades (REGIC) atualizado em 2018 pelo IBGE serve de baliza para representar a consolidação da rede urbana regional. Com este recurso, espera-se evidenciar os momentos de estabilidade e de reestruturação do padrão espacial da rede mesorregional, bem como as diferenciações entre os centros que podem ocasionar o aparecimento daqueles que desempenham papéis de comando desta rede urbana.

Contribuições teórico-conceituais e metodológicas para caracterização da rede urbana mesorregional

Durante todo o século XIX e até a primeira metade do século XX neste recorte territorial persistia a distribuição difusa de uma miríade de incipientes núcleos urbanos indiferenciados funcionalmente e desarticulados entre si. A esta realidade regional denominamos Rede Urbana dos Rios pois, são eles que condicionam e orientam o movimento de ocupação e povoamento para o interior do território brasileiro. No nosso caso, a margem esquerda do Rio São Francisco para a porção oeste da Bahia e o interflúvio Araguaia-Tocantins ao norte da antiga Capitania de Goiás, hoje Tocantins.

Em que pese a importância do tráfego fluvial e dos caminhos que ligavam os lugares para escoamento e transporte da produção aurífera nestas regiões, bem como a pecuária em momento subsequente, somente com a abertura de grandes eixos viários como a BR-153 mais conhecida como Belém-Brasília e a BR 020 notadamente a partir da segunda metade do Século XX, principia uma nova dinâmica urbana e regional que denominamos Rede Urbana das Ferrovias e das Rodovias.

O processo de modernização da atividade agropecuária que se acelera a partir da segunda metade do Século XX, impõe as condições e determina os meios de transformação da produção desta atividade com rebatimentos nas cidades, na economia e na distribuição e circulação dos fluxos materiais e imateriais dessa região, possibilitando definirmos uma Rede Urbana da Fronteira Agrícola.

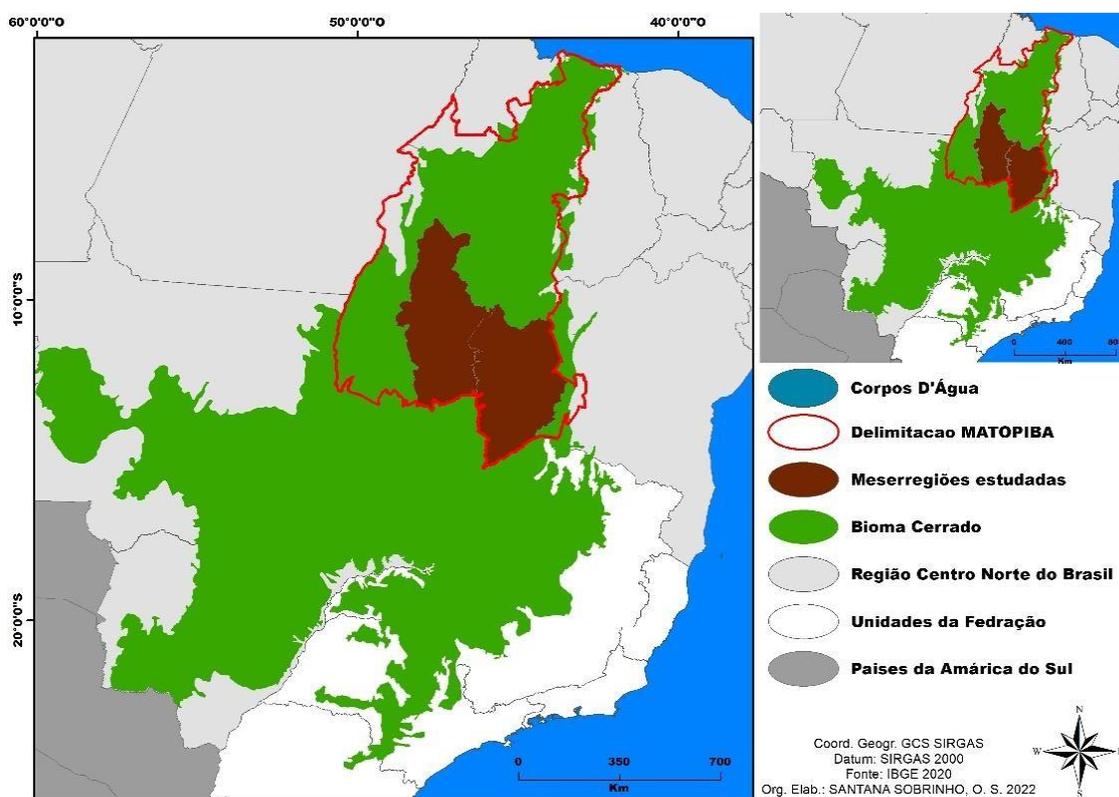
Ao analisar a marcha do movimento de ocupação e povoamento do recorte territorial deste estudo, a partir de Século XVI até nossos dias, é imperativo estabelecer periodizações de longa duração. Neste caso, Vasconcelos (2009, p. 154) recomenda examinar as continuidades e as rupturas “de acordo com os eventos históricos de maior importância”. Portanto, nesta pesquisa, os processos pretéritos de formação dos núcleos de povoamento e o conteúdo indutor de sua evolução até nossos dias não deve prescindir dos ciclos econômicos e questões de natureza política, ideológica, social, cultural e espacial.

Para a delimitação deste recorte territorial considerou-se com prioridade as recomendações de (ALVES, 2014, p. 58.) que denomina por Região Meio Norte do Brasil a Região Centro-oeste, Norte e Nordeste do território brasileiro. Por outro lado, (OLIVEIRA E PIFFER 2016, p. 12.) apontam elementos indutores das transformações nesta região passando da condição de “área de subsistência” para Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), configurando assim as microrregiões de cerrado do centro norte do Brasil. Por outro lado, quando (LEMOS et al, 2003, p. 691.) propõem nova configuração regional brasileira, a região deste estudo está polarizada por Brasília e Goiânia, que também configuram suas áreas de

influência. Não por acaso, para delimitação da Região do MATOPIBA (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014) orientaram-se pelas rápidas mudanças no uso do solo com profundas transformações na produção agrícola, principalmente no extremo oeste da Bahia.

Para além das definições e atualizações regionais do Brasil que são citadas, o (IBGE, 1990, p. 109.) é a principal referência deste cabedal teórico e conceitual que nos permite representar a posição geográfica do nosso recorte espacial de estudo no interior do MATOPIBA brasileiro e parte importante da Região Centro Norte do Brasil como está no Mapa 1.

Figura 1: Mapa de localização do recorte espacial deste estudo



Fonte: Elaboração própria (2022)

Espera-se evidenciar os momentos de estabilidade e de reestruturação do padrão espacial da rede mesorregional, bem como as diferenciações entre os centros que podem ocasionar o aparecimento daqueles que desempenham papéis de comando desta rede urbana.

A Rede Urbana dos Rios no recorte espacial de análise até início do Século XX

Entre os séculos XVIII e XIX o movimento de ocupação para o interior do território nacional ocorre em razão das Bandeiras que incluíam a atividade religiosa para criação de aldeamentos missionários, da mineração com a descoberta dos veios auríferos no leito dos rios e em momento subsequente, a pecuária com abertura de fazendas para criação de gado.

Neste sentido, até a primeira metade do século XVII o interflúvio Araguaia-Tocantins marca o processo histórico de povoamento descrito por SCHWARTZ e LOCKART (2002), apud SANTOS (2008, p. 66) pois, nesta ocasião, a confluência dos rios Araguaia –Tocantins, representa o vínculo mais forte estabelecido no sentido sul-norte nesta porção do território colonial. Inicialmente, a dinâmica regional no Estado do Grão-Pará e Maranhão se efetiva por meio das ligações fluviais e posteriormente terrestres, representando os primeiros fluxos utilizados entre o atual território tocantinense e o resto da colônia portuguesa ao sul. (SANTOS, 2008, p. 88. MATTEO et al, 2016, p. 46).

Portanto, a partir do século XVIII onde hoje se configura a Mesorregião Oriental do Tocantins os processos vinculados à mineração, às missões religiosas e à atividade agropastoril tradicional se destacam na implantação dos arraiais da mineração, das aldeias missionárias e das fazendas que são os embriões de futuras cidades. Especial destaque para os caminhos (terrestres e fluviais) que ligavam os pequenos núcleos de povoamento, aglomerados da mineração e os aldeamentos indígenas, e orientavam para esta região o sentido de passagem das tropas oriundas de São Paulo e Rio de Janeiro, via Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, e daquelas que se deslocavam da Bahia, via Duro (Dianópolis), antigo aldeamento indígena, bem como à todos os interessados em circular, por meio da navegação nos rios Tocantins e Araguaia (BESSA, 2015, p. 11).

Em 1791 a navegação fluvial ocorria especialmente pelo rio Tocantins mas, a proibição de exportações de ouro pelo Rio induziu o intercâmbio por meio de outros rios como Manoel Alves, Paranã e Palmas, motivando assim a concentração de lojas, vendas, tabernas e boticas em São Luís (Natividade) e Arraias, bem como a instalação de registros e presídios de controle e fiscalização do território em São Luís (Natividade), São José do Duro (Dianópolis) e Porto Real (Porto Nacional) (BESSA, 2015, p. 13).

Por conseguinte, entre o final do século XVIII até o final do século XIX esta região experimenta uma longa involução econômica, marcada por formas de produção não capitalistas vinculadas ainda às formas de produção colonial, pela criação de gado em pastos naturais das áreas de cerrado, pela agricultura de subsistência e pequena lavoura mercantil e pelo extrativismo vegetal nas áreas de mata (BESSA, 2015, p. 10).

Ainda para Bessa (2015, p. 13), o reestabelecimento da rota de comércio norte-sul no rio Tocantins proporcionou destaque a Porto Real (Porto Nacional) que se diferenciava pela posição privilegiada na região mineradora do antigo norte goiano, com interações comerciais com o Pará, por via fluvial e com a Bahia por via terrestre.

Sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial a região do atual Oeste Baiano principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. No final do século XVI e durante todo o século XVII, sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Na segunda metade do século XVII, o governador geral do Brasil, Dom João de Lencastre, a mando da corte lusitana, iniciou o processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários na margem esquerda do rio São Francisco (ALMEIDA, 1967), apud (SANTOS, 2016, p. 137).

A partir da segunda metade do século XVII e ao longo do Século XVIII, na atual Mesorregião Extremo Oeste Baiano os grandes latifúndios originários das sesmarias de famílias tradicionais foram, inicialmente, responsáveis pela maior incidência de currais nas margens do Rio São Francisco e, em seguida, este processo estendeu-se pelos cursos navegáveis dos rios Grande, Corrente e Preto (ROCHA, 1940, p. 14).

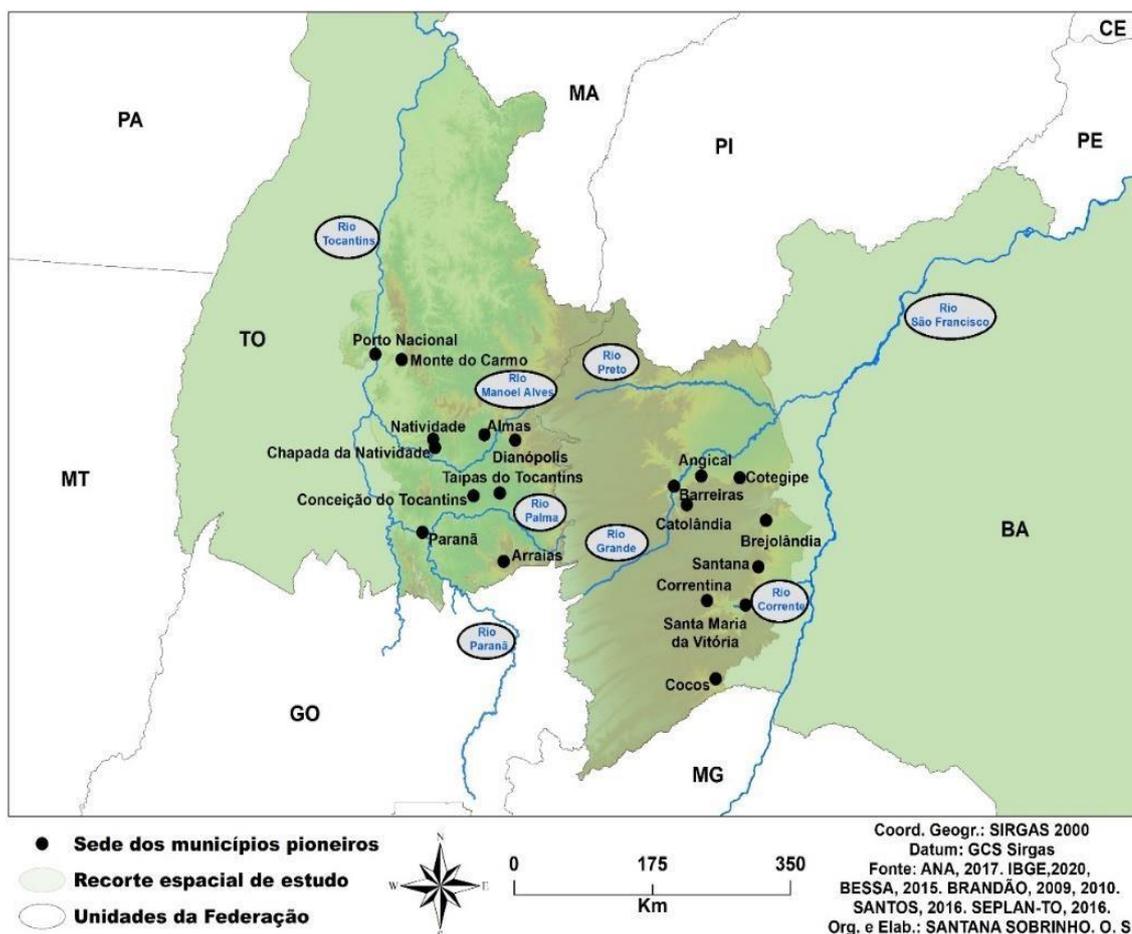
A anexação da comarca de São Francisco à Província da Bahia no ano de 1827 ocasionou mudanças no padrão hierárquico dos pequenos núcleos de povoamento existentes, com alguns deles sendo elevados à condição de vilas. A partir de então, a oficialização da navegabilidade do rio São Francisco pelo trecho partindo de Juazeiro na Bahia até Januária em Minas Gerais, a partir de meados do Século XIX é fato importante de novas alterações no padrão dos núcleos urbanos na região com posição de destaque de Barra e Carinhonha nas margens do Rio, irradiando uma nova dinâmica de circulação de bens e pessoas por todo o Oeste Baiano (SANTOS, 2016, P. 146).

A navegação no rio Corrente iniciava na sua confluência com o rio São Francisco no sentido oeste para o porto de Santa Maria da Vitória. Já no rio Grande, o percurso partia de Barra em direção à vila de Campo Largo até a vila de Barreiras, última estação, na época. Para este autor esta vila era considerada “animada, populosa e bem situada” por se localizar “próxima a centros de comércio de Goiás” (MACHADO, 2002, p. 314).

Não é por outra razão que o principal objetivo do Mapa 2 e do Quadro 1 é complementar as representações da distribuição espacial dos núcleos de povoamento

pioneiros e a presença dos grandes rios que condicionaram o movimento de ocupação e povoamento da região.

Figura 2: Recorte Espacial: núcleos pioneiros de povoamento e grandes rios



Fonte: Elaboração própria (2022)

Figura 3: Quadro de informações dos municípios pioneiros

NOME ATUAL	NOME DE ORIGEM	UF	DATA ORIGEM	RIO QUE BANHA
Angical	Sant'Ana do Sacramento de Angical	BA	1810	Corrente
Barreiras	São João das Barreiras	BA	1825	Grande
Brejolândia	Brejo Velho	BA	1890	Corrente
Catolândia	Santana	BA	1892	Grande
Cocos	Cocos	BA	1712	Corrente
Correntina	Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas	BA	1792	Corrente
Cotegipe	Avaí do Brejo	BA	185?	Grande
Santa Maria da Vitória	Porto de Santa Maria da Vitória	BA	1840	Corrente
Santana	Sant'Anna dos Brejos	BA	1760	Corrente
Almas	Almas	TO	1734	Manoel Alves
Arraias	Nossa Senhora dos Remédios de Arraias	TO	1740	RIO PALMA
Chapada da Natividade	São Félix	TO	1736	Manoel Alves
Conceição do Tocantins	Contagem da Conceição	TO	1755	Manoel Alves

Dianópolis	São José do Duro	TO	1750	Manoel Alves
Monte do Carmo	Nossa Senhora do Monte do Carmo	TO	1741	Tocantins
Natividade	São Luiz	TO	1734	Manoel Alves
Paraná	São João da Palma	TO	1740	Paraná
Porto Nacional	Porto Real do Pontal	TO	1738	Tocantins
Taipas do Tocantins	Taipas	TO	190?	Manoel Alves

Fonte: Elaboração própria a partir de (SANTOS, 2016, p. 139. BESSA, 2015, p. 11)

No que tange à rede urbana dos rios na região, pode-se afirmar a inexistência de hierarquia entre os pequenos núcleos indiferenciados funcionalmente e sem capacidade de realizar a articulação de sistemas produtivos com produção de excedentes, para formalizar as trocas que possibilitam a divisão territorial e social do trabalho, organizando assim uma rede urbana de fato.

A Rede Urbana das Ferrovias e Rodovias durante o Século XX e XXI

Temos por certo que nas regiões interioranas os transportes até então rarefeitos eram majoritariamente fluviais em pequenas embarcações ou por caminhos vicinais. A partir de então, a navegação de cabotagem e fluvial e os transportes por estradas tiveram impulsos consideráveis.

Após a:

[...] segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os trilhos assumiram importante papel no contexto socioeconômico do país. A ferrovia passou a ser o meio mais eficiente de ligação entre os portos da costa brasileira e as economias regionais do interior, [...] (CASTILHO, 2014, p. 67).

Em Goiás, os primeiros trilhos foram implantados em 1911 chegando ao Distrito Federal em 1968 a partir dessa estrutura já existente. A implantação da ferrovia seguiu o padrão de interligação das linhas já construídas. Em decorrência disso, chegou ao Tocantins somente em 2002. O projeto inicial previa a construção de 1.550 quilômetros de trilhos interligando os estados do Maranhão, Tocantins e Goiás (CASTILHO, 2014, p. 89).

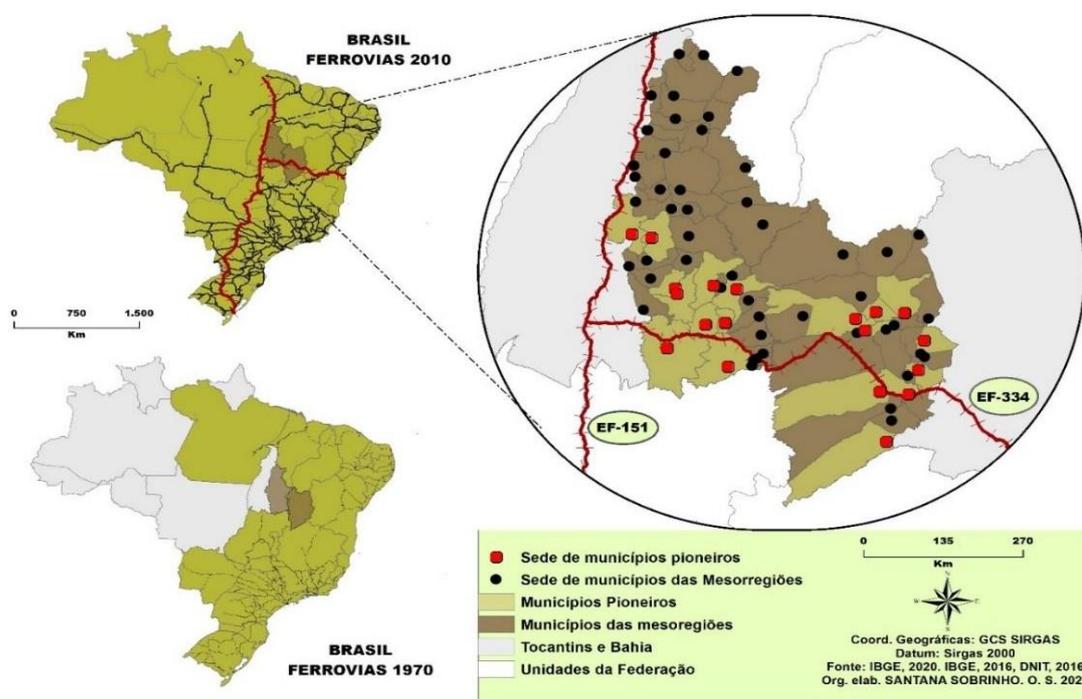
Em fins do século XX, no extremo oeste baiano, as ligações ferroviárias eram feitas a partir das extremidades navegáveis do rio São Francisco, tanto por Juazeiro, ao norte, como por Pirapora, ao sul. Com essas tem-se “o primeiro momento integrador dos habitantes da região do sertão do São Francisco à sociedade nacional”. A Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco (Salvador a Juazeiro) fora concluída em 1896. Enquanto que a linha de Pirapora da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) (Rio de Janeiro a Pirapora) foi inaugurada em 1910 (SANTOS, 2008, p. 32; ALMEIDA, 2014).

De acordo com ANTT (2021), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL (EF-334) foi outorgada à Valec por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, e tem extensão de 1.527 quilômetros, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O empreendimento está dividido em três trechos: Trecho I: Ilhéus/BA – Caetité/BA, com extensão de 537 km, o Trecho II: Caetité/BA – Barreiras/BA, com extensão de 485 km e o Trecho III: Barreiras/BA – Figueirópolis/TO, com extensão aproximada de 505 km, em fase de revisão de estudos e projetos, conta com Licença Prévia emitida pelo IBAMA.

No contexto do oeste baiano, o papel de destaque de Barreiras na hierarquia urbana regional ganha relevo com a mudança da circulação fluvial para a rodoviária, de modo que esse centro passou a se conectar com as redes urbanas de Brasília, Goiânia e São Paulo (SANTOS, 2018, p. 32. ALMEIDA, 1995). No final da década de 1960, iniciou-se a construção da rodovia federal BR-242, que, partindo da região de Salvador, entroncava com Barreiras, em sentido transversal, na década de 1970.

Considerando a evolução têmico-espacial da instalação de ferrovias no Brasil representada no Mapa 3, é relevante destacar o fato de que até praticamente no final do Século XX, a expansão da rede ferroviária do país parece não ser assunto de grande interesse tanto do poder público quanto da iniciativa privada, que passam a usar a rodovia como fator indutor importante na circulação dos fluxos materiais e imateriais. Assim, a ferrovia é pouco significativa no movimento de transformação da dinâmica econômica e social de grande parte do recorte espacial analisado neste estudo.

Figura 4: Mapa de localização das ferrovias no Brasil e nas mesorregiões de estudo



Fonte: Elaboração própria (2022)

É somente após o Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek na década de 1950 que define a construção da nova capital federal Brasília e estabelece que a partir dela irradiariam e/ou passariam os grandes eixos rodoviários que promoveriam a integração interna da economia brasileira. Remonta deste período o sentido dos eixos viários no Brasil com rodovias radiais, longitudinais, transversais, diagonais e rodovias de ligação (PEREIRA e LESSA, 2011, p. 31). Principalmente a partir dos anos 1960 na Bahia, começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes como a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 e, posteriormente consolidando as ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições rústicas, mas possibilitando prolongamentos consideráveis de Barreiras com o Piauí, com Santa Maria da Vitória e dali com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a BR- 349 ligando centros como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves com Mansidão (SANTOS, 2018, p. 37).

O território correspondente ao atual estado do Tocantins apresentou profundas transformações no seu espaço geográfico a partir da década de 1960 com a abertura do sua principal artéria viária a Rodovia BR-153, também conhecida como Rodovia Belém-Brasília ou Transbrasiliana, que atravessa longitudinalmente o Estado. Sua implantação promoveu o deslocamento do eixo de circulação econômica da porção norte de Goiás, antes mediatizado pelo rio Tocantins; induziu a abertura de vias transversais a partir dela que redirecionaram e incentivaram os movimentos populacionais até então verificados no norte de Goiás e, além disso, possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos fundamentando a estruturação da rede urbana no Tocantins (BECKER, 1979, p. 48;)

Em que pese as transformações ocasionadas com a presença da BR-153 no norte goiano, no que se refere especificamente à mesorregião oriental do Tocantins, a presença da rodovia não provocou a imediata criação de novos eixos de ligação transversais, tampouco o aparecimento de novas cidades ou mudanças na dinâmica daquelas existentes desde o ciclo da mineração. Foi após 1988, ano em que se tornou o 26º Estado da Federação, que o Tocantins assistiu a uma grande expansão da sua rede rodoviária”, especialmente no que se refere tanto

à sua abrangência espacial quanto à extensão da malha, principalmente das vias pavimentadas. Somente a partir de 1991, o traçado rodoviário pavimentado foi acrescido de pequenos trechos latitudinais que promoviam ligações com alguns municípios, [principalmente com a capital Palmas – TO-080 - e desta com a artéria central, BR-153] (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

A partir de então:

[...] parte significativa das alterações da malha rodoviária do Tocantins foi deflagrada em razão da implantação da nova capital e do projeto de construção de sua centralidade urbana no território tocaninense. Nesta articulação, buscou-se integrar Palmas às principais áreas produtivas do Estado; contudo, o maior desafio foi integrar, em termos de circulação e perspectivas econômicas, as áreas com menor dinamismo, como a parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocaninense. (SEPLAN, 1993; BRITO, 2009 citados por BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

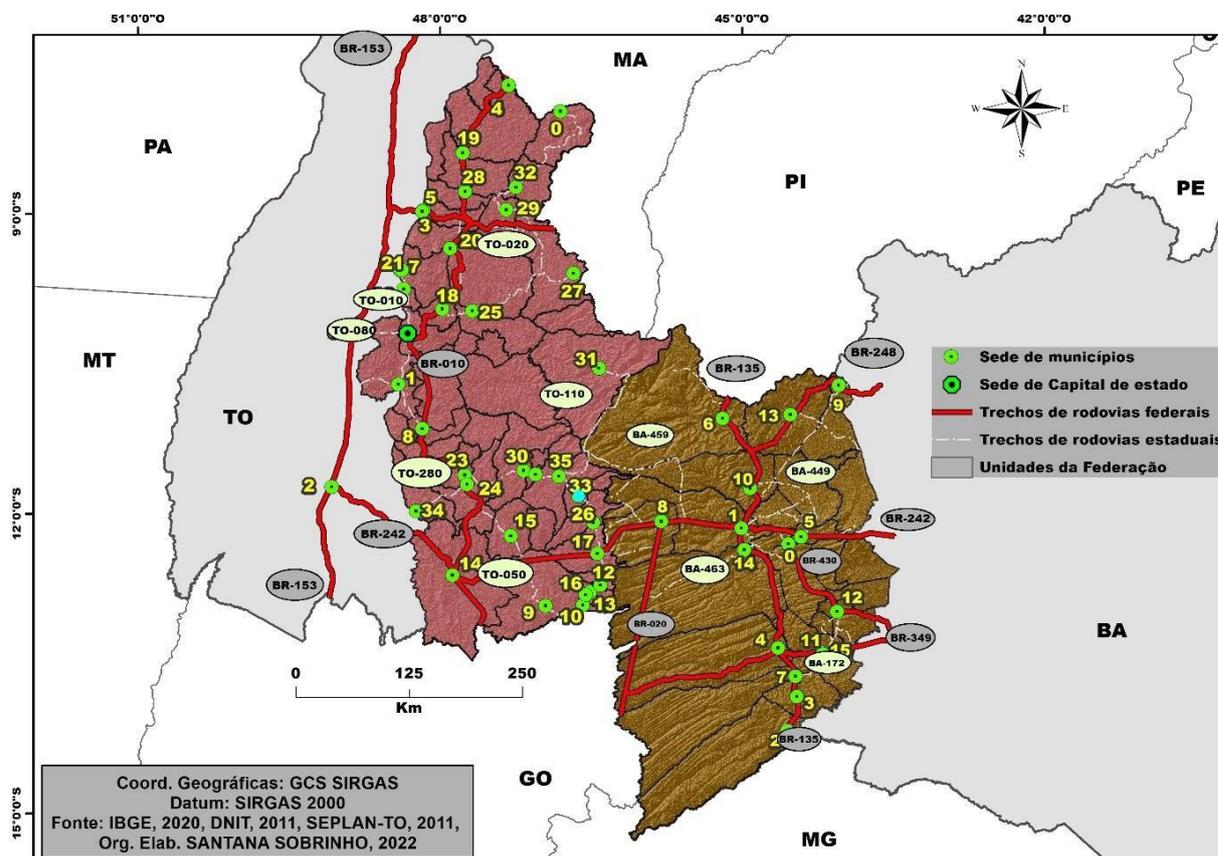
O sentido longitudinal é marcante ao observar a conexão norte-sul da BR-010 e o trecho estadual de TO-050 que a complementa fazendo a ligação da capital Palmas com Brasília. O interesse em interligar transversalmente áreas produtoras ao Tocantins se materializa pela BR- 242 ligando o Estado com o importante corredor de exportação do oeste baiano. Sem esquecer os esforços de complementação, implantação e/ou pavimentação de trechos das rodovias federais transversais como BR-230, BR-235 e BR-242, além da implantação de trecho da rodovia longitudinal BR-010 com vistas a interligar cidades e facilitar a circulação de bens e de pessoas (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

Pelo exposto, o contexto da rede urbana das rodovias no Tocantins não deve prescindir da centralidade da capital estadual, a partir da qual se irradiam rodovias radiais estaduais com destaque para as rodovias pavimentadas: TO-010 com ligações importantes como por exemplo, da Capital com Lajeado, Miracema do Tocantins e outras cidades, TO-110 realizando ligações importantes de cidades como Novo Alegre na região sudeste até Mateiros na região do Jalapão, na fronteira com o Estado da Bahia; TO-050, que atravessa todo o sudeste tocaninense, em direção à capital federal. Além disso, foram implantadas e pavimentadas diversas rodovias transversais e diagonais ligando por via asfaltada diversos municípios ao eixo da rodovia BR- 153, principalmente na porção oeste do estado, e também articulando diversas interligações às áreas municipais no território tocaninense.

O Mapa da figura 5 representa as vias importantes que fazem as ligações entre cidades que estão relacionadas no Quadro 2, possibilitando compreender estratégias logísticas

importantes visando dinamizar a circulação de bens, serviços e pessoas entre a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Figura 5: Mapa da Rede Urbana das Rodovias



Fonte: Elaboração própria (2022)

Figura 6: Quadro com a relação de municípios

MUNICÍPIOS DA BAHIA		MUNICÍPIOS DO TOCANTINS			
NÚMERO	NOME DO MUNICÍPIO	NÚMERO	NOME DO MUNICÍPIO	NÚMERO	NOME DO MUNICÍPIO
0	BAIANÓPOLIS	18	CAMPOS LINDOS	18	APARECIDA DO RIO NEGRO
1	BARREIRAS	19	PORTO NACIONAL	19	ITACAJÁ
2	COCOS	20	GURUPI	20	RIO SONO
3	CORIBE	21	BOM JESUS DO TOCANTINS	21	LAJEADO
4	CORRENTINA	22	GOIATINS	22	TOCANTÍNIA
5	CRISTÓPOLIS	23	PEDRO AFONSO	23	CHAPADA DA NATIVIDADE
6	FORMOSA DO RIO PRETO	24	PARAÍSO DO TOCANTINS	24	NATIVIDADE
7	JABORANDI	25	MIRACEMA DO TOCANTINS	25	NOVO ACORDO
8	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	26	SIVANÓPOLIS	26	NOVO JARDIM
9	MANSIDÃO	27	ARRAIAS	27	LIZARDA
10	RIACHÃO DAS NEVES	28	LAVANDEIRA	28	SANTA MARIA DO TOCANTINS
11	SANTA MARIA DA VITÓRIA	29	AURORA DO TOCANTINS	29	CENTENÁRIO
12	SANTANA	30	PONTE ALTA DO TOCANTINS	30	ALMAS
13	SANTA RITA DE CÁSSIA	31	NOVO ALEGRE	31	MATEIROS
14	SÃO DESIDÉRIO	32	PARANÃ	32	RECURSOLÂNDIA
15	SÃO FÉLIX DO CORIBE	33	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	33	DIANÓPOLIS
		34	COMBINADO	34	SÃO VALÉRIO
		35	TAGUATINGA	35	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS

Fonte: Elaboração própria a partir de (BESSA, 2015, p. 11. SANTOS, 2016, p. 139)

A Rede Urbana da Fronteira Agrícola dos nossos dias

Nas áreas do Cerrado brasileiro, especialmente a partir dos anos 1980, intensifica-se o movimento de substituição dos sistemas produtivos tradicionais pela instalação da agricultura científica. Esta exige moderna tecnologia para aumentar a produção e, por extensão, a ampliação de áreas produtivas que alimentam a expansão do capital financeiro e agroindustrial em antigas regiões, marcadas por estes modelos tradicionais de produção, especialmente na região do MATOPIBA. Essa “nova fronteira” segue em parte as características apontadas por Becker (1979) citada por Haesbaert (1997, p. 133) para a “fronteira” amazônica que: “a) já nasce heterogênea, constituída pela superposição de frentes de várias atividades (...); b) já nasce urbana e tem intenso ritmo de urbanização; c) o governo federal tem papel fundamental no planejamento e no volume de investimentos infra-estruturais”.

Neste sentido, o que chamamos aqui de Rede Urbana da Fronteira Agrícola se refere a algumas cidades, pequenas e médias, em regiões agrícolas com áreas urbanas, resultante das transformações produtivas da agropecuária que também aceleram o ritmo da urbanização nestes espaços.

Para Elias e Pequeno (2007, p. 25) as cidades próximas às áreas de realização do agronegócio tornam-se responsáveis pelo suprimento de suas principais demandas, seja de “mão-de-obra, de recursos financeiros, aportes jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc.,” aumentando a economia urbana e promovendo redefinições regionais. Por extensão, os autores caracterizam e classificam de “cidades do agronegócio” algumas cidades no Brasil agrícola moderno onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária. Na região Nordeste, são relevantes “especialmente Limoeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Balsas (MA) e Barreiras (BA), sendo que as duas primeiras associam-se ao agronegócio da fruticultura e as duas últimas ao agronegócio dos grãos, em especial da soja”.

O ritmo das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010, ocorreu principalmente pela substituição muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados, por uma agricultura mecanizada com culturas anuais intensificadas por novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação. Deste contexto, emerge o protagonismo de Barreiras no oeste baiano a partir da década de 1970 (SANTOS, 2018, p.30) que se firma como entreposto comercial rodoviário, rearticulando interações espaciais que materializam as

novas relações de produção nesta região (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p, 2).

O movimento de organização e reestruturação da rede urbana no oeste baiano, com foco no papel regional de Barreiras, em que pese, não deve prescindir dos investimentos de projetos de colonização agrícola e irrigação, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em 1973, no município de São Desidério apontador por Santos (2018, p. 37). Além disso, outras criações urbanas oriundas no primeiro meado do século XX que ganharam força de sede de município e emergiram fora do curso de circulação fluvial, diferentemente de suas predecessoras. São municípios que emergem das relações impostas pela reestruturação da agropecuária nos cerrados baianos, a exemplo de Mimoso do Oeste (atual Luís Eduardo Magalhães) (SANTOS, 2018, p. 41).

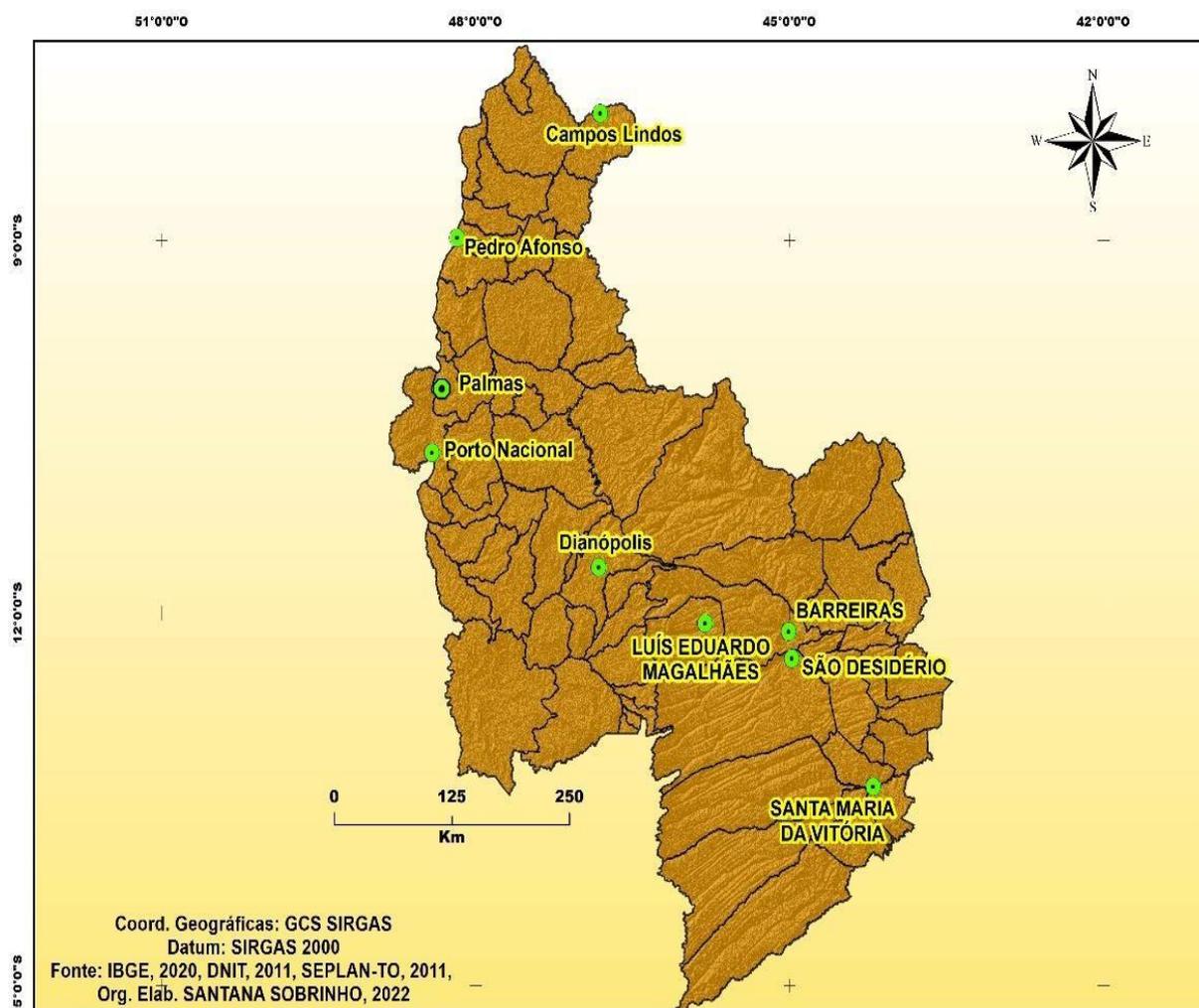
Na Mesorregião Oriental do Tocantins, implantação da nova capital do Estado e do projeto de construção de sua centralidade urbana requereu a articulação de diferentes agentes sociais visando incorporar Palmas às principais áreas produtivas do Estado. O desafio era portanto integrar nesta região, em termos de circulação e perspectivas econômicas, as áreas com menor dinamismo, como a parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocantinense (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62). Entretanto, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER especialmente o PRODECER III Piloto: 1995 – 2001, acompanhou a tendência já presente nas fases anteriores de incorporar áreas em direção ao norte do cerrado brasileiro e assim,

foram incorporados nessa etapa dois espaços com cerrados, em dois projetos de 40.000ha, com 40 produtores assentados em cada um, nos municípios de Balsas (sul do Estado do Maranhão) e Pedro Afonso (Estado de Tocantins) (SANTOS, 2016, p. 403).

Mesmo considerando as condições e os meios determinados pelo PRODECER III para incentivar a produção no município de Pedro Afonso, outros municípios emergiram como polos de produção agropecuária conferindo centralidade e diferenciação funcional à cidades sede de municípios como Porto Nacional, Dianópolis e Campos lindos, todos na Mesorregião Oriental do Tocantins (FRAGOSO e CARDOSO, 2022, p. 59).

Observe no Mapa da figura 7 a organização da rede de cidades denominada Rede Urbana da Fronteira Agrícola.

Figura 7: Mapa da Rede Urbana da Fronteira Agrícola



Fonte: Elaboração própria (2022)

Especialmente na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano a análise do novo dinamismo nas ligações e na circulação entre os lugares ocorre com a expansão da malha viária como aporte imprescindível. Entretanto, a intensificação do capitalismo no campo torna a regulação da agropecuária, sua gestão e sua normatização mais dinâmica e assim, quanto mais globalizados os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (ELIAS E PEQUENO, 2007, p. 27), maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade, resultando em uma significativa remodelação do território e na organização de um novo sistema urbano, com a “multiplicação de pequenas e médias cidades, que compõem lugares importantes para a realização do agronegócio globalizado”.

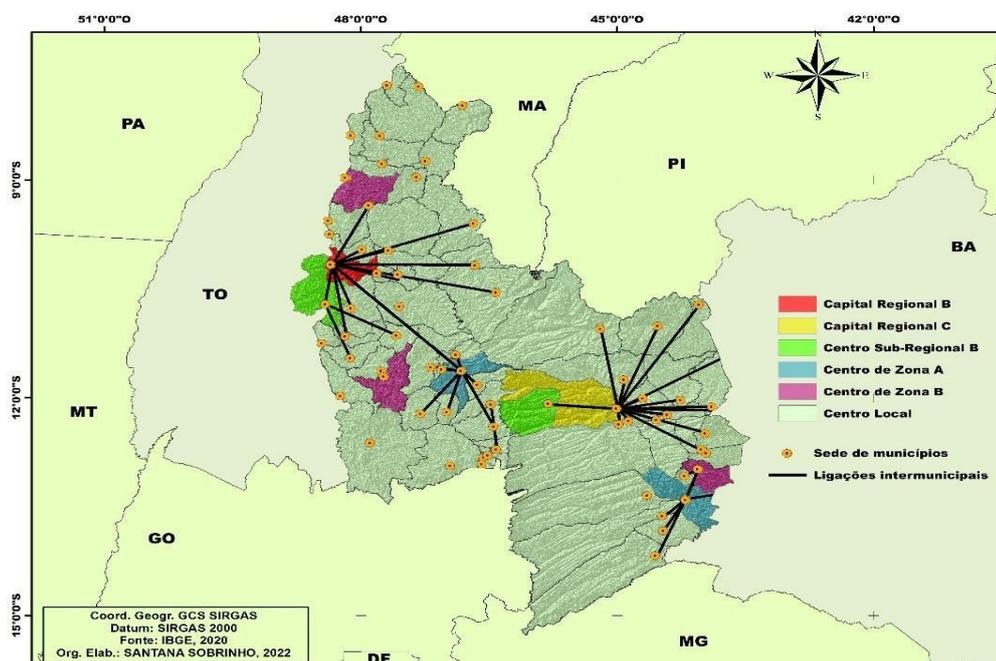
Este novo sistema urbano pode ser representado a partir dos estudos do IBGE atualizado no documento Regiões de Influência das Cidades (REGIC) publicado em 2020.

Por definição, nestes estudos as Cidades brasileiras são classificadas hierarquicamente e neste caso:

[...] a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades (REGIC, 2018, p. 11).

Já a área de influência das cidades é delimitada pelo alcance desse comando e atratividade no território, ou seja, quais cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa. Neste caso, para além do primeiro nível que são as Metrôpoles nos interessa o nível seguinte da hierarquia, presente no recorte desta pesquisa, ver Mapa 6, que identifica as Capitais Regionais sendo Palmas (TO) Capital Regional B e Barreiras (BA) Capital Regional C concentrando os fluxos regionais. Em seguida os Centros Sub-Regionais B Porto Nacional (TO) e Luiz Eduardo Magalhães (BA). Já as Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana são os Centros de Zona A Santa Maria da Vitória (BA) e Dianópolis (TO) com algumas interações regionais e Centros de Zona B Santana (BA) Natividade e Pedro Afonso (TO) e por fim o último nível hierárquico dos Centros Locais que são aquelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade (REGIC, 2018, p. 11).

Figura 8: Mapa da hierarquia urbana dos municípios das Mesorregiões – 2020



Fonte: Elaboração própria (2022)

A mudança no sistema de circulação e transporte no Brasil é marcada inicialmente pela preponderância e o ritmo das águas e posteriormente pela preponderância e o ritmo do asfalto. Enquanto os rios são o sustentáculo de uma rede condicionada pelos ritmos da natureza, mutável em volume e velocidade ao longo do ano, as redes comandadas pelas rodovias são uma espécie de “não-lugar”, com um nítido caráter “desterritorializador” (HAESBAERT, 1997, p. 129).

Considerações Finais

Pode-se inferir o início do século XIX como o momento em que de fato em todo este recorte espacial analisado emergem as formações urbanas mais complexas, constituídas por meio de relações sociais e econômicas relativamente consistentes, estimuladas pela modernização de estradas e caminhos e abertura de rodovias. Tanto do lado baiano quanto do lado tocantinense até este momento, existiam apenas nucleações de povoamento muito simples com população exígua e frágeis interações socioeconômicas.

Com a rede urbana das ferrovias e das rodovias, fica claro que as ferrovias implantadas até determinado período enfrentam ostracismo e paulatinamente perdem importância sendo substituídas sistematicamente pelo sistema rodoviário e que este possibilita a formação de cidades, com efeito em grande parte da rede urbana do Norte de Goiás hoje Tocantins, após a chegada da BR-153, Belém-Brasília.

A rede urbana da fronteira agrícola é a materialização do capital financeiro agroindustrial que transformam as cidades em áreas de realização do agronegócio que impõe redefinições regionais. Neste sentido, do lado baiano as cidades que historicamente se destacam no comando das relações regionais recebem o aporte material da modernização agropecuária e do lado tocantinense, são cidades antigas e outras recentes via projetos estatais que se configuram como “cidades do agronegócio”.

Referências

ALMEIDA, F. de. História da Igreja em Portugal. Porto/Lisboa. Livraria Civilização Editora. 1967.

ALMEIDA, I. P. O 4º BEC em Barreiras: construindo estradas e formando jovens. *Jornal Novoeste*, Barreiras, 1995, p. 10-11.

ALVES. V. E. L. Región centro-norte de Brasil: dinámicas territoriales recientes en el campo y en la ciudad. *Cuadernos de geografía | revista colombiana de geografía | Vol. 23, n.º 1, ene.-jun. del 2014 | ISSN 0121-215X (impreso) • 2256-5442 (en línea) | Bogotá, Colômbia | pp. 47-60. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-215X2014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>*

BECKER. B. K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil. *Rev. Bras. Geogr. I Rio de Janeiro I ano 41 I n.0 4 I p. 1-188 I out./dez. 1979. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1979_v41_n4.pdf>*

BESSA. K. Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins. *Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015. Disponível em:<<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/3312>>*

BORGES. R. T. SOUZA. P. A. B. de. PEREIRA. E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do Tocantins entre 1990 a 2007. *Revista Interface, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em:<<https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>*

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT. 2021. Disponível em:<<https://portal.antt.gov.br/ef-334-fiol-ii-e-fiol-iii>>. Acesso em 08 jun. 2022.

CASTILHO, D. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ELIAS. D. PEQUENO. R. Desigualdades Socioespaciais nas Cidades do Agronegócio. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais. V. 9, N. 1/Maio 2007. Disponível em:<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/168>>*

FRAGOSO, D, de B. e CARDOSO, E. A. Expansão da Agricultura no Tocantins. (In) *Agricultura e mudanças do clima no Estado do Tocantins [livro eletrônico]: vulnerabilidades, projeções e desenvolvimento / organização Erich Collicchio, Humberto Ribeiro da Rocha. -- Palmas, TO: Editora Universitária-EdUFT, 2022. 438 p. PDF. Disponível em:<<https://repositorio.uft.edu.br/handle.>>*

HAESBAERT. R. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 P.:il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=acesso-ao-produto>>

_____. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia – Rio de Janeiro: IBGE, 1990 V
Conteúdo: v1 [Brasil] – v2 t 1 Região Norte.

_____. Regiões de influência das cidades -REGIC: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia.
- Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. Malhas Territoriais. Malha Municipal. Disponível em:<
<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>>

LEMOS, M. B. DINIZ C. C. GUERRA, L. R. MORO, S. 2003. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. Estudos Econômicos, São Paulo, v.33, n.4, p. 665-700.

MACHADO, F. M. Navegação do Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MATTEO, K. C. de, et al. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Inventário Socioeconômico. Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan). Palmas: Seplan, 2016.

MIRANDA, E. E. de. MAGALHÃES. L. A. e CARVALHO. C. A. de. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Nota 1. Técnica Campinas, SP. Maio, 2014. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1037313/proposta-de-delimitacao-territorial-do-matopiba>>

OLIVEIRA. T. J. A. de, PIFFER. M. A reestruturação das cidades do cerrado centro norte no contexto do agronegócio. Revista Desafios. v. 3, n. 01, 2016. Disponível em:<
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1681>>

PEREIRA. L. A. G. LESSA. S. N. O Processo de Planejamento e Desenvolvimento do Transporte Rodoviário no Brasil. Caminhos de Geografia. Uberlândia. V. 12, n. 40 dez/2011. Disponível em:<<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16414>>

ROCHA, Geraldo. O rio de São Francisco. Factor precipuo da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SATHLER, D. MONTE-MÓR, R. L. CARVALHO, J. A. M. de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. Nova Economia. Belo Horizonte. 19. (1) 11-39. Janeiro-abril de 2009. Disponível em:<
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/1036>>.

SANTOS. I. D. da S. O Papel das Localidades Centrais na Rede Urbana do Oeste Baiano: do declínio de barra à ascensão de barreiras (Início Do Século XX À Década De 1980). Caminhos de Geografia. Uberlândia - MG v. 19, n. 65 Março/2018 p. 29–42.

SANTOS, F. V. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do GrãoPará e Maranhão (1751-1780). 2008. 440 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo. Disponível em:<
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SANTOS, C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. Estudos Sociedade e Agricultura. (Outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017.

Publicado: 28-10-2016. Disponível

em:<<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>>

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. A América Latina na época colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. Geotextos, Salvador, v. 5, n. 2, p. 147-157, dez. 2009. Disponível em:<

<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/issue/view/408>>

Recebido em 25 de julho de 2022.

Aceito em 09 de setembro de 2022.

Publicado em 17 de outubro de 2022.

Seção 2. APTIDÃO AGRÍCOLA E CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO EM MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E DA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO.

Link para acesso online:

GEOPAUTA. v. 7 n. . (2023)

DOI: <https://doi.org/10.22481/rg.v7.e2023.e11657>

Publicado - 2023-05-07

Como Citar

SOBRINHO, O. S. S. .; SOBRINHO, F. L. A. . Aptidão agrícola e concentração da produção em municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano. **Geopauta**, [S. l.], v. 7, n. ., p. e11657, 2023. DOI: 10.22481/rg.v7.e2023.e11657. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/11657>. Acesso em: 19 maio. 2023.

Disponível em:< <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/11657>> Acesso em: 19/05/2023

Copyright (c) 2023 Geopauta



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

[Declaração de Direitos Autorais](#)

Aptidão agrícola e concentração da produção em municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Agricultural aptitude and concentration of production in the cities from the Oriental Mesoregion of Tocantins and from the Far West Mesoregion of Bahia.

Aptitud agrícola y concentración de la producción en municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y de la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía.

Autor ¹ Orimar Souza Santana Sobrinho. <http://orcid.org/0000-0002-0000-0000>

Autor ² Fernando Luiz Araújo Sobrinho. <http://orcid.org/0000-0002-0000-0000>

Recebido em: ___/___/2022

Aceito para publicação em: ___/___/2022

Resumo

Esta pesquisa analisa a marcha pioneira de produtos agrícolas que compõem a contemporânea concentração espacial da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, considerando os dados de 2000, 2010 e 2020 disponibilizados na pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) realizada pelo IBGE. Precedida de rastreamento bibliográfico sobre o tema e levantamento e organização de banco de dados secundários da PAM, os procedimentos metodológicos serão detalhados no texto. Os resultados identificam produtos que formam a história agrícola desse recorte territorial com acentuada concentração da produção e alteração na área plantada da Mesorregião Extremo Oeste Baiano vis-à-vis a Mesorregião Oriental do Tocantins.

Palavras-chave: Região Produtiva Agrícola. Reestruturação da produção agrícola. MATOPIBA. Mesorregião Oriental do Tocantins. Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Abstract

This paper discusses the pioneering movement of agricultural products that constitute the contemporary spatial concentration of agricultural production in the cities from Eastern Mesoregion of Tocantins and the Far Western Mesoregion of Bahia, considering the data from 2000, 2010 and 2020, available in the research of Municipal Agricultural Production (PAM) held by IBGE. Preceded

¹ Doutorando em Geografia, Brasília, DF, Brasil, orimar@uft.edu.br

² Doutor em Geografia, Brasília, DF, Brasil, flsobrinho@gmail.com

Resumen

Este estudio analiza la marcha pionera de los productos agrícolas que componen la concentración espacial contemporánea de la producción agrícola en los municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía, considerando los datos de 2000, 2010 y 2020 puestos a disposición en la investigación de Producción Agrícola Municipal (PAM) realizada por el IBGE. Precedido por el rastreo bibliográfico sobre el tema, el levantamiento y organización de la base de datos secundaria de la PAM, los procedimientos metodológicos serán detallados en el texto. Los resultados identifican productos que forman la historia agrícola de esta división territorial con una marcada concentración de la producción y el cambio en el área plantada de la Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía frente a la Mesoregión Oriental de Tocantins.

Palabras clave: región productiva agrícola; reestructuración de la producción agrícola; MATOPIBA; Mesoregión Oriental de Tocantins; Mesoregión del Extremo Oeste de Bahía.

Introdução

Este trabalho analisa a marcha pioneira de produtos agrícolas que compõem a concentração espacial da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, considerando os dados da série histórica, das culturas temporárias e permanentes de 2000, 2010 e 2020, disponibilizados na pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM) realizada pelo IBGE.

Interessa-nos revelar a aptidão agrícola dessa região por meio dos produtos historicamente cultivados avaliando se é possível identificar a formação de conjuntos de municípios dedicados a cultivar produtos específicos ocasionando padrões espaciais.

Precedida de rastreamento bibliográfico sobre o tema e levantamento e organização de banco de dados secundários disponibilizados pela PAM, outras minúcias dos procedimentos metodológicos serão detalhadas mais adiante.

Os resultados confirmam a existência de produtos que estão presentes na história agrícola desse recorte territorial, mesmo quando há rupturas na apuração de dados de produção para determinado ano/produto. Além disso, fica evidente a acentuada concentração da produção e das principais alterações na área plantada da Mesorregião Extremo Oeste Baiano vis-à-vis a Mesorregião Oriental do Tocantins.

Ocupação pioneira da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano

Considerando a perspectiva geopolítica mais ampla do espaço colonial português sabe-se que até a primeira metade do século XVII o interflúvio Araguaia-Tocantins marca o processo histórico de povoamento de uma região remota, pouco densa, o território enorme, a economia indefinida, e as linhas de comunicação e administração eram frágeis SCHWARTZ e LOCKART (2002), apud SANTOS (2008, p. 66).

Portanto, a partir do século XVIII, onde hoje se configura a Mesorregião Oriental do Tocantins, os processos vinculados à mineração, às missões religiosas e à atividade agropastoril tradicional se destacam na implantação dos arraiais da mineração, das aldeias missionárias e das fazendas que são os embriões de futuras cidades (BESSA, 2015, p. 10).

A exaustão dos aluviões auríferos provocou o imediato enfraquecimento da atividade mineradora, mas deu relevo à pecuária que já se expandia no refluxo naquela atividade à qual servia como meio de transporte, alimentação e vestuário. O progresso desta atividade é reforçado por uma frente pecuarista proveniente do Maranhão, de onde se deslocaram pequenos criadores de gado, no sentido oeste, à procura de melhores pastagens. Tal frente deu origem, ainda no Século XIX, a alguns núcleos como Porto Nacional, Dianópolis, Pedro Afonso, Araguacema e Miracema do Norte (IBGE, 1991, p. 7).

Simultaneamente, uma frente agrícola maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará e assim, foi se intensificando a ocupação do norte deste território, motivando a formação de pequenos sítios para produção de arroz no extremo norte, e no extrativismo da madeira e do babaçu, mais ao sul, consolidando o suporte comercial regional. Ato contínuo, outra corrente de ocupação se firmava em direção ao sudeste do Tocantins, proveniente de uma frente garimpeira de maranhenses e piauienses, atraídos pela descoberta do cristal de rocha na região de Cristalândia, Pium e Duerê (IBGE, 1991, p. 7).

De acordo com IBGE (1958, p. 541) até final do Século XIX a pecuária extensiva era predominante na região, a agricultura era de pouca expressão e quase sempre voltada para “produtos básicos que são: mandioca, arroz, feijão, e milho” com destaque para os municípios de Pedro Afonso, Porto Nacional e Peixe dedicados na produção de arroz, localizados na Mesorregião Oriental do Tocantins.

Para Bessa (2015, p. 16), durante o Século XIX e até meados do Século XX, a maioria dos embriões urbanos desta região estavam fortemente ligas à pecuária como atividade preponderante, mas havia forte interesse na produção de gêneros alimentícios, “como milho, feijão, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, farinha, açúcar e aguardente” produzidos de forma rudimentar e rarefeita na maioria dos arraiais e vilas, “o que limitava a atividade comercial”.

A partir de meados do Século XX na década de 1960, o avanço da fronteira econômica se projeta nesta região mediatizado pela abertura da BR-153 ou Belém-Brasília. A existência dessa estrada em sentido longitudinal pressionou pela abertura de vias transversais a partir dela redirecionando e incentivando a movimentação de mão-de-obra e de fluxos migratórios inter e intrarregionais. O caráter indutor da Belém-Brasília possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos, fundamentando e acelerando a estruturação da rede urbana no Tocantins (IBGE, 1991, p. 8).

Foi após 1988, ano em que se tornou o 26º Estado da Federação, que o Tocantins assistiu a uma grande expansão da sua rede rodoviária, especialmente após a implantação da nova capital do Estado e do projeto de construção de sua centralidade urbana. Era imprescindível incorporar Palmas às principais áreas produtivas do Estado, bem como em outras direções para integrar nesta região, em termos de circulação e perspectivas econômicas, as áreas com menor dinamismo como a parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocantinense (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

Sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial a região do atual Oeste Baiano principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. No final do século XVI e durante todo o século XVII, sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Na segunda metade do século XVII, o governador geral do Brasil, Dom João de Lencastre, a mando da corte lusitana, iniciou o processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários na margem esquerda do rio São Francisco Almeida (1996), apud da Silva Santos, (2016, p. 137).

A partir da segunda metade do século XVII e ao longo do Século XVIII, na atual Mesorregião Extremo Oeste Baiano os grandes latifúndios originários das sesmarias de famílias tradicionais foram, inicialmente, responsáveis pela maior incidência de currais nas margens do Rio São Francisco e, em seguida, este processo estendeu-se pelos cursos navegáveis dos rios Grande, Corrente e Preto (ROCHA, 1940, p. 14).

Assim, durante dois séculos e meio de colonização, dado o caráter extensivo da pecuária, a formação dos insipientes núcleos urbanos esteve ligada muito mais à necessidade de criação de pequenos entrepostos comerciais que a uma vigorosa economia com relações sociais urbanas.

Além disso, Brandão (2009, p. 55) acrescenta que a atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa rede de articulação viária.

Para Magalhães et al (2017, p. 16) a incipiente agricultura na região tinha como principal obstáculo as irregularidades climáticas que prejudicavam a produção e comercialização do algodão, arroz e cereais.

Também neste período, O sal-gema e o salitre foram as principais fontes econômicas para a atividade de criação de gado e para o beneficiamento de carnes e peixes, enquanto que a rapadura, a cachaça, a farinha de mandioca e a diversidade das atividades exercidas por vaqueiros, lavradores e canoieiros incrementaram a economia local, destacando-se também a indústria vegetal, com a utilização de ubás e igaras para a produção de canoas, beneficiando também a pescaria, e a indústria da construção, com a utilização de madeiras, carnaúbas, estipe para esteios, linhas, cercados e palhas IBGE, (1958) apud da Silva Santos (2016, p. 142).

Em fins do século XX, no extremo oeste baiano, as ligações ferroviárias eram feitas a partir das extremidades navegáveis do rio São Francisco, tanto por Juazeiro, ao norte, como por Pirapora, ao sul. Com essas tem-se “o primeiro momento integrador dos habitantes da região do sertão do São Francisco à sociedade nacional” (SANTOS, 2008, p. 32).

De acordo com ANTT (2021), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL (EF-334) foi outorgada à Valec por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, e tem extensão de 1.527 quilômetros, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O empreendimento está dividido em três trechos: Trecho I: Ilhéus/BA – Caetité/BA, com extensão de 537 km, o Trecho II: Caetité/BA – Barreiras/BA, com extensão de 485 km e o Trecho III: Barreiras/BA – Figueirópolis/TO, com extensão aproximada de 505

km, em fase de revisão de estudos e projetos, conta com Licença Prévia emitida pelo IBAMA.

Com efeito, principalmente a partir dos anos 1960 na Bahia, começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes como a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 e, posteriormente consolidando as ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições rústicas, mas possibilitando prolongamentos consideráveis de Barreiras com o Piauí, com Santa Maria da Vitória e dali com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a BR-349 ligando centros como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves com Mansidão (SANTANA SOBRINHO, 2022, p. 9; DA SILVA SANTOS, 2016, p. 150).

Temos por certo que a pecuária representa a atividade indutora das relações de produção nesta região, mas em momento posterior a agricultura de subsistência quase sempre para o autoconsumo, ganha expressão na produção e marca as relações comerciais de muitos municípios pois, de acordo com da Silva Santos (2016, p. 148), pelo porto de Barreiras escoavam produtos locais como: “arroz, feijão, carne seca, rapadura, melão da cana” dentre outros e, a partir de então começa o lento processo de especialização da produção regional de “cana-de-açúcar, algodão, coco, arroz, feijão, mandioca e milho, complemento imprescindível da renda agrícola dos pequenos núcleos urbanos (DA SILVA SANTOS, 2018, p. 32).

Quando novas práticas se inserem na luta dos lugares pela ruptura da ordem vigente a ocorrência de mudanças políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais são as principais portadoras da remodelação do espaço. No caso do

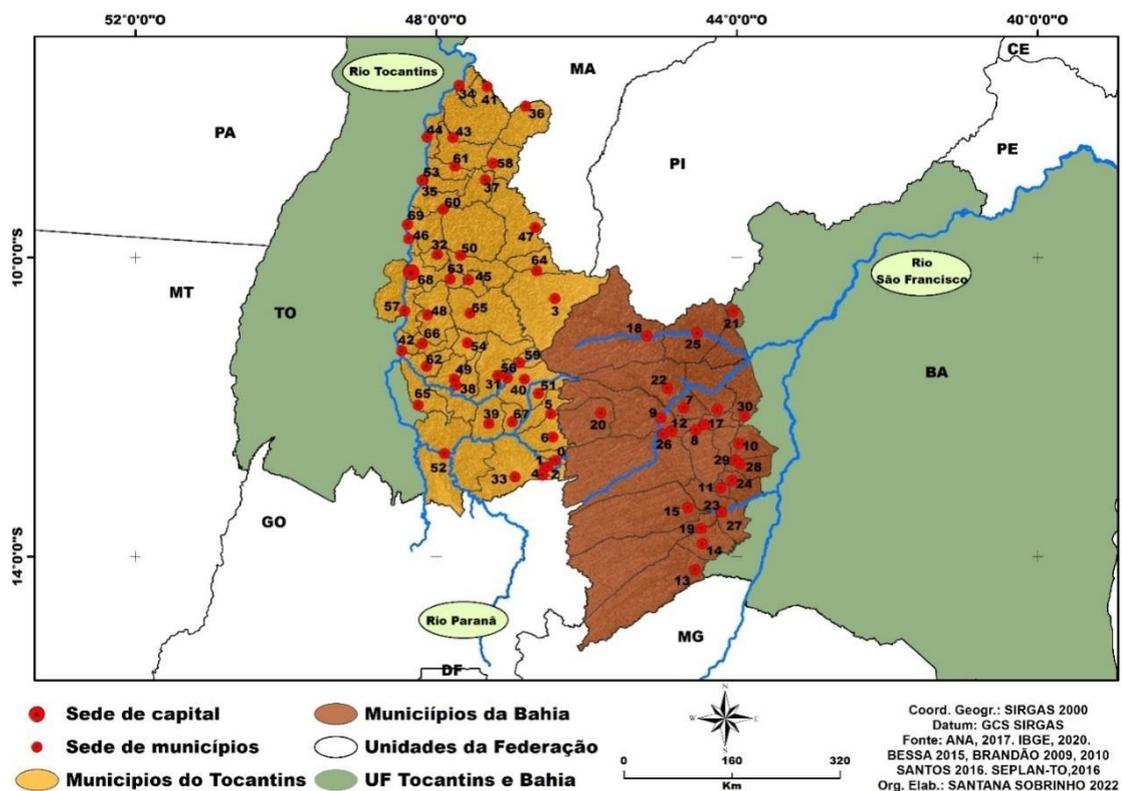
Extremo Oeste Baiano a partir do Século XX, ocorre a ruptura do processo histórico vigente fazendo emergir profundas transformações com a diversificação dos produtos produzidos e no modo de produção.

O ritmo das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010, ocorreu principalmente pela substituição muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados por uma agricultura mecanizada com culturas anuais intensificadas por novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação. Deste contexto emerge o protagonismo de alguns lugares em detrimento de outros, pois o processo de modernização do espaço não ocorre de maneira homogênea e simultânea.

Neste caso, quase sempre a posição do Estado visa incentivar e/ou facilitar os investimentos privados ligados na sua maioria ao agronegócio de grãos.

Com o fito de representar a localização geográfica, o Mapa 1 e o Quadro 1 explicam a delimitação recente do recorte territorial deste estudo e relacionam as cidades sede dos municípios.

Figura 1- Mapa de localização do recorte territorial com os municípios deste estudo



Fonte: Elaboração própria a partir de bases digitais (IBGE, 2020, BESSA 2015; BRANDÃO 2009, 2010;)

Figura 2: Quadro com a relação dos municípios do Mapa 1

Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF	Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF	Nº	NOME DO MUNICÍPIO	UF
0	Aurora do Tocantins	TO	24	Santana	BA	47	Lizarda	TO
1	Combinado	TO	25	Santa Rita de Cássia	BA	48	Monte do Carmo	TO
2	Lavandeira	TO	26	São Desidério	BA	49	Natividade	TO
3	Mateiros	TO	27	São Félix do Coribe	BA	50	Novo Acordo	TO
4	Novo Alegre	TO	28	Serra Dourada	BA	51	Novo Jardim	TO
5	Ponte Alta do Bom Jesus	TO	29	Tabocas do Brejo Velho	BA	52	Paraná	TO
6	Taguatinga	TO	30	Wanderley	BA	53	Pedro Afonso	TO
7	Angical	BA	31	Almas	TO	54	Pindorama do Tocantins	TO
8	Baianópolis	BA	32	Aparecida do Rio Negro	TO	55	Ponte Alta do Tocantins	TO
9	Barreiras	BA	33	Arraias	TO	56	Porto Alegre do Tocantins	TO
10	Brejolândia	BA	34	Barra do Ouro	TO	57	Porto Nacional	TO
11	Canápolis	BA	35	Bom Jesus do Tocantins	TO	58	Recursolândia	TO
12	Catolândia	BA	36	Campos Lindos	TO	59	Rio da Conceição	TO
13	Cocos	BA	37	Centenário	TO	60	Rio Sono	TO
14	Coribe	BA	38	Chapada da Natividade	TO	61	Santa Maria do Tocantins	TO
15	Correntina	BA	39	Conceição do Tocantins	TO	62	Santa Rosa do Tocantins	TO
16	Cotegipe	BA	40	Dianópolis	TO	63	Santa Tereza do Tocantins	TO
17	Cristópolis	BA	41	Goiatins	TO	64	São Félix do Tocantins	TO
18	Formosa do Rio Preto	BA	42	Ipueiras	TO	65	São Valério	TO
19	Jaborandi	BA	43	Itacajá	TO	66	Silvanópolis	TO
20	Luís Eduardo Magalhães	BA	44	Itapiratins	TO	67	Taipas do Tocantins	TO
21	Mansidão	BA	45	Lagoa do Tocantins	TO	68	Palmas	TO
22	Riachão Das Neves	BA	46	Lajeado	TO	69	Tocantínia	TO
23	Santa Maria Da Vitória	BA						

Fonte: Elaboração própria a partir de bases digitais (IBGE, 2020)

Por um lado, a mineração e posteriormente a agricultura e a pecuária se revelam como atividades econômicas que organizam a ocupação e o povoamento do norte de Goiás, e por extensão o espaço da atual Mesorregião Oriental do Tocantins. Por outro lado, onde se configura hoje a Mesorregião Extremo Oeste Baiano é a pecuária, seguida pela agricultura de subsistência, que têm o papel pioneiro preponderante na ocupação e ordenamento do espaço regional, sem negligenciar a importância dessas atividades na formação da rede urbana deste recorte territorial, apresentado no Mapa 1 e no Quadro 1.

O agronegócio e a modernização da produção agrícola em regiões produtivas do MATOPIBA

Temos por certo que o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio provocou a expansão territorial dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006, p. 38-39). Além disso, as empresas que constituem a rede agroindustrial fortemente tecnológica que se estabelece em determinada região, interfere diretamente no desmanche da solidariedade orgânica localmente e historicamente tecida, que fica por isso extremamente comprometida. Por extensão, o comportamento operacional das redes agroindustriais organiza uma sobreposição de divisões territoriais e sociais do trabalho originando assim uma variedade de circuitos da economia agrária.

No debate sobre as transformações recentes que vem ocorrendo nos espaços urbanos e rurais do Brasil, naturaliza-se a argumentação do agronegócio como via de progresso constante e capaz de conciliar a permanência de aptidões regionais tradicionais frente às demandas por novos produtos e serviços especializados (ELIAS, 2021, p. 5). Por conseguinte, esses fatores vêm condicionando a especialização seletiva da produção agrícola sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frentes das redes agroindustriais globalizadas.

Desse modo emergem os “circuitos espaciais da produção” que organizam a formação dos “círculos de cooperação” a partir de grupos de municípios dedicados a produzir determinados produtos e que muitas vezes resultam em padrões espaciais regionais orientados pela concentração da produção em determinados municípios.

Por isso, a criação e delimitação do MATOPIBA materializam uma “realidade geográfica” que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins caracterizada pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

A delimitação do MATOPIBA realiza a implementação de um objeto geográfico que Elias (2011, p. 155) caracteriza e define como Região Produtiva Agrícola (RPA).

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos fortemente atrelados ao agronegócio globalizado e, portanto, orientados pelas imbricações do aparato técnico das redes agroindustriais.

Dessa forma, são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, ou seja, são áreas de difusão de [circuitos superiores] do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011, p. 155).

Nas RPAs, o movimento de reestruturação dos sistemas produtivos agrícolas produz rebatimentos na base dos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária, especialmente no conteúdo técnico da produção, nas relações sociais de produção e na estrutura fundiária.

Temos por certo que a reestruturação produtiva da agropecuária tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos não metropolitanos ainda em processo acelerado de reorganização, pois estes passam a compor novos arranjos territoriais fortemente atrelados no agronegócio globalizado. Desse modo,

Tal realidade acirra a refuncionalização desses arranjos e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica dos respectivos espaços. Do mesmo modo, as RPAs são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais (ELIAS, 2011, p. 156).

Não é por outra razão o nosso interesse em representar a concentração da produção agrícola nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano, para identificar a existência de padrões geográficos formando contiguidades ou fragmentações espaciais, considerando o

volume de cada produto produzido nos municípios. Além disso, sabe-se que as transformações nos espaços agrícolas modernos ocorrem, principalmente, com ampliação das áreas plantadas e intensificação do uso de tecnologias avançadas que aceleram o funcionamento dos sistemas produtivos.

Neste sentido, é importante compreender como se organiza a produção nos municípios das mesorregiões analisadas considerando a diversidade de produtos produzidos, pois cada um possui suas próprias exigências de insumos, serviços, força de trabalho, tecnologias, capital maquinário etc. realçando ainda mais a distinção entre os lugares.

Percurso metodológico

A metodologia estruturou-se na abordagem qualitativa para realizar o rastreamento das contribuições teóricas e conceituais que balizam o debate sobre o agronegócio e seu papel na reestruturação da produção agrícola no Brasil, bem como os desdobramentos que marcam as transformações espaciais recentes ocasionadas por este complexo sistema produtivo. Por outro lado, a abordagem quantitativa mostrou a necessidade de levantamento e tratamento de dados secundários com uso do geoprocessamento para representar os volumes produtivos nos municípios das Mesorregiões estudadas, possibilitando identificar e analisar a formação de padrões geográficos considerando o volume final de cada produto produzido e os rebatimentos nas áreas plantadas dos municípios.

Este estudo considerou o conjunto de dados organizados pelo IBGE para compor a pesquisa denominada Produção Agrícola Municipal (PAM). Os resultados reúnem para todo o Território Nacional um conjunto de 64 produtos agrícolas sendo 31 de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes.

As tabelas disponibilizadas pelo IBGE no formato Excel xlsx, contém os dados da área plantada ou destinada a colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporária e permanentes.

Para a elaboração dos documentos cartográficos, inicialmente realizou-se

adequações Tabela 5457 da PAM eliminando informações desnecessárias, atribuindo o valor 0 (zero) para a ausência de quantidade produzida por período, além de selecionar os principais produtos da história agrícola dessa região composta pelo algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, baseando-se em (DA SILVA SANTOS 2018, p. 33) e (BESSA 2015, p. 16). De posse da Tabela 5457 da PAM, observou-se que a produção de algodão é quase inexistente para os municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins em todos os períodos, optando-se portanto de não ser considerado nas análises de área plantada e quantidade produzida do recorte territorial estudado.

Importa destacar que a PAM é integrada ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Assim, todos os dados referentes aos produtos agrícolas investigados pelo LSPA durante o ciclo da cultura migram automaticamente para a PAM no final do ano civil em 31.12, o que constitui uma consolidação anual dos dados mensais obtidos por aquele levantamento. Com periodicidade anual e grande abrangência, a PAM alcança Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios em todo o Brasil.

Apresentação e discussão da produção agrícola da mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano

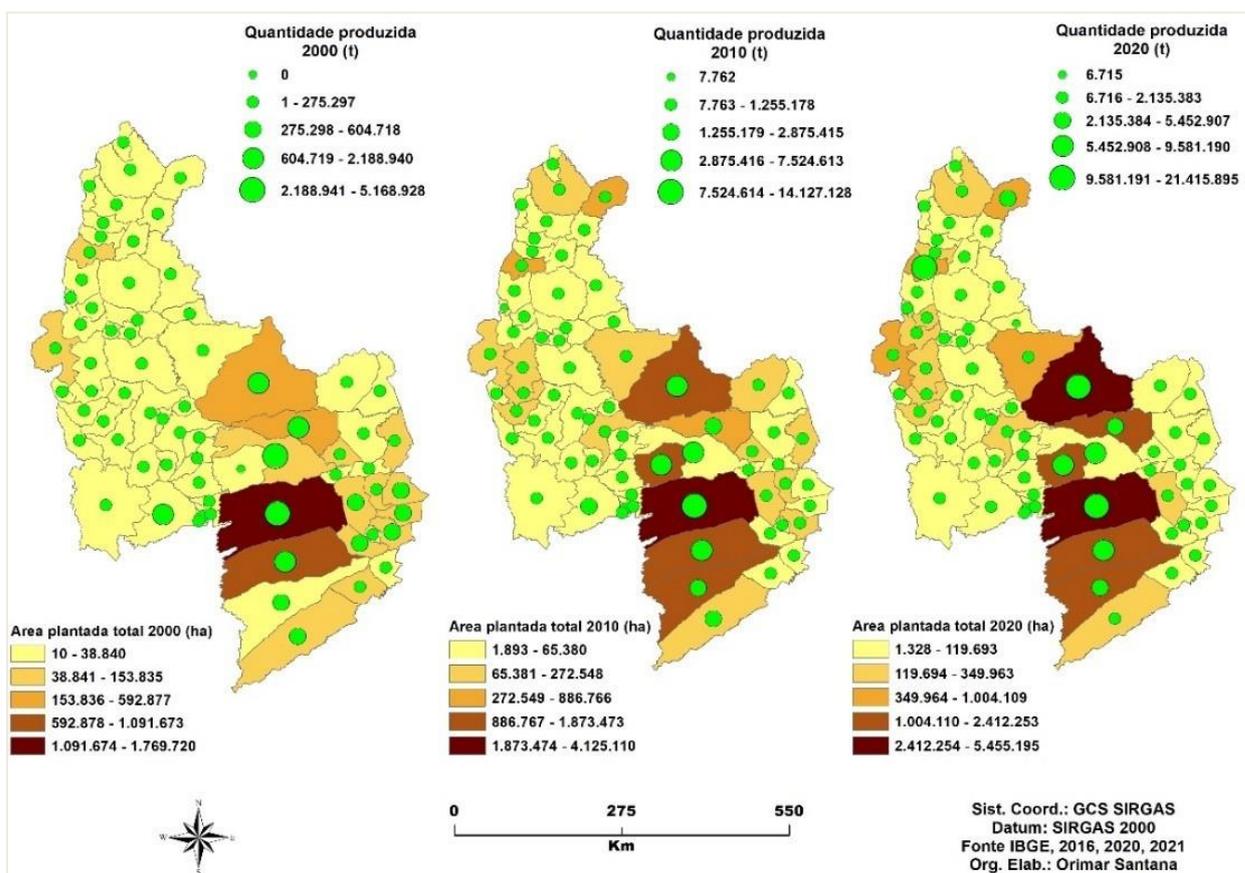
Nas argumentações precedentes acerca do movimento pioneiro de ocupação dessa região fica claro que a agricultura de subsistência marca a realidade econômica das comunidades precursoras da ocupação dessas regiões concentrada quase sempre no cultivo de algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, dentre outras, compondo assim a matriz do quadro da produção agrícola destacado por (DA SILVA SANTOS 2018, p. 33) e (BESSA 2015, p. 16).

Recomenda-se consultar o Mapa 1 e o Quadro 1 para identificar os municípios e compreender melhor a realidade espacial e temporal da produção agrícola dessas Mesorregiões. Neste sentido, o Mapa 2 representa a periodização decenal da

produção agrícola considerando a área plantada total e a quantidade da produção na década de 2000, 2010 e de 2020 a partir da seleção dos produtos já destacados.

No que tange à quantidade da produção do período, observa-se aumento de 36,58% na quantidade produzida entre 2000 e 2010 elevando consideravelmente para 65,96% entre 2010 e 2020 perfazendo um aumento final de 33% na quantidade total da produção dos municípios. Além disso, também houve aumento da área plantada total de 42,9% entre 2000 e 2010, elevando para 75,6% entre 2010 e 2020. Equivale dizer, portanto, que o aumento da produção acompanhou de muito perto o aumento final de 32% das áreas plantadas no período.

Figura 3: Mapa da Representação espacial e temporal da produção agrícola dos municípios 2000/2010/2020.



Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

A partir dos produtos historicamente produzidos nestas regiões e considerando os dados disponibilizados pela PAM 2021, a sequência de documentos

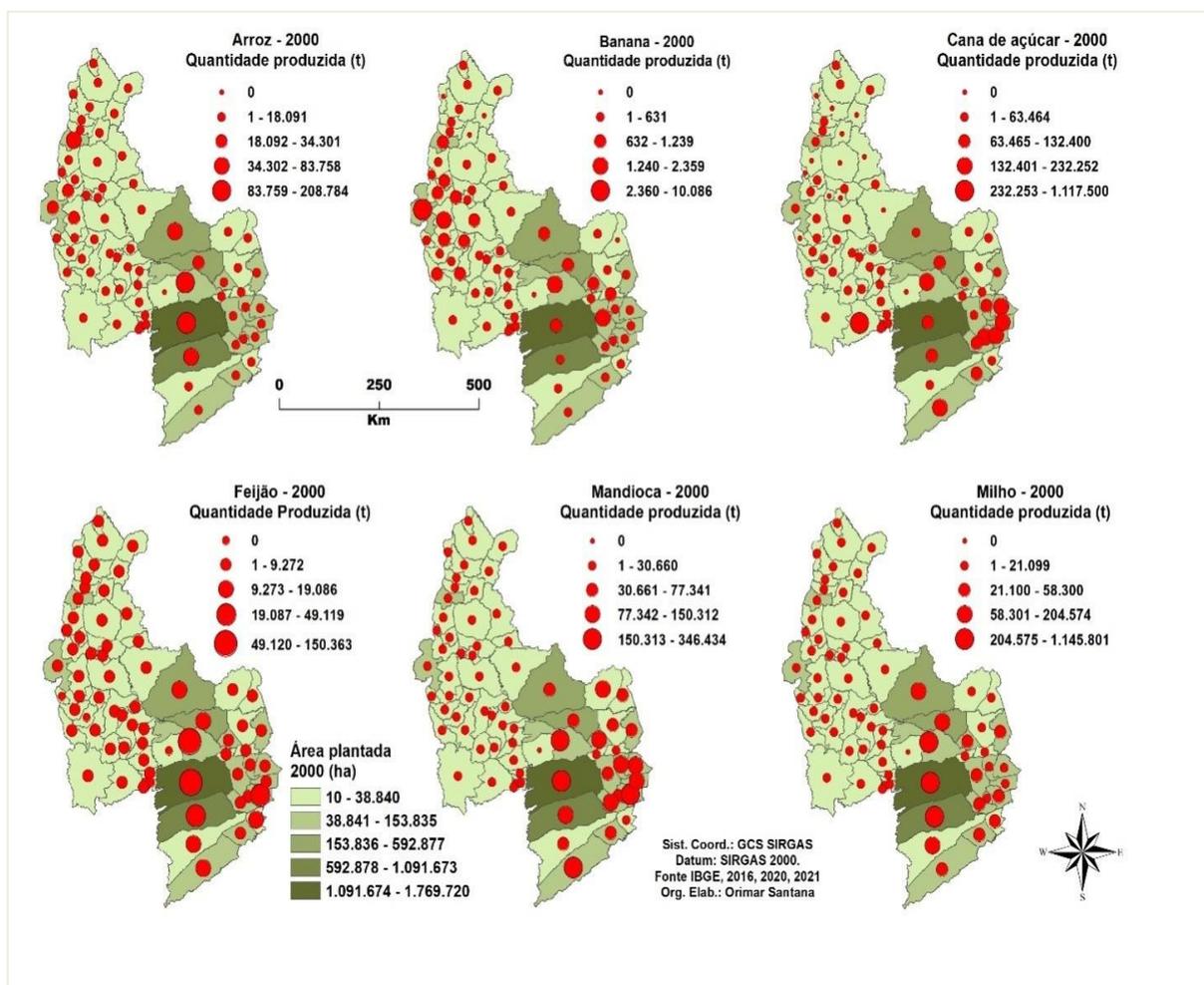
cartográficos apresentados possibilita compreender o movimento das transformações considerando os principais produtos agrícolas que caracterizam a aptidão agrícola da região.

No Mapa 3 o principal interesse é destacar os produtos básicos, segundo da Silva Santos (2018, p. 33) e (Bessa, 2015, p. 16), que marcam a agricultura regional considerando a área total destinada ao plantio e a quantidade produzida.

Fica bastante claro que todos os municípios se dedicam, em maior ou menor proporção na produção de todos os produtos considerados entretanto, a produção está fortemente concentrada nos municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano onde também há um grande número de municípios com área plantada superior a 153.000 ha com especial destaque na produção de arroz, feijão, mandioca e milho. Diferentemente do Tocantins onde a quase totalidade dos municípios apresentam área plantada entre 10 e pouco mais de 38.000 ha e apenas dois municípios com área plantada superior a esse limiar, a produção mais expressiva é de banana acima de 2.000 t e cana-de-açúcar em apenas um município ultrapassando 1.000.000 t.

Figura 4: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados

– 2000



Fonte: Elab. Orimar Santana. A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

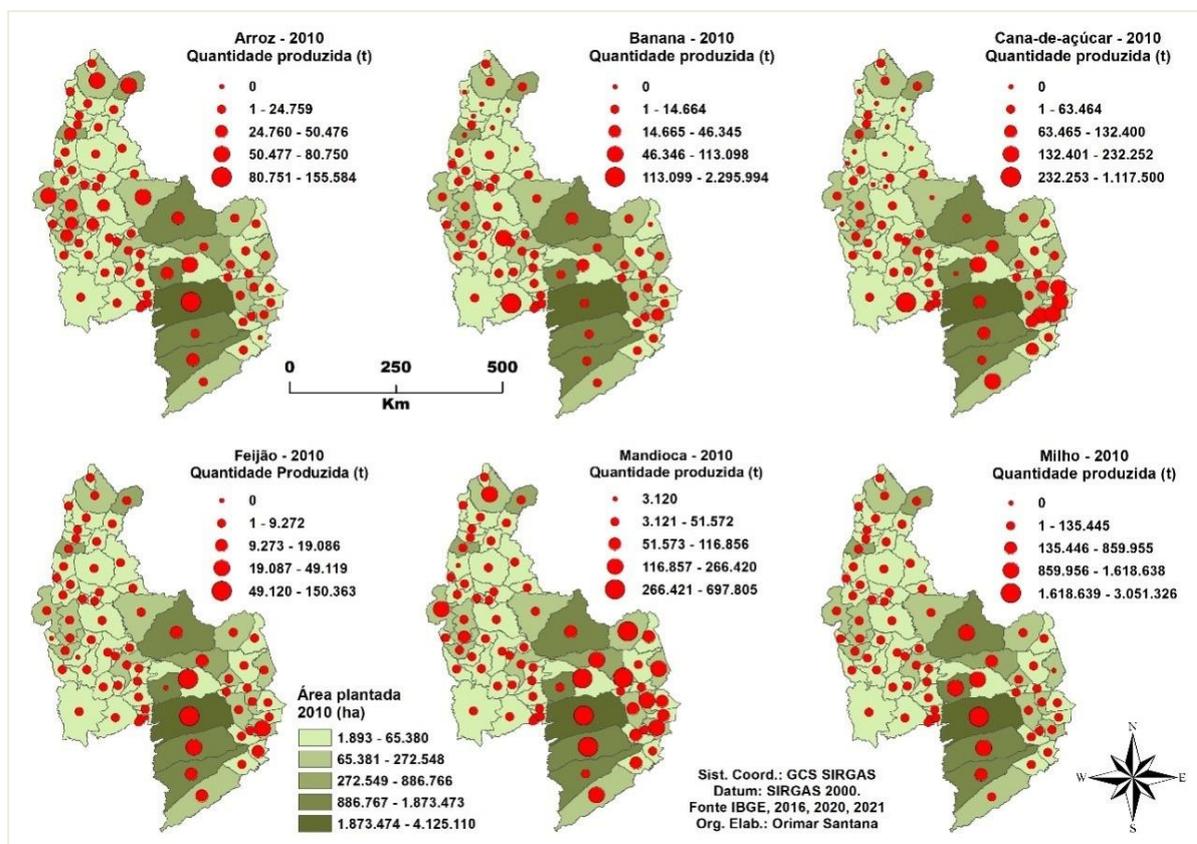
Portanto, o padrão espacial que se configura nesta ocasião se expressa no amplo conjunto dos municípios tocantinenses formando um bloco relativamente compacto de baixa dedicação de áreas para plantio com rebatimentos diretos na quantidade produzida. Diferenciando-se em grande medida do Oeste Baiano com maior número de municípios com diferenças consideráveis de áreas disponíveis para plantio configurando diversidade do padrão espacial tanto das áreas quando no porte produtivo.

Com o fito de representar a produção dos principais produtos agrícolas da região na década de 2010, o Mapa 4 evidencia as transformações ocorridas na área

mínima plantada que era de 10 ha no início da década de 2000 passando para mais de 1.800 ha em 2010, de modo semelhante o aumento da área plantada se revela no limiar máximo que em 2000 era de mais 1.700.00 ha passando para mais de 4.000.000 ha ao final da década de 2010, representando assim aumento de 42,8% da área plantada total, entre as décadas de 2000/2010. Enquanto a Mesorregião Extremo Oeste Baiano permanece no comando da área plantada e da quantidade produzida de arroz, feijão, mandioca e milho em 2010, sem expressar grandes alterações na área plantada neste período é possível observar considerável aumento na produção de alguns produtos na Mesorregião Oriental do Tocantins como é o caso do arroz em 4 municípios com produção acima de 50.000 t, destaque também na produção de banana no sudeste dessa Mesorregião ultrapassando 113.000 t e a mandioca em municípios da área central e norte superando 100.000 t.

Nesta etapa da análise temos por padrão espacial as poucas alterações nas áreas disponíveis para plantio dos municípios tocantinense onde apenas 7 deles apresentam aumento das áreas de plantio com desdobramento diretos nas quantidades produzidas dos produtos tradicionais da região. Do lado baiano, a diversidade se expressa tanto na diversidade do tamanho das áreas de plantio quanto na quantidade produzida dos mesmos produtos sem, contudo, formar contiguidades em larga escala.

Figura 5: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados – 2010



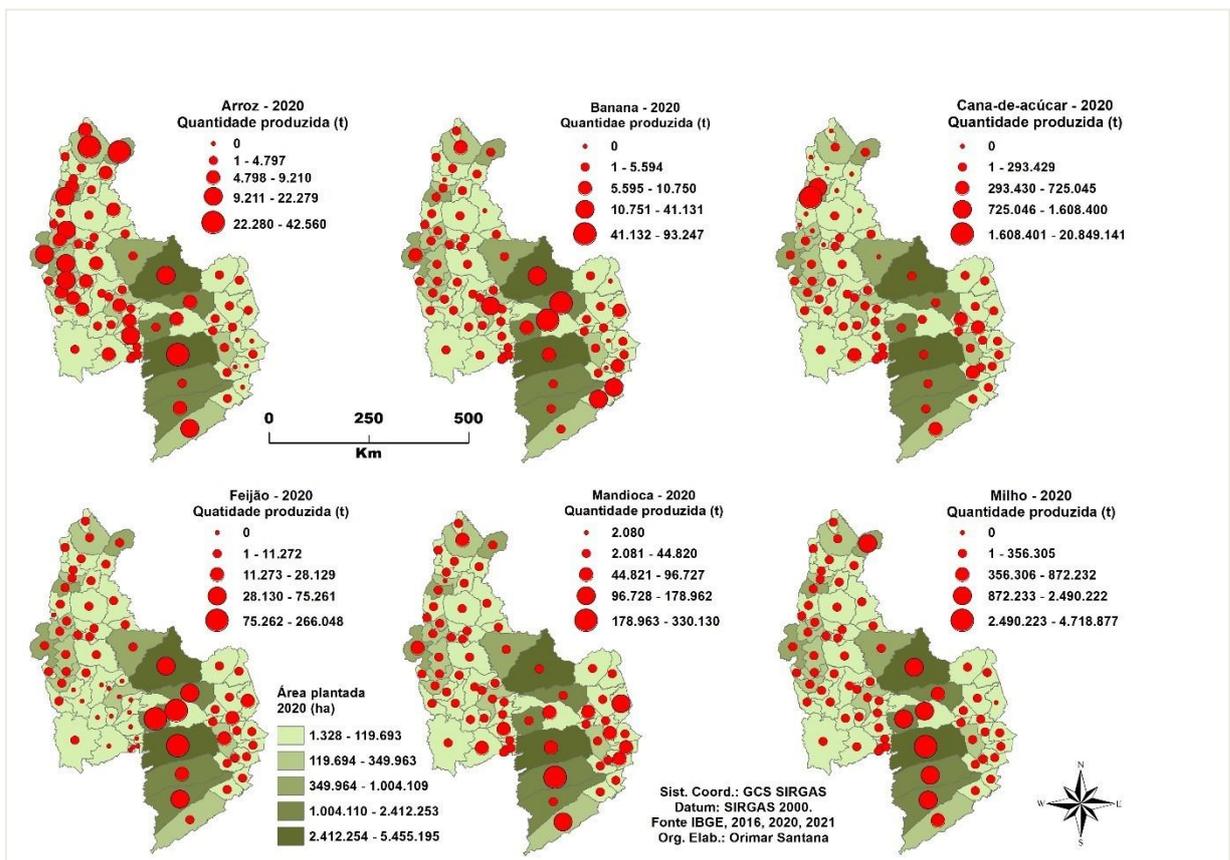
Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

Diferenças significativas podem ser apontadas no Mapa 5 no que se refere à ampliação da área plantada total em 75,6% entre 2010 e 2020 especialmente nos municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano. No que se refere às quantidades produzidas, em que pese o comando produtivo da região baiana especialmente de banana, feijão, mandioca e milho, do lado tocantinense sem grandes ampliações nas áreas plantadas assiste-se ao aumento expressivo da produção de arroz em municípios da porção norte desta Mesorregião, ultrapassando 42.000 t, cana-de-açúcar superior a 20.000.000 t e o milho produzindo acima de 2.000.000 t.

Entretanto, no que se refere à formação de padrões espaciais pela concentração da produção nesse período, as configurações territoriais que se expressam pelas alterações nas dimensões das áreas de plantio paralelamente às quantidades da produção deste recorte territorial revelam, por um lado a permanência do lado tocantinense sem a ampliação das áreas plantadas com rebatimento diretos na quantidade da produção, exceto de arroz em

2020, e, por outro lado, o movimento dinâmico nos municípios do lado baiano, com ampliação sistemática das áreas de plantio e assim alcançando o crescente aumento da quantidade da produção dos produtos em tela.

Figura 6: Mapa da área plantada total e da quantidade produzida dos produtos selecionados – 2020



Fonte: Elab. Orimar Santana A partir de (IBGE, Malhas digitais 2016, 2020; PAM, 2021)

O exposto revela, portanto, as condições e os meios pelos quais a reestruturação da agricultura se projeta neste recorte territorial e também, as possibilidades de utilização dos dados da PAM para realizar representações cartográficas capazes de evidenciar os padrões espaciais que se formam na região, seja pela intensidade da concentração da produção agrícola ou pelas alteração nas áreas destinadas ao plantio.

Considerações finais

Pode-se afirmar que inicialmente a mineração e a pecuária extensiva acompanhada da agricultura de subsistência em momento subsequente, forjaram o povoamento descontínuo deste território e implementaram o cultivo de produtos que permanecem delineando a aptidão agrícola desta região.

Neste sentido, algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho representam a matriz produtiva da agricultura regional e que no longo tempo pressionam os agentes produtores e os proprietários de terra pela ampliação de áreas para plantio ocasionando muitas vezes significativas diferenciações na quantidade produzida pelos municípios.

Quase sempre, os resultados quantitativos dessa produção podem organizar uma diversidade de níveis hierárquicos entre os municípios, formando padrões espaciais seja pelas transformações nas áreas de plantio seja pela quantidade produzida total ou individualizada por produtos, conforme experimentamos representar aqui.

Temos por certo que a reestruturação da produção agrícola nesta região ocorre fundamentalmente pela ampliação das áreas de plantio e inserção de novos produtos a serem cultivados com o fito de diversificar o perfil agrícola da região. Por isso, os resultados apresentados aqui sinalizam a necessidade da continuidade de pesquisas que possam identificar mudanças na carteira dos produtos agrícolas da região.

A partir dos resultados fica claro a origem da aptidão agrícola regional marcada principalmente pela produção de algodão, arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho, mas a inserção desta região nos interesses do avanço da fronteira agrícola pressiona pela diversificação dos produtos produzidos e até mesmo desconsiderando produtos importantes como algodão, que não tem tradição de produção nos municípios tocantinenses e foi, por isso, excluído das representações cartográficas.

Referências

ALMEIDA, Ignez Pitta de. Saudade de Barreiras: álbum de recordações. Barreiras: Gráfica Irmãos Ribeiro, 1996.

Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT. 2021. Disponível em:< <https://portal.antt.gov.br/ef-334-fiol-ii-e-fiol-iii> >. Acesso em 08/06/2022.

BESSA, K. Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/3312>

BORGES, R. T. SOUZA, P. A. B. de. PEREIRA, E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do Tocantins entre 1990 a 2007. Revista Interface, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em:< <https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>

BRANDÃO, P. R. B. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do oeste baiano (1501-1827) - DOI 10.5216/bgg.v29i1.6059. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47–56, 2009. DOI: 10.5216/bgg.v29i1.6059. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/6059>. Acesso em: 5 nov. 2022.

DA SILVA SANTOS, I. D. A gênese do urbano no Oeste Baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. GeoTextos, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i1.15704. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15704>. Acesso em: 6 nov. 2022.

DA SILVA SANTOS, I. D. O papel das localidades centrais na rede urbana do Oeste Baiano: do declínio de Barra à ascensão de Barreiras (início do Século XX à década de 1980). Caminhos de Geografia, Uberlândia, MG, v. 19, n. 65, p. 29–42, 2018. DOI: 10.14393/RCG196503. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/36739>. Acesso em: 6 nov. 2022.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. Geosp, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021. ISSN 2179-0892. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/182640>. doi:

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2021.182640>.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 13, N. 2 / NOVEMBRO 2011

FRAGOSO, D, de B. e CARDOSO, E. A. Expansão da Agricultura no Tocantins. (In) Agricultura e mudanças do clima no Estado do Tocantins [livro eletrônico]: vulnerabilidades, projeções e desenvolvimento / organização Erich Collicchio, Humberto Ribeiro da Rocha. -- Palmas, TO: Editora Universitária-EdUFT, 2022. 438 p. PDF. Disponível em:< <https://repositorio.uft.edu.br/handle/>>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O estado do Tocantins: reinterpretção de um espaço de fronteira. Rev. Bras. Geogr. Rio de Janeiro, v. 53, n.4, p. 1 - 166, out./dez. 1991. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n4.pdf >

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. IBGE. [Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística]. Rio de Janeiro. IBGE. Livro 27295, v. 4. Ano: 1957-1964. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>>

IBGE. Bases cartográficas contínuas – Brasil. Malhas Digitais. IBGE. 2020. Disponível em:< [https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/verso2021/)

[geociencias.html?caminho=cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/verso2021/](https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bc250/verso2021/)>

IBGE . Pesquisa Agrícola Municipal. IBGE. 2022. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>>

MAGALHÃES, P. G. SILVA, R. S. BOTO, B. M. MAGALHÃES, V. OLIVEIRA, R.

O Oeste baiano: uma perspectiva histórica. SILO.TIPS. 2017. Disponível em:< https://silo.tips/queue/o-oeste-baiano-uma-perspectiva-historica?&queue_id=-1&v=1667739538&u=MTc3LjEyNi45NC4xMDc=>

OLIVEIRA. M. A. B. ANÁLISE HISTÓRICO/GEOGRÁFICA DO OESTE DA BAHIA: BREVE LEVANTAMENTO DOS MOVIMENTOS DE DIVISÃO NO CONTEXTO DE

FORMAÇÃO TERRITORIAL. Anais de VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES. 10 a 16 ag. 2014. Disponível em:<

http://www.cb2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404090341_ARQUIVO_Artigo_CB_G.pdf>

ROCHA, Geraldo. O rio de São Francisco. Factor precipuo da existência do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SANTANA SOBRINHO. O. S. SOBRINHO. F. L. A. OS PERÍODOS DO TERRITÓRIO E A FORMAÇÃO DA REDE URBANA NA MESORREGIÃO ORIENTAL DO TOCANTINS E NA MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO. Geofronter, Campo Grande, v.8, p. 01-21. Disponível em:<
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/7088/5196>>

SANTOS. C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. Estudos Sociedade e Agricultura. (Outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017. Publicado: 28-10-2016. Disponível em:<<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>>

SANTOS, F. V. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão Pará e Maranhão (1751-1780). (Tese. Doutorado). São Paulo. Universidade de São Paulo. Departamento de História. 2008, 440p. Disponível em:<
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. A América Latina na época colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Contribuição dos autores:

Autor 1: Pesquisa bibliográfica, elaboração, produção cartográfica e discussão dos resultados. Autor 2: Supervisão, análise final dos resultados e revisão do texto.

Seção 3. OCUPAÇÃO PIONEIRA, FORMAÇÃO DA REDE URBANA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM REGIÕES PRODUTIVAS DO TOCANTINS E DA BAHIA

No prelo.

Link para acesso online:

GEONORTE.

Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/index> Acesso em: 19/05/2023

Perfil ORCID, acesse <https://orcid.org/register>.

Link de acesso à submissão aguardando avaliação:

Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/submissions> Acesso em: 19/05/2023.

Atualmente a Revista Geonorte está indexada nas seguintes bases:

Directory Of Open Access Journal, Diadorim, Livre, Sumários.org, Base, Google Acadêmico, CiteFactor, EZ3, General Impact Factor, Cross Ref, Ibicit oasisbr, OCLC WorldCat, Scientific Indexing Service, TIB, WorldWideScience Alliance, Journal Factor, Redib, DRJI, Eurasian Scientific Journal Index, Academic Resource Index, Cosmo Impact Factor, ISI e LATINDEX.

DOI 10.21170

Tipo do manuscrito: Artigo de Pesquisa.

OCUPAÇÃO PIONEIRA, FORMAÇÃO DA REDE URBANA E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS EM REGIÕES PRODUTIVAS DO TOCANTINS E DA BAHIA

Pioneer occupation, urban network formation, and spatial distribution of socioeconomic indicators in productive regions of tocantins and bahia

Ocupación pionera, formación de redes urbanas y distribución espacial de indicadores socioeconómicos en regiones productivas de tocantins y bahía

Nome Sobrenome¹, Nome Sobrenome², Nome Sobrenome³ - **Preencher depois de aceite.**

¹ Instituição, Departamento, Cidade, País. E-mail. - **Preencher depois de aceite.**

: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000> - **Preencher depois de aceite**

² Instituição, Departamento, Cidade, País. E-mail. - **Preencher depois de aceite.**

: <https://orcid.org/0000-0000-0000-0000> - **Preencher depois de aceite**

Recebido em (data) e aceite em (data) - **não preencher**

RESUMO:

Este estudo analisa o movimento pioneiro de ocupação e formação da rede urbana e a distribuição espacial de indicadores socioeconômicos e populacionais no período de 2000 a 2010 para compreender a realidade dos municípios da Mesoregião Oriental do Tocantins e da Mesoregião Extremo Oeste Baiano neste período. Nesta região, a reestruturação produtiva da agropecuária requisiou acréscimos técnicos e outras alterações nos sistemas produtivos tradicionais que ocasionaram rebatimentos no interior das cidades e na vida das pessoas. Temos como pressuposto que o processo histórico de ocupação e formação dos núcleos urbanos condicionou a concentração da população e das atividades em municípios específicos e portanto, neles ocorrem as melhores condições de vida e de desenvolvimento humano. A pesquisa orientou-se pelo rastreamento de bibliografia sobre a formação da rede de cidades da região, os resultados do Censo Demográfico 2000 e 2010 e do Atlas Brasil para elaboração de documentos cartográficos como subsídio para futuros estudos a partir dos dados atualizados do Censo 2022 em andamento. Espera-se assim compreender processos pretéritos que condicionaram o aparecimento das cidades e os fatores políticos, econômicos, ambientais e culturais que no longo tempo garantem a permanência e as transformações ocorridas na dinâmica do desenvolvimento humano deste segmento de rede urbana.

Palavras-chave: c

ABSTRACT:

This study analyzes the pioneer occupation and formation of the urban network, as well as the spatial distribution of socioeconomic and population indicators between 2000 and 2010 to understand the reality of the municipalities of the Eastern Mesoregion of Tocantins and the Far Most Western Mesoregion of

REVISTA GEONORTE, V.13, N.XX, p.00-00, 2022.

(ISSN 2237 - 1419)

 [10.21170/geonorte.2022.V.11.N.XX.00.00](https://doi.org/10.21170/geonorte.2022.V.11.N.XX.00.00)

Bahia, in this period. In these two regions, the restructuring of agricultural production required technical innovations and changes to the traditional production systems that caused repercussions inside cities and in people's lives. We assume that the historical process of occupation and formation of urban centers conditioned the concentration of the population and activities in specific municipalities, therefore generating a concentration of the best living conditions and human development. The research was guided by a review of the literature on the formation of the network of cities in these regions, and an analysis of the results of the 2000 and 2010 Demographic Census and the Atlas Brazil for the elaboration of cartographic documents that can be subsidy for future studies based on updated data from the 2022 Census, now and the political, economic, environmental and cultural factors, that in the long term guaranteed in progress. It is expected to understand past processes that conditioned the emergence of cities the permanence and transformations that occurred in the dynamics of human development in this segment of the urban network.

Keywords: Agribusiness; Socioeconomic Indicators; Urban Network; MATOPIBA; Eastern Mesoregion of Tocantins and Far Most Western Mesoregion of Bahia.

Ocupación pionera, formación de redes urbanas y distribución espacial de indicadores socioeconómicos en regiones productivas de tocantins y bahía

RESUMEN

Este trabajo analiza el movimiento pionero de ocupación y formación de la red urbana y la distribución espacial de los indicadores socioeconómicos y poblacionales en el período de 2000 hasta 2010 para comprender la realidad de los municipios de la Mesoregión Oriental de Tocantins y de la Mesoregión Extremo Oeste Baiano en este período. En esta región, la reestructuración productiva de la agricultura y la ganadería exigió incorporaciones técnicas y otros cambios en los sistemas de producción tradicionales que causaron repercusiones en el interior de las ciudades y en la vida de las personas. Partimos de la base de que el proceso histórico de ocupación y formación de núcleos urbanos ha condicionado la concentración de población y actividades en determinados municipios y, por lo tanto, en ellos se dan las mejores condiciones de vida y desarrollo humano. La investigación se orientó por el rastreo de bibliografía sobre la formación de la red de ciudades de la región, los resultados de los Censos Demográficos de 2000 y 2010 y del Atlas Brasil para la elaboración de documentos cartográficos como subsidio para futuros estudios basados en datos actualizados del Censo 2022 en proceso. Se espera así comprender los procesos pasados que condicionaron la aparición de las ciudades y los factores políticos, económicos, ambientales y culturales que en largo plazo garantizan la permanencia y las transformaciones ocurridas en la dinámica del desarrollo humano de este segmento de la red urbana.

Palabras clave: Agronegocio; Indicadores Socioeconómicos; Red Urbana; MATOPIBA; Mesoregión Oriental de Tocantins y Mesoregión Extremo Oeste Baiano.

INTRODUÇÃO

O limiar de um novo ano gera expectativas diversas para quem deseja analisar mudanças e alterações políticas, econômicas, demográficas, ambientais, culturais e os efeitos sobre as condições de vida da população, dentre outras. Além disso, a iminência da divulgação pelo IBGE dos resultados do Censo Demográfico de 2022 e a necessária atualização de índices e indicadores conhecidos que se valem do Censo, acirra ainda mais o interesse de pesquisadores, instituições e da sociedade em geral para revelar a situação atual do País em diversos setores, apresentando assim a nova realidade.

Em todo o mundo, com a população combalida pelos efeitos da pandemia de *COVID-19* e buscando alternativas ou soluções aos problemas diversos que dela resultaram, analisar dados pretéritos sobre diferentes aspectos da vida socioeconômica da população, pode subsidiar a continuidade ou correção de percurso de pesquisas em andamento ou provocar a elaboração de estudos novos, com vistas a atualizar a situação do País em diversas frentes.

Por isso, este estudo aborda o movimento histórico de povoamento e formação da rede urbana da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano e analisa a existência de padrões espaciais na distribuição da população e de indicadores socioeconômicos considerando o período de 2000 e 2010. Neste recorte territorial, as mudanças recentes na base dos sistemas produtivos da agropecuária vem alterando, com profundidade os espaços urbanos e rurais bem como o modo de vida e da produção tradicional que caracteriza os lugares e as pessoas.

A nossa hipótese indaga se a ocorrência de alta renda ou de melhores indicadores de desenvolvimento humano tem relações diretas com a concentração da população nos municípios? Além disso, a espacialização comparativa dos indicadores pode revelar padrões espaciais nas relações de vizinhança entre os municípios?

Espera-se que os resultados alcançados possam explicar parte das desigualdades socioeconômicas da região no período selecionado motivando outros estudos comparativos atualizados pelos dados do Censo Demográfico de 2022, ainda em andamento. Além disso, será importante subsídio para implementação de políticas públicas mais adequadas na mitigação das desigualdades regionais ou até mesmo corrigir aquelas já existentes, mas com entraves ou outros impedimentos na sua execução.

Portanto, a revisão bibliográfica realizada aqui indicou a necessidade de rever o movimento de ocupação e povoamento que originou esse seguimento da rede urbana e os desdobramentos recentes ocasionados pelo agronegócio na reestruturação da produção agropecuária da região. Por conseguinte, o levantamento de dados secundários será o suporte à elaboração de documentos cartográficos e tabelas explicativos dos temas abordados na pesquisa. Importa destacar que o Mapa 1 e o Quadro 1 devem ser utilizados como índice na análise dos mapas subsequentes ao longo do texto.

Iniciado por esta introdução, o texto segue com o esforço de caracterização do movimento histórico de ocupação e povoamento da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano no Matopiba brasileiro e estruturação da rede urbana, seguido das considerações sobre o MATOPIBA, o agronegócio globalizado, a reestruturação produtiva da agropecuária, e formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Em seguida, as considerações sobre índices e indicadores populacionais e socioeconômicos no Brasil. O tópico seguinte trata dos procedimentos metodológicos seguido pelo tópico com apresentação e discussão de resultados, algumas considerações para finalmente apresentar as referências utilizadas.

O movimento de ocupação e povoamento e estruturação da rede urbana da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Durante todo o século XIX e até a primeira metade do século XX neste recorte territorial conforme persistia a distribuição difusa de uma miríade de incipientes núcleos urbanos indiferenciados funcionalmente e desarticulados entre si.

Neste sentido, em 1610, “La Blanquartier penetra no Rio Tocantins e explora-o pelo menos até a cachoeira de Itaboca (PA)” marcando o grande obstáculo e divisor entre o curso inferior do Tocantins, facilmente navegável, e o seu curso médio (VELHO, 2009, p. 11). Portanto, até a primeira metade do século XVII o interflúvio Araguaia-Tocantins marca o processo histórico de povoamento descrito por SCHWARTZ e LOCKART (2002), apud SANTOS (2008, p. 66), pois, nesta ocasião, a confluência desses rios representava o vínculo mais forte estabelecido no sentido sul-norte nesta porção do território colonial.

Para Velho (2009, p. 13), ao final do Século XVIII o Rio Tocantins era todo conhecido e havia sinais da exploração das minas na área das cabeceiras que, por volta de 1722 levou à fundação de São Félix (Chapada da Natividade). Com a abertura de caminhos para circulação e controle do ouro e abastecimento dos moradores da região emerge São José do Duro (Dianópolis) antigo aldeamento indígena e Porto Real (Porto Nacional) (BESSA, 2015, p. 10). Ainda no século XVIII, Ajara et al (1991, p. 7) apontam o núcleo de povoamento pioneiro de Peixe, às margens do rio Tocantins, que servia de passagem obrigatória de bandeiras oriundas do sul em busca de garimpos no norte goiano.

Por conseguinte, entre o final do século XVIII até o final do século XIX, esta região experimenta uma longa involução econômica marcada por formas de produção não capitalistas vinculadas ainda às formas de produção colonial (BESSA, 2015, p. 10).

As mudanças da situação de estagnação socioeconômica no território correspondente ao atual estado do Tocantins ocorrem de forma efetiva partir da década de 1960, com a abertura do sua principal artéria viária a Rodovia BR-153, também conhecida como Rodovia Belém-Brasília ou Transbrasiliana, que atravessa longitudinalmente o Estado.

A implantação da rodovia promoveu o deslocamento do eixo de circulação econômica da porção norte de Goiás, antes mediatizado pelo rio Tocantins; induziu a abertura de vias transversais a partir dela que redirecionaram e incentivaram os movimentos populacionais até então verificados no norte de Goiás. E, além disso, possibilitou a implantação e o crescimento de inúmeros núcleos urbanos fundamentando a estruturação da rede urbana no Tocantins (BECKER, 1979, p. 48:)

A presença da rodovia não provocou a imediata criação de novos eixos de ligação transversais, tampouco o aparecimento de novas cidades Mesorregião Oriental do Tocantins. Entretanto, afetou profundamente a dinâmica econômica e populacional daquelas cidades tradicionais existentes às margens do Rio Tocantins desde o ciclo da mineração.

Ademais, Foi após 1988, ano em que se tornou o 26º Estado da Federação, e mais fortemente a partir de 1991, que o traçado rodoviário pavimentado foi acrescido de pequenos trechos latitudinais ligando alguns municípios, [principalmente com a capital Palmas – TO-080 - e desta com a artéria central, BR-153] (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

Na Mesorregião Oriental do Tocantins, implantação da nova capital do Estado e do projeto de construção de sua centralidade urbana requereu a articulação de diferentes agentes sociais visando incorporar Palmas às principais áreas produtivas

do Estado. O desafio era portanto, integrar nesta região, em termos de circulação e perspectivas econômicas, os município das áreas com menor dinamismo, como a parte à leste do rio Tocantins e o sudeste tocantinense (BORGES, SOUZA, & PEREIRA, 2014, p. 62).

Neste sentido, é mister comentar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, especialmente o PRODECER III Piloto: 1995 – 2001, que acompanhou a tendência já presente nas fases anteriores de incorporar áreas em direção ao norte do cerrado brasileiro, onde se insere o município de Pedro Afonso e outros como polos de produção agropecuária, conferindo centralidade e diferenciação funcional às cidades sede de municípios como Porto Nacional, Dianópolis e Campos lindos, todos na Mesorregião Oriental do Tocantins (FRAGOSO e CARDOSO, 2022, p. 59).

Na região do atual Oeste Baiano, sem qualquer sinal de vida urbana durante parte do período colonial, principia seu processo de ocupação e povoamento no início do século XVI com a descoberta da foz do Rio São Francisco por André Gonçalves e Américo Vespúcio. Durante todo o século XVII sertanistas precursores instalaram currais pelas margens do Rio São Francisco e seus afluentes. Na segunda metade do século XVII, o governador geral do Brasil, Dom João de Lencastre, a mando da corte lusitana, iniciou o processo de ocupação e fundação de povoados ao longo dos percursos dos rios Preto, Grande e Corrente, tributários na margem esquerda do rio São Francisco (ALMEIDA, 1996), apud (DA SILVA SANTOS, 2016, p. 137).

A anexação da comarca de São Francisco à Província da Bahia no ano de 1827 ocasionou mudanças no padrão hierárquico dos pequenos núcleos de povoamento existentes, com alguns deles sendo elevados à condição de vilas. A partir de então, a oficialização da navegabilidade do Rio São Francisco pelo trecho partindo de Juazeiro na Bahia, até Januária em Minas Gerais a partir de meados do Século XIX, são elementos indutores de novas alterações no padrão dos núcleos urbanos na região, com posição de destaque de Barra e Carinhanha nas margens do Rio, irradiando uma nova dinâmica de circulação de bens e pessoas por todo o Oeste Baiano (DA SILVA SANTOS, 2016, P. 146).

A navegação no Rio Corrente iniciava na sua confluência com o rio São Francisco no sentido oeste para o porto de Santa Maria da Vitória. Já no Rio Grande, o percurso partia de Barra em direção à Vila de Campo Largo até a Vila de Barreiras, última estação, na época. Para esse autor, esta vila era considerada “animada, populosa e bem situada” por se localizar “próxima a centros de comércio de Goiás” (MACHADO, 2002, p. 314).

Principalmente a partir dos anos 1960 na Bahia, começa a intervenção sistemática do Governo Federal com a construção de rodovias importantes como a ligação de Barreiras com Salvador pela BR-242 e, posteriormente consolidando as ligações com Luiz Eduardo Magalhães chegando até o sudeste do Tocantins. A ligação de Barreiras com Brasília foi incrementada com a rodovia federal BR-135, construída desde meados da década de 1950 em condições rústicas, mas possibilitando prolongamentos consideráveis de Barreiras com o Piauí, com Santa Maria da Vitória e dali com a região norte de Minas Gerais. Sem negligenciar a BR-349 ligando centros como Santa Maria da Vitória, Correntina e Bom Jesus da Lapa, além da rodovia estadual BA-172, articulando os centros de Santa Maria da Vitória, Coribe e Cocos, bem como o trecho da BR-020 ligando os municípios de Riachão das Neves

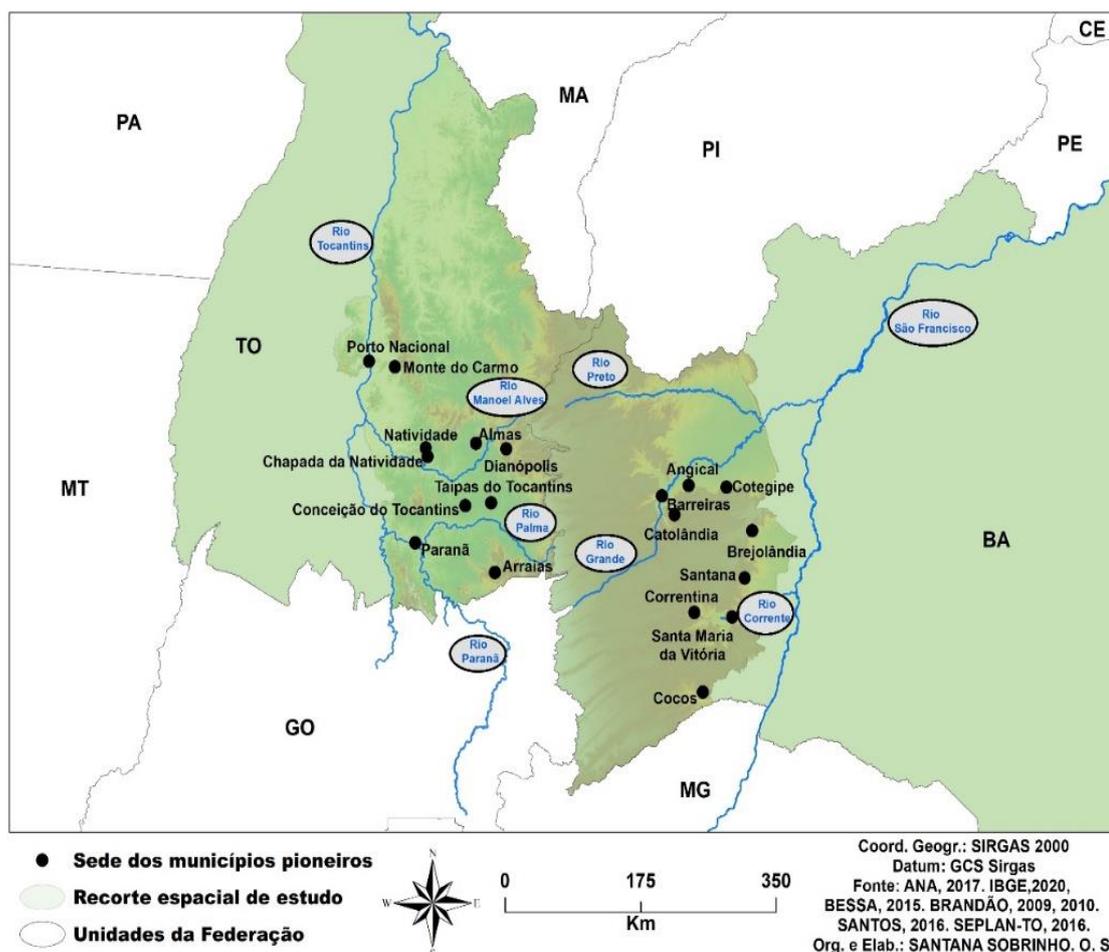
com Mansidão (POMPONET, s/d, p. 6; BRASIL, 2015 apud DA SILVA SANTOS, 2018, p. 37).

No contexto do oeste baiano, o papel de destaque de Barreiras na hierarquia urbana regional ganha relevo com a mudança da circulação fluvial para a rodoviária, de modo que esse centro passou a se conectar com as redes urbanas de Brasília, Goiânia e São Paulo (IBGE, 1972, apud DA SILVA SANTOS, 2018, p. 32. ALMEIDA, 1995).

Além disso, merece destaque outras criações urbanas oriundas na primeira metade do século XX que ganharam força de sede de município e emergiram fora do curso de circulação fluvial, diferentemente de suas predecessoras. São municípios que nascem das relações impostas pela reestruturação da agropecuária nos cerrados baianos, a exemplo de Mimoso do Oeste (atual Luís Eduardo Magalhães) (DA SILVA SANTOS, 2018, p. 41).

Não é por outra razão que o principal objetivo da “Figura 1” é representar a distribuição espacial dos núcleos de povoamento pioneiros e a presença dos grandes rios que condicionaram o movimento de ocupação e povoamento da região.

Figura 1. Mapa de localização do recorte espacial de estudo.



Fonte: IBGE, (2020).

O agronegócio, a reestruturação da agropecuária e a formação da região produtiva do MATOPIBA

Para Elias (2011) a reestruturação produtiva da agropecuária traz consigo a criação de demandas novas ligadas às atividades comerciais e de serviços especializados para atender à difusão do agronegócio. A expansão do setor de comércio e especialização dos serviços aparece fundamentalmente por meio da reorganização da produção material da economia agrária, com aumento da população e do consumo.

Neste sentido, os espaços urbanos e rurais próximos às áreas de difusão do agronegócio passam a ter novas funções inerentes às demandas desse, com o aparecimento das “casas de comércio de implementos agrícolas, sementes, grãos e fertilizantes;” os “centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica e de transportes de cargas”, dentre outros voltados ao agronegócio. Em que pese as transformações nos espaços rurais das RPAs, o crescimento da economia urbana revela que os “circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação” do agronegócio se realizam com expressão no espaço urbano (ELIAS, 2011, p. 159).

Ainda para a autora, o ambiente de atividades e de relações que motivam as alterações dos espaços pelo agronegócio evoluem para a consolidação das redes agroindustriais. São essas redes e seus agentes que assumem o comando das ações do agronegócio com interesse na criação de novas dinâmicas nos espaços que lhes são mais convenientes.

De partida, Pires (2011, p. 2) explica que as transformações ocorridas na agropecuária brasileira aparecem com efeito pela compreensão mais ampla daquilo que se consolidou como agronegócio a partir da segunda metade do século XX. Portanto, o termo “agronegócio” é de uso relativamente recente e guarda correspondência com a noção de agribusiness, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing. A partir de 1957 nos Estados Unidos, após realizarem a análise sistêmica das relações entre os problemas da agricultura e de outros setores da indústria e do comércio, esses economistas passaram a usar o termo Agribusiness para se referirem a esse fenômeno novo.

Por extensão, no Brasil, a noção de “agronegócio” ganha força de expressão em suas ações a partir dos anos 1960-1970 e se reafirma mais fortemente a partir da década 1990 para designar a agricultura moderna, executada nos moldes capitalistas. Entretanto, essa noção de “agronegócio” somente passa a ser usada no meio acadêmico para se contrapor ao conceito de “agricultura familiar”, expresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (PIRES, 2013, p. 2).

Por esta razão, o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio estabeleceu estreitas relações com a expansão dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006, p. 38-39), que fazem aparecer os novos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas.

Desse modo, a criação do Matopiba representa o esforço do Estado em favorecer os mercados via aparelhamento do território e, assim, viabilizar o plantio de soja nos espaços recém-abertos no território nacional, que até então compunham uma vasta

extensão de áreas territoriais de reserva. O caso em tela pode revelar a formação de RPAs conforme estudado por Elias (2011, p. 154) pois, envolve áreas importantes de quatro Estados onde a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é um dos processos que promovem a total remodelação do território e a reorganização de um novo sistema urbano e regional.

No interior desse novo recorte regional que concentra a alta produção de commodities agrícolas no Brasil, as cidades aparecem como receptáculo de rebatimentos contundentes no que tange à mudança das funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado e

[...] que correspondem aos recortes territoriais compostos tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos, escolhidos para receber os mais sólidos investimentos [públicos e privados] que formam os focos dinâmicos da economia agrária Elias (2011, p. 155).

Dessa maneira, formam-se as redes agroindustriais que comandam as ações do agronegócio e cujo principal interesse passa a ser a criação de novas dinâmicas nos espaços que lhes são mais convenientes. Por esta razão, incita a consolidação do No interior desse novo recorte regional que concentra a alta produção de commodities agrícolas no Brasil, as cidades aparecem como receptáculo de rebatimentos contundentes no que tange à mudança das funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado e

[...] que correspondem aos recortes territoriais compostos tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos, escolhidos para receber os mais sólidos investimentos [públicos e privados] que formam os focos dinâmicos da economia agrária Elias (2011, p. 155).

Dessa maneira, formam-se as redes agroindustriais que comandam as ações do agronegócio e cujo principal interesse passa a ser a criação de novas dinâmicas nos espaços que lhes são mais convenientes. Por esta razão, incita a consolidação do agronegócio globalizado como via de mão única, defendido pelas elites agrárias como principal condição para transformação positiva dos lugares.

O movimento histórico de incorporação do Cerrado na contemporaneidade da fronteira de recursos do País se manifesta na criação do Matopiba. Essa expressão designa uma “realidade geográfica” que recobre a totalidade do estado do Tocantins e parcialmente os estados do Maranhão, Piauí e Bahia e é caracterizada pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

Para estes autores, as mudanças no uso e ocupação das terras nessa região, se devem a mudanças no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento”. Para os autores, no Matopiba

[...] as pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

E, destacam ainda que a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010, produziu uma dinâmica nova devido à substituição

muito rápida das pastagens extensivas em campos e cerrados por uma agricultura mecanizadas e áreas de irrigação. E que também, transformou áreas urbanas vizinhas em polos de “desenvolvimento” que nesse caso parece mais apropriada a expressão “crescimento econômico”, pois afirmam que esse movimento se materializa com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (MIRANDA, MAGALHÃES e CARVALHO, 2014, p. 2).

Assim, a análise das desigualdades regionais que marcam e diferenciam grande parte do território não devem prescindir dos indicadores socioeconômicos já conhecidos e testados, pois são eles que possibilitam a implantação de políticas públicas mais adequadas a cada região. Além disso, o processo de expansão das liberdades humanas deve contemplar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas e para o ambiente oportunizando a cada indivíduo a plenitude do seu potencial.

Indicadores socioeconômicos e a realidade regional

Para Favareto (2019, p. 21), a ausência de estudos que mostrem as relações entre os impactos territoriais da expansão da fronteira agropecuária na região do MATOPIBA, tanto no campo quanto nas cidades e na vida das pessoas, considerando os indicadores socioeconômicos dos municípios da região, dificulta sobremaneira compreender “o que acontece com o emprego, a pobreza, a desigualdade, entre outras dimensões da vida local”.

Na opinião de Kayano e Caldas (2002, p. 2), os indicadores são instrumentos importantes para controle gestão e verificação e medição de eficiência e eficácia, por permitirem comparar situações entre localidades (espaços territoriais) ou entre períodos diferentes de um mesmo município. E são, por um lado, importantes “ferramentas gerenciais de gestão” para a administração pública; e por outro, um “instrumento fundamental” para a fiscalização, controle e acompanhamento da gestão pública por parte das organizações da sociedade civil.

Talvez por isso, a desestabilização social e econômica dos países após a Segunda Guerra Mundial motivou a elaboração de indicadores que mostrassem com clareza a situação das diferentes nações. Inicialmente foram elaborados indicadores voltados para as quantificações da vida econômica, fortemente ligados aos sistemas de contas nacionais e à mensuração dos agregados macroeconômicos (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 74).

Desse contexto, a partir da década de 1950 a universalização do PIB per capita emerge como indicador de desenvolvimento associado diretamente aos seguintes fatores: tratar-se de um dado disponível para a quase totalidade dos países; constituir-se numa variável de fácil entendimento; permitir comparabilidade factível; relacionar-se a dimensões geralmente reconhecidas como parte integrante do processo de desenvolvimento, tais como o crescimento econômico e a dinâmica demográfica Guimarães e Jannuzzi (2005, p 7).

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB per capita.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018)

[...] o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil engloba a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, que se desdobra em PIB e o PIB per capita. Considera também o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal. A análise possibilita comparar os aspectos econômicos de abrangência nacional, regional e municipal (IBGE, 2018).

O PIB per capita é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes de uma região ou município e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo se todos recebessem partes iguais (IPEA, 2021). Assim, a utilização do PIB e seus desdobramentos ajuda a compreender as relações macroeconômicas e também traçar o perfil econômico e setorial de cada município.

Para Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 7), ao longo do tempo, o PIB per capita demonstrou uma série de desvantagens dentre as quais destacam a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional que não capta outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde, meio ambiente etc.

Ainda para os autores, com progressivo desgaste do PIB per capita como único indicador para avaliar o nível de desenvolvimento socioeconômico, os mais diversos pesquisadores e organismos internacionais passaram a propor e testar outros indicadores substitutos.

Os dados censitários da população disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permitem compreender os movimentos populacionais ocorridos nos municípios de determinado recorte territorial em períodos específicos.

Isto é possível porque o Censo Demográfico realizado pelo IBGE,

Constitui a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos, tendo como unidade de coleta a pessoa residente, na data de referência, em domicílio do Território Nacional (IBGE, 2022).

Neste sentido é possível identificar a maior ou menor concentração da população entre os municípios para estabelecer outras relações possíveis quando comparada com a renda, acesso à saúde, educação, dentre outros.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país para além da simples relação entre a população e a renda econômica contida no PIB per capita.

Em seu escopo, o IDH preconiza que as pessoas não são consideradas “meios de produção” e sim “objetivos finais” do processo produtivo. Além disso, não devem ser inseridas como “beneficiárias do desenvolvimento” e sim agentes que participam do processo, deste modo o conceito de desenvolvimento suplanta a noção de “necessidades básicas” que se extingue com “provisão de bens básicos” ao indivíduo, interessando-se mais nas possibilidades individuais de escolha que são disponibilizadas a esses indivíduos (Mancero, 2001).

Para os autores, o principal equívoco está em minimizar ou desconsiderar a importância de eventuais avanços ou retrocessos nas condições de vida ou no desenvolvimento

humano da população de determinado município, quando essas transformações se realizam por outros meios e condições diferentes como os aspectos culturais, ambientais e políticos portanto, apartados das dimensões contempladas pelo IDH.

Ainda na visão de Cardoso (1998) citado por Kayano & Caldas (2001, p. 28), outro detalhe importante que se coloca para o IDH é que esse índice estabelece “padrões mínimos universais de qualidade de vida, válidos para todos os países e culturas”, desconsiderando, portanto, as particularidades regionais e certa relatividade dos hábitos de consumo e satisfação das pessoas. Em sociedades onde a divisão territorial e social do trabalho e a institucionalização das relações mercantis operam com fracas interações entre os lugares, a renda é um critério pouco efetivo para avaliar a produção e a circulação de bens e riquezas. Além disso, existem grupos sociais para os quais o acesso ao conhecimento se dá a partir de meios ligados à tradição ou transmissão oral, mais eficazes para lidar com as realidades locais do que a alfabetização.

Visando aperfeiçoar o IDH com adequações metodológicas para as peculiaridades locais e regionais do Brasil, a Fundação João Pinheiro (FJP) em Minas Gerais e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), desenvolveram estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros em 1996 dando origem ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Mesmo considerando as três dimensões do IDH global (Renda, Educação e Longevidade), os resultados do IDH-M não são comparáveis ainda que esses dois índices se refiram à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano pois,

[...] as principais adaptações foram feitas nos indicadores de Renda e de Educação, com o propósito de que os indicadores envolvidos refletissem, com mais precisão, o desenvolvimento humano da população efetivamente residente em cada município (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 80).

Com dados do Censo 2000 e recalculado para 1991, a nova versão do IDH-M 2000 acirra ainda mais alguns dos diversos problemas inerentes ao IDH nacional. Na dimensão renda, “o indicador da “renda familiar per capita média” foi substituído pela opção “renda municipal per capita” com forte abordagem econômica e, por esta razão, renega a família como a verdadeira unidade de consumo dos indivíduos dificultando reconhecer a diversidade das desigualdades na distribuição da renda. Portanto, fica comprometido também a aferição da proporção de pessoas e/ou famílias situadas abaixo de determinado nível de renda (proporção de famílias pobres ou indigentes, por exemplo), fundamental para o planejamento de programas voltados para maiores carências (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Na dimensão Longevidade, os autores já citados destacam ainda o problema de um único indicador (esperança de vida ao nascer) que é usado para avaliar condições de saúde e salubridade existentes no município. Para eles,

embora consagrado internacionalmente como um dos indicadores de desenvolvimento humano, a esperança de vida ao nascer, calculada a partir dos dados censitários, apresenta severas limitações quando se trata de unidades territoriais muito pequenas em termos populacionais – realidade de um expressivo número de municípios brasileiros [...] exatamente os mais pobres (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Na dimensão Educação, Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 81) se voltam para as sérias divergências ocasionadas pela substituição do indicador “número médio de anos de

estudo” (adotado no cálculo do IDH-M anterior) pela “taxa bruta de frequência à escola” (considerado para o IDH-M atual). Para os autores, o indicador “número médio de anos de estudo” capta a escolaridade média efetivamente alcançada pela população dos municípios até determinado período, mostrando distorções entre idade e série cursada e assim, possibilita avaliar as situações de avanços ou de estagnação da população nas diferentes etapas de ensino em determinado período de tempo. No caso da “taxa bruta de frequência à escola” os autores esclarecem que ela apenas revela a parcela de pessoas (independentemente da idade) com acesso à sala de aula, comparada com a população em idade escolar e portanto

[...] não permite a identificação daqueles que, em idade escolar, deveriam e não estão a frequentar qualquer estabelecimento de ensino, bem como não revela o grau de distorção entre idade e série cursada (indicador indireto da qualidade do ensino), só para citar dois balizadores fundamentais das políticas educacionais [...] [assim], esse indicador termina por alcançar elevadas proporções, superdimensionando a Educação e, conseqüentemente, o valor do IDH-M (GUIMARÃES E JANNUZZI, 2005, p. 81).

Mesmo após explicitar aspectos conflitantes no interior do IDH e do IDH-M, é relevante destacar a importância do uso desses indicadores quando o objetivo é identificar e comparar a formação de padrões espaciais socioeconômicos entre diferentes recortes territoriais.

A representação destes índices e indicadores considera que a desenvolvimento humano Muito Baixo são aqueles municípios classificados de 0,0 a 0,449, os municípios com índice Baixo de desenvolvimento humano estão entre 0,500 até 0,599, para a condição de Médio devem estar entre 0,600 e 0,699, já aqueles classificados com desenvolvimento humano Alto aparecem entre 0,700 e 0,799 e finalmente aqueles com desenvolvimento humano Muito Alto apresentam índice acima de 0,800 a 1,000 (ATLAS BRASIL, 2022).

Percurso metodológico

Inicialmente, realizou-se o rastreamento bibliográfico da ocupação, povoamento e formação da rede urbana do recorte territorial para em momento subsequente elaborar o levantamento e organização de dados secundários de fontes consistentes para dar suporte à elaboração de documentos cartográficos que ajudam a compreender, por exemplo, o relacionamento entre a distribuição da população e o IDHM e também desta com o PIB per capita. O objetivo é observar a existência de padrões entre a concentração da população e a ocorrência de bons indicadores ou seu contrário.

Os principais bancos de dados utilizados foram encontrados na página eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, sem perder de vista a contribuição dos estudos de Elias (2011) sobre as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs).

A análise comparativa dos municípios nos dois períodos selecionados (2000 e 2010) atende à necessidade de compreender momentos pretéritos da região oportunizando novas análises após disponibilizados pelo IBGE os dados atualizados do Censo Demográfico 2022.

Foram necessários procedimentos específicos no software privado ArcGIs versão 10.8, para alteração da técnica de “Quebras naturais” para o modo “Manual” possibilitando ajustes na classes de valores do IDH-M e seus desdobramentos.

Alguns resultados e discussões

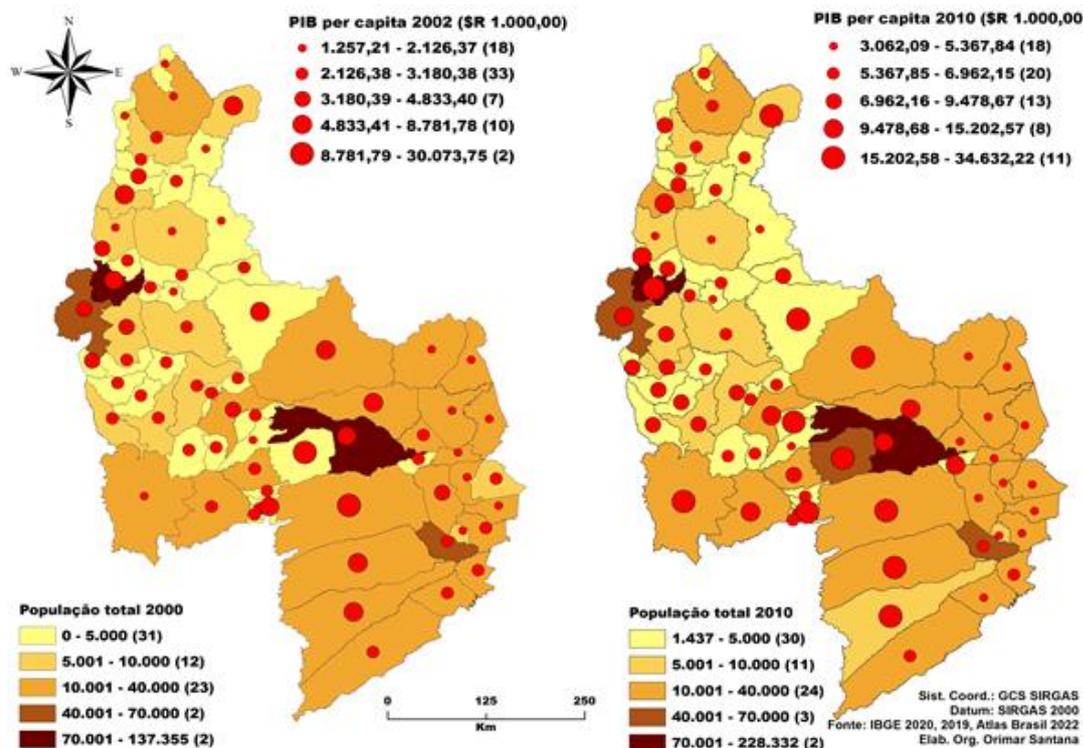
Com o fito de analisar diferentes aspectos dos municípios deste segmento de rede urbana, a “Figura 2” apresenta o porte demográfico e a distribuição espacial do PIB per capita dos municípios no período 2000/2010.

Do total de 70 municípios que compõem o recorte espacial desta pesquisa, na Mesorregião Oriental do Tocantins são 46 e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano 24 municípios. Em que pese esta constatação, pode-se inferir inexpressiva mobilidade nas mudanças do porte demográfico dos municípios no período analisado. No limiar máximo de 5.000 habitantes em 2000 com 31 municípios 29 estão em Tocantins e 2 na Bahia sendo importante destacar a ausência de dados populacionais em 2000 para Luiz Eduardo Magalhães que ainda estava ligado ao município de Barreiras e este chega a 2010 com expressivo aumento da população superior a 40.000 habitantes.

As mudanças pouco expressivas no aumento do porte demográfico dos municípios com população superior a 5.000 habitantes evidencia outra concentração significativa de municípios com população entre 10.001 e 40.000 habitantes, sem perder de vista que neste caso são apenas 5 localizados no Tocantins e 18 na Bahia. A partir deste limiar em ambos os períodos analisados observa-se certo emparelhamento dos municípios mais populosos sendo que no porte demográfico de até 70.000 habitantes não se pode ignorar o município de Santa Maria da Vitória entre 2000 e 2010 alçando este patamar. O grande destaque no porte demográfico regional permanece como Barreiras na Bahia e a capital do Tocantins Palmas. Além disso, a compartimentação do território é mais evidente no Tocantins com número maior de municípios pouco densos organizados em menor tamanho de área territorial.

Os aspectos econômicos captados pelo PIB per capita 2002 e 2010 do recorte espacial analisado realçam evidências intermunicipais nos valores do PIB per capita. Enquanto na primeira classe de ambos os períodos não há mudanças no número de municípios o mesmo não se pode dizer do maior valor do PIB per capita que passa de R\$ 2.126,37 em 2002 para R\$ 5.367,84 em 2010, representando aumento de 252% em aproximadamente uma década. Além disso, fica evidente nos municípios com maior tamanho de área territorial do lado baiano a concentração de população superior a 40.000 habitantes e maior PIB per capita com valores superiores a R\$ 34.000,00 em 2010. Diferentemente do Tocantins com maior quantitativo de municípios, mas a grande maioria com menor área territorial, preponderância da população abaixo de 5.000 habitantes e apenas a capital Palmas com PIB per capita superior a R\$ 34.000,00 no final do período analisado.

Figura 2. Distribuição da população 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010 nos municípios



Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

O objetivo central da “Figura 3” é suscitar simultaneamente a análise econômica dos municípios considerando o PIB per capita 2002 e 2010 e as condições de desenvolvimento humano a partir do IDH-M 2000 e 2010.

De partida, destaca-se as mudanças consideráveis ocorridas no valor do PIB per capita e na mobilidade interclasse dos municípios no período analisado. Na primeira classe com 18 municípios em ambos os períodos o extraordinário aumento do PIB per capita que foi de 252% de 2002 para 2010 se arrefece na classe seguinte. Assim, na segunda classe com 33 municípios em 2002 ocorre redução para 20 municípios em 2010 e além disso, o aumento no valor do PIB per capita foi de somente 218%. É relevante destacar a grande mudança no número de municípios na terceira classe que passa de 7 em 2002 para 13 em 2010, sinalizando assim melhorias econômicas na renda da população. E ademais, na última classe, o aumento considerável do número de municípios de que passa de 2 em 2002 para 11 em 2010 foi contemplado com aumento menor no valor total do PIB per capita que foi 115%. Portanto, pode-se inferir que no período em tela houve considerável melhoria econômica para grande parte da população de um número maior de municípios, principalmente na Mesorregião Oriental do Tocantins com destaque para Campos Lindos, Lavandeira Mateiros, Novo Jardim, Palmas, Paranã e Pedro Afonso e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério (ver Mapa 1 e Quadro 1).

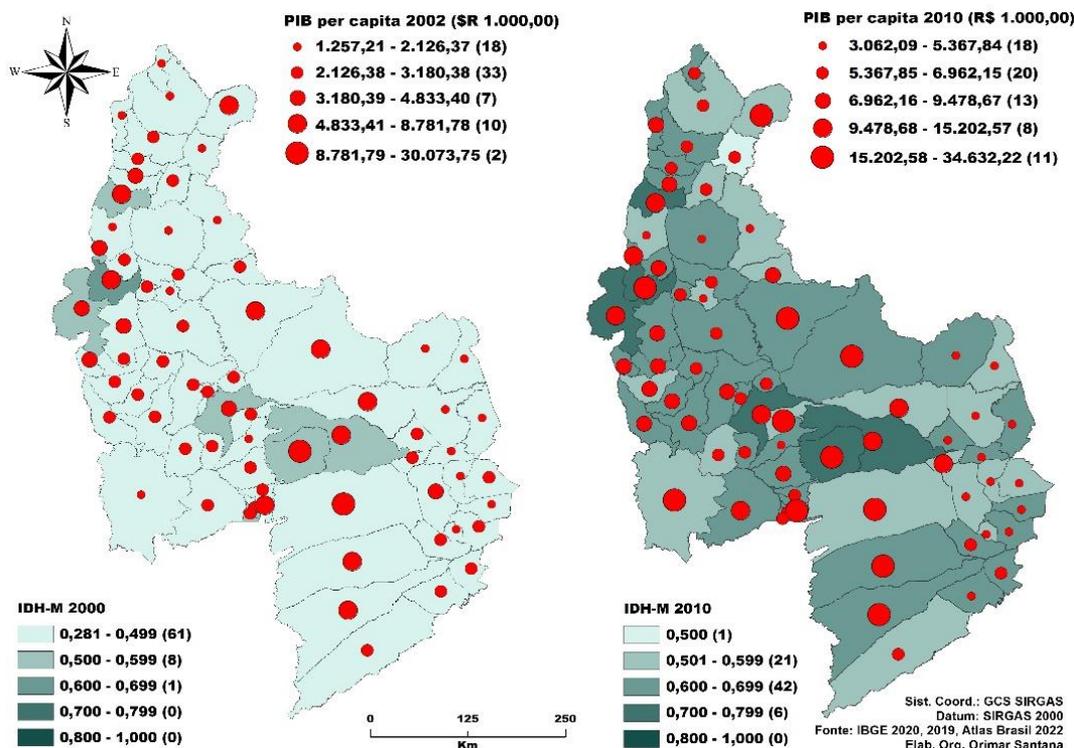
Igualmente significativas são as mudanças que ocorrem neste recorte territorial no período em tela quando observado o IDH-M. Parte-se do princípio que este índice tem como objetivo precípua considerar as pessoas não como “meios de produção” e sim “objetivos finais” do processo produtivo e que também não devem ser inseridas

como “beneficiárias do desenvolvimento” e sim agentes que participam do processo visando melhorar sua capacidade de almejar reais possibilidades individuais de escolha nos lugares onde residem. Neste sentido, em que pese as mudanças na distribuição dos valores do PIB per capita e a considerável mobilidade dos municípios nas classes dos valores entre 2002 e 2010, em relação ao IDH-M um número expressivo de municípios (61) encontram-se agrupados em patamares abaixo de 0,499 portanto, com IDH-M Muito Baixo em 2000. Ademais, são oito municípios que ainda são classificados com IDH-M Baixo. Na Mesorregião Oriental do Tocantins observa-se o papel de comando da rede urbana com apenas a capital Palmas no patamar de município com IDH-M Médio.

Na passagem para o período subsequente, 2010, ocorrem mudanças consideráveis com a queda no número de municípios com IDH-M Baixo que passa de para apenas 1 entretanto, um número considerável de municípios (21) permanecem classificados com IDH-M Baixo. Não se pode ignorar neste período a máxima concentração de municípios (42) classificados com IDH-M Médio. Além disso há melhora significativa neste recorte territorial em 2010 com (6) municípios já alcançando a posição de IDH-M Alto e em sua maioria (6) localizados na Mesorregião Oriental do Tocantins e apenas (2) na Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Deste contexto pode-se inferir que após o aumento expressivo nos valores mais baixos do PIB per capita entre 2002 e 2010 na maioria dos municípios de pequeno porte populacional, essa nova realidade passa a interferir positivamente na capacidade econômica da população destes municípios. Além disso, ocorre modificações consideráveis na mobilidade dos municípios rumo ao almejado desenvolvimento humano ainda que a grande maioria esteja concentrada na posição de Médio IDH-M em 2010. Não é por outra razão a ocorrência de conjuntos de municípios formando contiguidades seja a partir do porte populacional, da posição em relação ao IDH-M e das novas possibilidades econômicas auferidas pelo PIB per capita.

Figura 3. Distribuição espacial do IDH-M 2000, 2010 e do PIB per capita 2002, 2010



Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

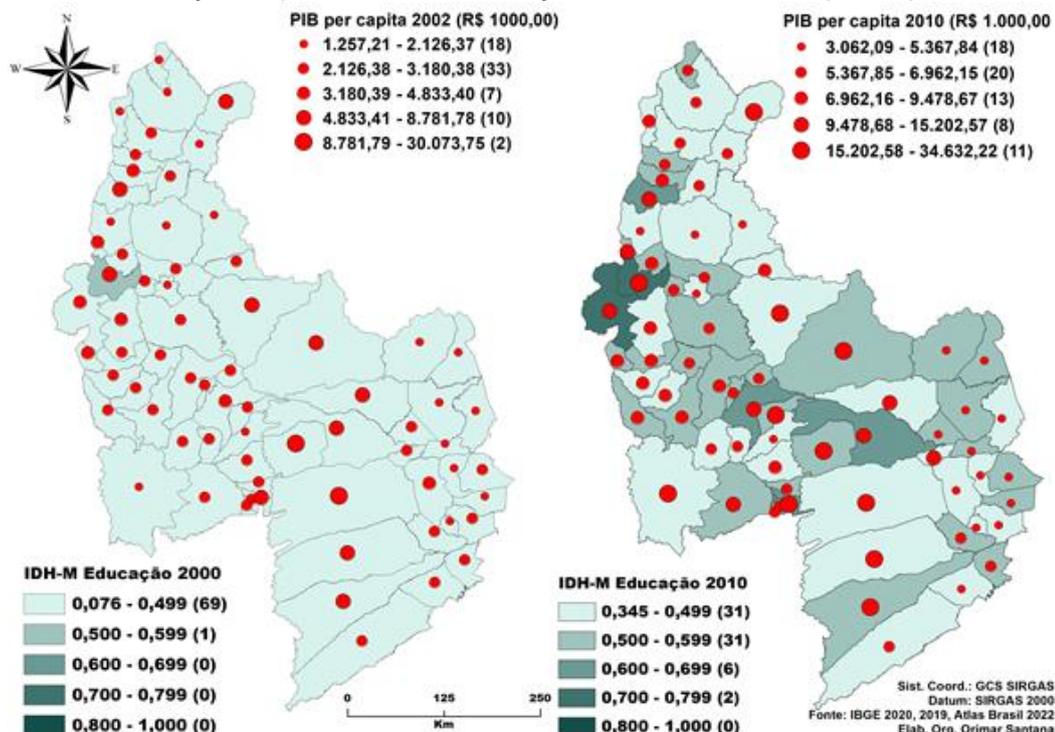
Após a elaboração IDH-M como versão municipal do IDH, reconheceu-se a necessidade de adequações na dimensão Educação. Dentre outras dificuldades, a taxa bruta de frequência à escola que é considerada na sua composição atual revela apenas a parcela de pessoas (independentemente da idade) com acesso à sala de aula, comparada com a população em idade escolar, mas não permite identificar distorções entre idade e série cursada ou a população em idade adequada e fora da escola. Portanto, a “Figura 4” possibilita analisar a representação de aspectos importantes do indicador educação presentes no IDH-M.

Neste sentido, destaca-se a máxima concentração de 61 municípios (98,5%) com IDH-M Educação Muito Baixo e apenas 1 com IDH-M Educação Baixo em 2000. No período subsequente, 2010, a tímida mobilidade no valor do IDH-M Educação dos municípios não arrefece a permanência de parcela expressiva de 31 municípios (44,2%) com IDH-M Educação Muito Baixo sendo a mesma realidade que se repete no quantitativo de municípios com IDH-M Educação Baixo. Nos extratos com maior valor há a ocorrência de somente 6 municípios com IDH-M Educação Médio e apenas 2 chegando ao patamar de IDH-M Educação Alto.

Conforme apontado em momento anterior, mesmo com o aumento considerável do PIB per capita que foi de 252% de 2002 para 2010 saindo do valor total de R\$ 2. 126,37 para R\$ 5.367,84 abrangendo 18 municípios no período, na segunda classe com 33 municípios em 2002 houve redução para 20 municípios em 2010 e além disso, o aumento no valor do PIB per capita foi de somente 218%. É relevante destacar a grande mudança no número de municípios na terceira classe que passa de 7 em 2002 para 13 em 2010, sinalizando assim melhorias econômicas na renda da população. E ademais, na última classe, o aumento considerável do número de municípios de que passa de 2 em 2002 para 11 em 2010 foi contemplado com aumento menor no valor

total do PIB per capita que foi 115%. Portanto, pode-se inferir que no período em tela houve considerável melhoria econômica para grande parte da população de um número maior de municípios principalmente na Mesorregião Oriental do Tocantins.

Figura 4. Distribuição espacial IDH-M Educação 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010



Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

Para analisar as condições da longevidades neste recorte territorial, se faz necessário destacar na Mesorregião Oriental do Tocantins a concentração de municípios com porte demográfico de até 5.000 habitantes conforme a “Tabela 1”.

Conforme argumentação precedente, a dimensão Longevidade utiliza o indicador (esperança de vida ao nascer) para avaliar condições de saúde e salubridade existentes no município e que, calculada a partir dos dados censitários, apresenta severas limitações quando se trata de unidades territoriais muito pequenas em termos populacionais evidenciando assim a situação do Tocantins ver (Figura 5).

Tabela 1. Porte Demográfico dos Municípios - 2000/2010

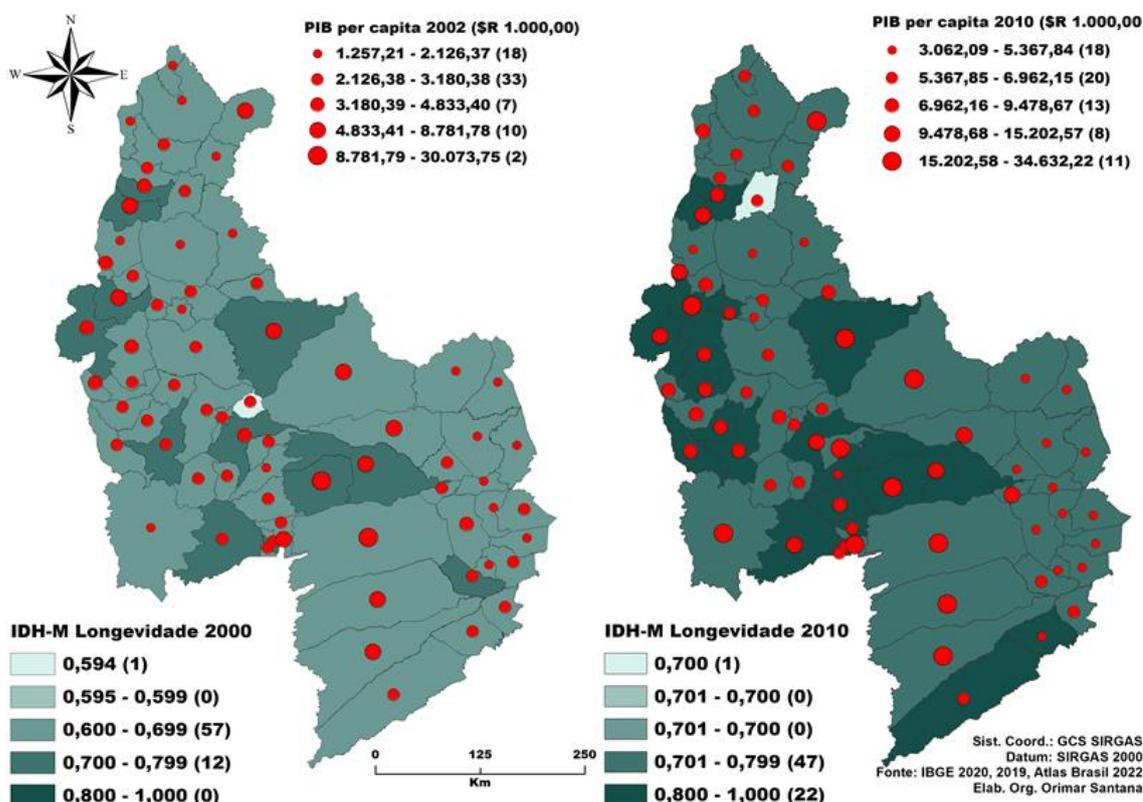
Porte Demográfico	Mesorregião Oriental Tocantins				Mesorregião Extremo Oeste Baiano			
	2000		2010		2000		2010	
	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total
Até 5.000 Habitantes	29	63,4	28	60,86	2	8,33	1	4,16
Entre 5.001 e 10.000	10	21,73	9	19,56	2	8,33	2	8,33
Entre 10.001 e 40.000	5	10,86	6	13,04	18	75,00	18	75,00
Entre 40.001 e 70.000	1	2,17	2	4,34	1	4,16	2	8,33
Acima de 70.000	1	2,17	1	2,17	1	4,16	1	4,16

Total	46	100	46	100	24	100	24	100
-------	----	-----	----	-----	----	-----	----	-----

Fonte: IBGE-Censo Demográfico (2000 e 2010).

Neste sentido, considerando que em 2000 a maioria absoluta dos municípios (81,4%) estavam na posição de IDH-M Longevidade Médio, em Tocantins, mais de 60% possuem menos até 5.000 habitantes portanto, o porte demográfico pode comprometer a comparação generalizada das condições de saúde e salubridade nos municípios. Entretanto, com as melhoras no indicador em 2010, pode-se inferir que a expressiva concentração de municípios com IDH-M Longevidade Alto indica melhores condições para grande maioria da população dos municípios pouco densos do Tocantins que são 27 para apenas 3 municípios baianos que possui porte demográfico bastante superior.

Figura 5. Distribuição espacial IDH-M Longevidade 2000, 2010 e PIB per capita 2002, 2010



Fonte: IBGE (2020 e 2016), Atlas Brasil (2022)

Considerações finais

O exposto corrobora nossa hipótese quando esclarece que o movimento pioneiro de ocupação e povoamento da região ocasionou a distribuição territorial difusa das pessoas e das atividades neste espaço, com desdobramentos na formação e organização dos embriões urbanos. Portanto, a ocorrência de alta renda ou de melhores indicadores de desenvolvimento humano pode ter relações diretas com a concentração da população, além de revelar padrões espaciais nas relações de vizinhança entre os municípios.

Neste sentido, as discrepâncias no porte demográfico entre as regiões se acentuam na medida em que 60% dos municípios tocantinenses ganham os contornos de um padrão geográfico de menor expressão populacional em relação ao extremo oeste baiano, e permanecem influenciando a distribuição espacial dos indicadores nos diferentes períodos analisados.

O aparente descompasso no aumento do PIB per capita em relação ao IDHM se evidencia com a permanência de grande número de municípios que não são contemplados pelos benefícios de valores mais expressivos do PIB per capita, essa constatação aponta para outros rebatimentos diretos na grande maioria também com IDH-M Muito Baixo em 2000. Além disso, o aumento do PIB per capita não causa melhorias nas condições do IDH-M Educação pois 99% dos municípios de todo recorte territorial figuram com IDH-m Educação Muito Baixo e as melhorias são pouco significativas em 2010.

A ideia de que valores mais altos do PIB per capita representam melhores condições de desenvolvimento humano não reverbera quando consideramos a situação representada na dimensão longevidade, saúde e salubridade dos municípios entre 2000 e 2010. Mesmo descontando particularidades dos dados e informações necessários para a construção do indicador, grande parte dos municípios tocantinenses apresentam melhores condições em relação aos municípios baianos, pois em 2000 já era maior o número de municípios tocantinenses com IDH-M Longevidade Médio com melhorias significativas pelo número daqueles que ascendem para IDH-M Longevidade Alto em 2010 no Tocantins.

Por fim, não se pode perder de vista a necessidade de permanentes atualizações dos dados em tela e possíveis inserções de novas informações que permitem analisar esta realidade regional.

Referências

AJARA, C; FIGUEIREDO, A. H de; BEZERRA, V. M. D. C; BARBOSA, J. G. O ESTADO DO TOCANTINS: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia** / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - v. 53, n. 4, p. 5 - 48, out./dez. 1991.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Saudade de Barreiras**: álbum de recordações. Barreiras: Gráfica Irmãos Ribeiro, 1996.

ATLAS BRASIL. 2022. Disponível em:<<http://www.atlasbrasil.org.br/>>

BECKER, B. K. Política regional e mobilidade populacional numa fronteira de recursos do Brasil. **Rev. Bras. Geogr.** | Rio de Janeiro | ano 41 | n.0 4 | p. 1-188 | out./dez. 1979.

Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1979_v41_n4.pdf>

BESSA, K. Periodização e Diferenciação Espacial no Segmento de Rede Urbana no Tocantins. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 9-27, 2015. Disponível em:<<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/3312>>

BORGES, R. T. SOUZA, P. A. B. de. PEREIRA, E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do

Tocantins entre 1990 a 2007. **Revista Interface**, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em:< <https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>

DA SILVA SANTOS. I. D. O papel das localidades centrais na rede urbana o oeste baiano: do declínio de Barra à ascensão de Barreiras (início do Século XX à década de 1980). **Caminhos de Geografia**. Uberlândia - mg v. 19, n. 65 março/2018 p. 29–42. Disponível em:< <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/36739>>

_____. A gênese do urbano no Oeste Baiano: os núcleos de povoamento e a rede de vilas no século XIX. **GeoTextos**, vol. 12, n. 1, julho 2016. I. Santos. 133-156. Disponível em:< <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15704/11199>>.

ELIAS. D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, N. 2/novembro 2011. Disponível em:< <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>>

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado**. Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, L, Pó, M, SEIFER, P, KLEEB, S. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019. Disponível em:<https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2019/05/2019_favareto_et_al_entre_chapadas_e_baixoes_do_matopiba_ebookcompleto.pdf>.

FRAGOSO, D, de B. e CARDOSO, E. A. **Expansão da Agricultura no Tocantins**. (In) Agricultura e mudanças do clima no Estado do Tocantins: vulnerabilidades, projeções e desenvolvimento [livro eletrônico] organização Erich Collicchio, Humberto Ribeiro da Rocha. -- Palmas, TO: Editora Universitária-EdUFT, 2022. 438 p. PDF. Disponível em:< <https://repositorio.uft.edu.br/handle.>>

GUIMARÃES. J. R. S. JANNUZZI. P. de M. IDH, INDICADORES SINTÉTICOS E SUAS APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS. UMA ANÁLISE CRÍTICA. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 7, núm. 1, mayo, 2005, pp. 73-90. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951699006>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Malhas Territoriais. Malha Municipal**, 2020. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 15/10/2022.

_____. **Censo Demográfico 2010, 2020**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>> Acesso em: 19/10/2022.

KAYANO. J. CALDAS. E. de L. Indicadores para o diálogo. GT Indicadores. **Plataforma Contrapartes Novib**. Texto de apoio da Oficina 2. São Paulo, 03 a 05

de junho de 2002. Disponível em:< <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Indicadores-para-o-Dialogo.pdf>>.

MACHADO, F. M. **Navegação do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MIRANDA, E. E. de. MAGALHÃES. L. A. e CARVALHO. C. A. de. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. **GRUPO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL ESTRATÉGICA (GITE)**. Nota 1. Técnica Campinas, SP. Maio, 2014.

PIRES, S. S., RODRIGUES, M. P., MESQUITA, B. A. de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2013. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em:<<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8>> Acesso em: 19/09/2018.

SANTOS, F. V. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do GrãoPará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. 440 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo. Disponível em:< <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SANTOS. C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura (outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017**. Publicado: 28-10-2016. Disponível em:<<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>>

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0

Seção 4. QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Livro: **Estudos agrários e urbanos do centro-norte do Tocantins**. Atena Editora
2023.

Link para acesso:< <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/estudos-agrarios-e-urbanos-do-centro-norte-do-tocantins>>

QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS
DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Orimar Souza Santana Sobrinho

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

<https://doi.org/10.22533/at.ed.00000000000>

CAPÍTULO 5

QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Data de aceite: 14/03/2023

Orimar Souza Santana Sobrinho

Universidade Federal do Tocantins
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na estrutura fundiária de um recorte espacial específico no interior do MATOPIBA brasileiro, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano. Nesta região, as transformações ocasionadas pela reestruturação da produção agropecuária vem alterando sobremaneira os espaços urbanos e rurais quase sempre em razão da modernização do modo de produção que prioriza a agricultura científica com melhoramento de sementes, correção do solo, produção de insumos e fertilizantes

e, também na pecuária, quando modifica o manejo dos rebanhos e altera a genética animal com rebatimentos na reprodução e adequação aos moldes do mercado consumidor globalizado.

É nossa hipótese geral que em alguns municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população. Diferentemente, a inexistências das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transnacional que realizam a instrumentalização do território.

Portanto, é nosso objetivo comparar

os dados do Censo Agropecuário de 2006 em relação ao Censo Agropecuário de 2017 para a Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no intuito de compreender a dinâmica no ordenamento territorial e na estrutura fundiária da região.

Precedido de revisão bibliográfica, os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do MATOPIBA.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa. Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

Este trabalho se divide em sete partes que dialogam a partir dessa introdução, em seguida aborda as condições e os meios para o aparecimento das regiões produtivas do agronegócio no Matopiba considerando, com prioridade, os estudos de Elias (2006, 2011), seguido da caracterização do próprio Matopiba e por conseguinte dos agentes sociais que podem participar nas transformações territoriais dessa região. Em seguida explicita-se os procedimentos metodológicos e apresenta-se os resultados e finalmente algumas considerações e as referências utilizadas na pesquisa.

Regiões produtivas do agronegócio no MATOPIBA

A partir da segunda metade do Século XX no Brasil, ganha destaque na produção agropecuária o uso de instrumentos e procedimentos técnicos mais sofisticados, visando intensificar e modernizar a estrutura produtiva no campo.

Os desdobramentos da modernização e reestruturação da produção agropecuária avançaram por diferentes lugares do território nacional em espaços considerados até então como reserva agrícola, sobretudo nas áreas de cerrado da região centro-oeste e mais recentemente nas regiões norte e nordeste do Brasil. Ademais, existe consenso na literatura que a reestruturação da produção agropecuária ocorre fundamentalmente via modernização dos meios de produção e subordinação do modo tradicional de produção, ocasionando o aprofundamento do processo de precarização das relações de trabalho tanto no campo quanto nas cidades.

Assim, o debate sobre a questão agrária no Brasil não deve prescindir do aparecimento do agronegócio como fenômeno indutor do processo de modernização das ações e dos meios, que vem transformando os espaços urbanos e rurais no território nacional.

Por esta razão, a partir de 1957 nos Estados Unidos, após realizarem a análise sistêmica das relações entre os problemas da agricultura e de outros setores da indústria e do comércio, os economistas Ray Goldberg e John H. Davis passaram a usar o termo *Agribusiness* para se referirem a esse fenômeno novo. No Brasil, a partir da década 1990, aparece o termo “agronegócio” para designar a agricultura moderna, executada nos moldes capitalistas com a produção sistematicamente integrada por uma rede produtiva incluindo “indústrias processadoras, produtoras de insumos e os demais serviços necessários à efetivação de uma agricultura de grande escala”. Entretanto, essa noção de agronegócio somente passa a ser usada no meio acadêmico para se contrapor ao conceito de “agricultura familiar”, expresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (Pires, 2011, p. 2).

Por extensão, o conceito de agronegócio aparece com expressão usual a partir dos anos 1960-1970 quando o Estado implementou um novo sistema de crédito rural e aumentou investimentos nas atividades de pesquisa para a agropecuária, visando principalmente a inserção rápida do Brasil no sistema capitalista mundial. Ato contínuo, uma fração das classes dominantes no campo detentoras de poderes políticos e econômicos, engendrou a noção de modernização da agropecuária brasileira considerando a necessidade de realizar a sustentabilidade ambiental, desenvolver fontes renováveis de produção de energia, solucionar a fome no mundo a partir da produção de alimentos com adoção dos transgênicos e demais biotecnologias, dentre outras, sempre acompanhada de outra afirmação historicamente construída de que o “Brasil é o celeiro do mundo” (Pires, 2011, p. 14).

Entretanto, o discurso afirmativo do agronegócio como panaceia para os males do campo é propalado unicamente pelas elites agrárias, ligadas aos processos hegemônicos de modernização da agricultura brasileira e inserção do país nos circuitos superiores do capitalismo. Para um campesinato formado em meio a “processos de escravidão, extermínio indígena, deslocamentos forçados,” grilagem de terras e conflitos de muitas outras ordens, a noção do agronegócio aparece sempre acompanhado de uma imagem sombria de exclusão, supressão de direitos e sob o comando e ameaças de cativo ao patrão, “expropriador da terra e da força de trabalho” (Porro; Mecasche; Neto, 2014, p. 22).

Em seus estudos sobre as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, Elias (2011) reflete sobre os profundos impactos na (re)organização do território brasileiro que resultam em novos arranjos territoriais e que a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Portanto,

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado [...], são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, [...]. Nas RPAs estão partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (Santos, 1988) de importantes *commodities*. Logo,

encontram-se sob o comando de grandes empresas, nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas, representando lugares funcionais dessas (Elias, 2011, p. 155).

O aparecimento de diferentes arranjos territoriais agrícolas tem suas especificidades centradas na produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, inicialmente abrangendo o oeste da Bahia e, posteriormente estendendo para o sul do Maranhão e para o sul do Piauí. Para Elias (2006),

Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônia pelas multinacionais Cargill e Bunge. A Bunge está instalada na cidade de Luís Eduardo Magalhães (BA) e no município de Uruçuí (PI), enquanto a primeira encontra-se no município de Barreiras (BA) Elias (2006, p. 41).

Nessa região, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem o incremento da economia urbana, induzindo nova dinâmica ao consumo produtivo e à distribuição espacial da população. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho agropecuário por meio das multinacionais do setor, atuam de maneira hegemônica na reestruturação da produção e do território com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária, fundamentalmente no mercado imobiliário de terras agricultáveis, ou seja, originando novas especializações territoriais produtivas e acentuando uma extensa gama de desigualdades socioespaciais.

MATOPIBA: caracterização do recorte espacial de análise

Por um lado, o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio estabeleceu estreitas relações com a expansão dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006, p. 38-39), que fazem aparecer os novos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas. Para o autor, os sistemas de objetos “condicionam a forma como se dão as ações” e essas se rearticulam para criar objetos novos ou remodelar objetos preexistentes, mais adequados ao seu funcionamento. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma por meio de um conjunto “indissociável, solidário e também contraditório,” de sistemas de objetos e sistemas de ações que devem ser considerados em seu conjunto.

Por outro lado, a criação e delimitação do Matopiba, ver Mapa 1, representa o esforço do Estado em favorecer os mercados via aparelhamento do território e, assim, viabilizar o plantio de soja nos espaços recém-abertos no território nacional, que até então compunham uma vasta extensão de áreas territoriais de reserva. Essa expressão designa uma “realidade geográfica” que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins, caracterizado pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p.2).

Portanto, Matopiba é uma delimitação territorial criada por meio de um acordo de cooperação técnica, assinado em 2014 por diferentes ministérios e agências federais, para delimitar uma área em potencial para a expansão agrícola em uma região frequentemente descrita pelo governo como “a última fronteira agrícola do mundo”. Por meio do DECRETO Nº 8.447, de 6 de maio de 2015, o governo federal criou a região especial do Matopiba e lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba, destinando ao desenvolvimento de atividades de agropecuária e mineração na região. A região do Matopiba faz parte do bioma do Cerrado (CPT, 2018 p. 22).

A equipe técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que elaborou a delimitação do Matopiba afirma que as alterações no uso e ocupação das terras nessa região, se devem a mudanças no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento”. Para os autores, no Matopiba

As pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

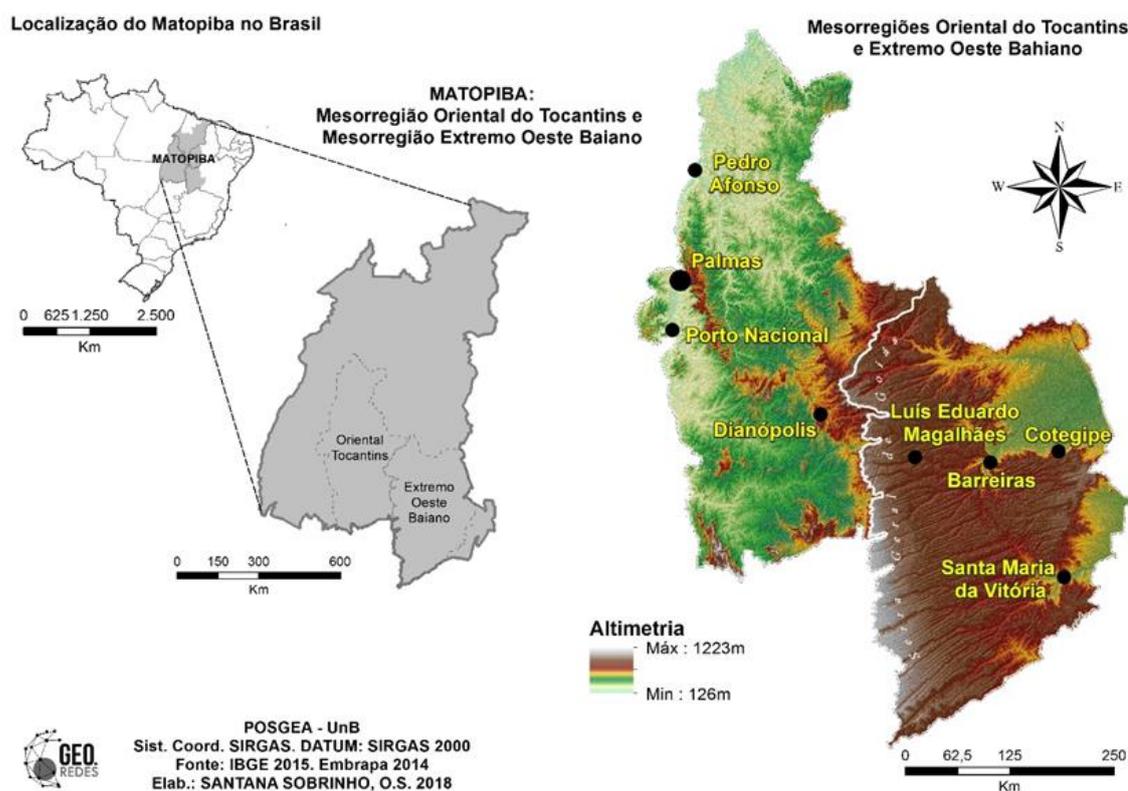
E, destacam ainda que a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010 produziu uma dinâmica nova, que transformou áreas urbanas em polos de “desenvolvimento”. Entretanto, nesse caso, parece mais apropriada a expressão “crescimento econômico” pois os autores afirmam que esse movimento se materializa com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

O caso em tela pode revelar a formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) conforme estudado por Elias (2011, p. 154) pois, envolve áreas importantes de quatro Estados onde a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é um dos processos que promovem a total remodelação do território e a reorganização de um novo sistema urbano e regional.

Em sua gênese, a reestruturação da produção agropecuária via modernização dos objetos técnicos na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano dá origem a um novo sistema de ações, imprescindíveis ao funcionamento desse movimento recente. Paralelamente, o consumo produtivo do agronegócio originou especializações territoriais cada vez mais expressivas nos espaços urbanos e rurais dessa região.

Nesse contexto, importa salientar que o Tocantins é novo, mas sua história é antiga e muitas vezes aparece opaca em relação ao Estado de Goiás do qual foi desmembrado. Sua criação e delimitação recentes, por meio da Constituição Federal de 1988 não apaga as marcas da ocupação circunstancial desse amplo território, assentada na descoberta de aluviões auríferos cuja exaustão induzia constantes mudanças para outros pontos onde aflorassem novas oportunidades de extração. Esta peculiaridade forjou o caráter descontínuo de seu povoamento, ajudado pelo trabalho missionário, que nessa ocasião também articulava a ocupação e o povoamento fundando aldeamentos indígenas, que muitas vezes evoluíram para formação de núcleos urbanos.

Figura 1: Mapa de localização da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano



Fonte: Elaboração própria.

Na Mesorregião Oriental do Tocantins, a exploração aurífera do Século XVIII foi sucedida pela pecuária extensiva e se fortaleceu como atividade que contribuiu

para as descontinuidades espaciais que se desdobram na rede urbana e na distribuição espacial da população. Ainda hoje, nessa região, persiste a dificuldade de acesso e a fragilidade do sistema viário pouco desenvolvido e até pouco tempo atrás servido por estradas quase sempre sem pavimentação. A rede urbana rarefeita e desarticulada dificulta a integração espacial onde a instalação da cidade de Palmas, capital do Estado foi preconizada pelas elites políticas e econômicas como um centro irradiador de modernidade e desenvolvimento, principalmente para essa região do Novo Estado. A mesorregião oriental do Tocantins é integrada por três microrregiões, a saber: Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis totalizando 46 municípios (IBGE, 1990a., p. 122).

Vis-à-vis, a frágil estrutura regional do extremo oeste baiano até os anos 1960 era caracterizada pelo IBGE (1990b) pela distribuição espacial da população com baixas densidades e grandes estabelecimentos rurais de pecuária extensiva com pequena produção agrícola de alimentos. As precárias condições da rede de energia, telecomunicações e viária aprofundava o isolamento da região.

Visando romper a situação pouco dinâmica dessa região o Estado aciona os instrumentos que realizam a ampliação da rede viária do país e inicia a construção da BR-242 (Barreiras- Salvador) que em Barreiras se conecta à BR-020 (Brasília-Fortaleza), rompendo o isolamento crônico dessa região. Ademais, os fluxos migratórios que para cá acorreram a partir da década de 1980 principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, somados àqueles oriundos de outras regiões do país induziram a modernização das práticas agrícolas e da pecuária, motivados pelas facilidades de aquisição de terras a baixo preço para o plantio de grãos, melhorias genéticas e no manejo dos rebanhos. A mesorregião Extremo Oeste baiano é composta por (IBGE, 1990b, p. 271-272. Haesbaert, 1997. p. 19).

Gestadas em processos diferenciados de ocupação e povoamento, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresentam visíveis contradições em seu contexto urbano e rural.

Agentes sociais, estrutura fundiária e soberania territorial

Existe razoável contribuição na literatura que caracteriza e tipifica os agentes modeladores do espaço e quase sempre são denominados “agentes sociais” que transformam e produzem o espaço urbano (Bahiana, 1978; Corrêa, 1989; Harvey, 1973; Vasconcelos, 1997). Entretanto, os agentes sociais “que fazem e refazem a cidade” caracterizados por Correa (1989) que são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos permitem compreender a natureza e as ações que parte desses agentes empreendem nos espaços urbanos e rurais do recorte espacial desta pesquisa. Dentre todos, merece destaque os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, como agentes ligados às transformações ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região de análise.

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem relação direta com a difusão da agricultura científica; melhoramento genético e manejo dos rebanhos; territorialização do capital no campo, via grandes empresas multinacionais que passam a dominar a produção, comercialização e o financiamento além de outros mecanismos do Mercado que materializam as ações e procedimentos relacionados ao “agronegócio”.

Neste sentido, para analisar as transformações mais recentes ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região em tela, importa destacar os agentes sociais caracterizados por Correa (1989). Para o autor os “agentes sociais são concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato”. Portanto, a ação desses agentes é complexa em razão da dinâmica de acumulação capitalista, às mudanças próprias de reprodução das relações de produção que fazem emergir os conflitos de classe. Ademais, as ações desses agentes se reproduzem

dentro de marcos legais e instrumentos jurídicos defensores do agente dominante, muitas vezes permitindo que haja transgressões em seus benefícios.

A concepção de (Correa, 1989, p. 16) se refere aos proprietários fundiários de terras da periferia urbana e que se interessam principalmente na obtenção de maior renda fundiária de suas propriedades “interessando-se em que essas tenham o uso que seja o mais remunerador possível”. Neste caso, atuam sempre na instância municipal exercendo pressão sobre a gestão na elaboração de marcos legais sobre o ordenamento e uso do solo urbano.

Quando trata da terra rural ou da estrutura fundiária de determinado lugar ou região, Elias (2011) destaca a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities* e também sobre o acirramento da privatização do acesso à terra e à água, dois dos fatores principais de produção para a agropecuária. O baixo preço da terra é um dos fatores atrativos das novas Regiões Produtivas Agrícolas. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço desta.

Portanto, o problema de conhecer e definir Regiões Produtivas Agrícolas na concepção de Elias (2011), implica em compreender onde se localizam e porque aparecem como são hoje; como evolui a realidade regional produtiva até então, considerando o conjunto das possibilidades e dos impedimentos acumulados no tempo histórico da região, que materializam como resultado de processos produtivos novos e, finalmente, os novos arranjos territoriais resultantes. Nesse sentido, para apreender a realidade das RPAs é importante reconhecer eixos norteadores dos procedimentos metodológicos indicados pela autora:

Eixo 1 - uso e ocupação do espaço agrário; Eixo 2 - ramos industriais representativos das redes agroindustriais; Eixo 3 - economia urbana; Eixo 4 - mercado de trabalho e dinâmica populacional; Eixo 5 - infraestrutura e equipamentos urbanos. (Elias, 2011, p. 164 com grifos nossos).

Assim, “os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos” indicados por Correa (1989), podem ser associados ao conteúdo do Eixo 1 e do Eixo 4 indicados por Elias (2011), que se refere respectivamente ao uso e ocupação do espaço agrário e ao mercado de trabalho e dinâmica populacional do recorte espacial analisado aqui.

Além disso, o estudo recente na região do Matopiba realizado para Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), mostra que

324 mil estabelecimentos agropecuários, em uma área de 34 milhões de hectares, 36% tinham área menor que 10 ha (área média de 2 ha) e ocupavam apenas 0,7% da área da região (246 mil hectares). [...] Por fim, 4% deles tinham mais de 500 há e ocupavam 63% da área. [...] O mesmo Censo mostra que pequenos e médios agricultores produzem por volta de 70% dos alimentos para os mercados internos (CPT, 2018, p. 24).

Importa destacar de acordo com o documento em tela que a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado brasileiro que começou na década de 1950 induziu permanentemente a especulação de terras na região e continuou, mesmo após o fim do boom das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial, devido à crise financeira de 2007/2008. Ademais, o documento informa que em um estudo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, mesmo em um contexto de queda dos preços no mercado internacional de commodities nos últimos anos, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras e a expropriação de camponeses. Com uma diferença cada vez maior entre o preço das commodities e o preço das terras, a terra tem sido, em muitos casos, um negócio mais lucrativo que a produção agropecuária.

Procedimentos metodológicos

Para Santos (1985, p. 75), pode-se afirmar que nas transformações do espaço, o Estado e o Mercado figuram como um “par dialético” formando “dois subsistemas”, que em conjunto possibilitam compreender os processos espaciais e os agentes que

operam sistematicamente o aparelhamento do território, transformando a vida das populações e as relações existentes entre as cidades de determinado lugar ou região. Por extensão, Santos (2006, p. 38) adverte que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”, que não devem ser considerados isoladamente, mas observando o tempo histórico em que transformam a realidade espacial dos lugares.

Os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do Matopiba.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa.

Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

Alguns resultados

Pelo exposto, pode-se inferir que o Estado e o Mercado realizam o aparelhamento do território por meio dos sistemas de objetos que condicionam o aparecimento das ações e, esse sistema de ações pode levar à criação de objetos novos ou realizar-se sobre objetos preexistentes. Desse contexto emerge um conjunto de forças e variáveis, que servem de ferramentas analíticas definidoras de situações, capazes de oferecer um caminho de interpretação para as transformações territoriais e suas implicações, tal como pretende-se examinar nas comparações entre a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

No que tange ao porte demográfico das cidades da tabela 1, merece destacar as visíveis diferenças entre as duas regiões no período analisado. Enquanto do lado tocantinense se dá a preponderância de municípios com população de até 5.000 habitantes (mais de 60% do total de 46 municípios), entre 2000/2010, observa-se transformações pouco expressivas nos limiares superiores entre os dois períodos analisados, sendo que do lado baiano a grande maioria dos municípios aparecem com população concentrada 10.000 e 40.000 habitantes.

Figura 2: Tabela do Porte Demográfico dos Municípios-2000/2010

Porte Demográfico	MESORREGIÃO ORIENTAL TOCANTINS				MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO			
	2000		2010		2000		2010	
	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total
Até 5.000 Habitantes	29	63,4	28	60,86	2	8,33	1	4,16
Entre 5.001 e 10.000	10	21,73	9	19,56	2	8,33	2	8,33
Entre 10.001 e 40.000	5	10,86	6	13,04	18	75,00	18	75,00
Entre 40.001 e 70.000	1	2,17	2	4,34	1	4,16	2	8,33
Acima de 70.000	1	2,17	1	2,17	1	4,16	1	4,16
Total	46	100	46	100	24	100	24	100,00

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Depreende-se, portanto, que cada uma das cidades sede desses municípios exerce influência considerável no seu entorno, possivelmente em razão da natureza e do alcance dos equipamentos que possui e dos bens e serviços centrais que oferece à população. Além disso, o expressivo volume populacional total sempre superior a 110.000 habitantes aparece em todas as microrregiões da Tabela 2. Entretanto, o maior destaque fica com a Microrregião de Barreiras, onde a cidade sede do município de mesmo nome assume o comando da rede urbana que é composta ainda por outros municípios de grande importância regional, como Luiz Eduardo Magalhães.

Vale destacar que diferentemente do Tocantins, com 46 municípios, na Mesorregião Extremo Oeste Baiano com apenas 24 municípios o significativo volume populacional distribui-se espacialmente diferenciado entre as áreas urbanas e rurais, com expressiva concentração de população nas áreas rurais dos municípios. Enquanto no Tocantins a taxa de urbanização entre 2000/2010 é de respectivamente 74 e 82%, na Bahia, essa taxa é de 53 e 61% no mesmo período.

Por esta razão, pode-se afirmar que na Bahia, no período analisado 2000/2010, o maior volume populacional concentrado nas áreas agrícolas parece ter contribuído para o suprimento e formação de mão-de-obra qualificada para as atividades da agropecuária moderna; concentração/distribuição de recursos financeiros, técnicos e operacionais; consolidação de instrumentos jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc., reunindo assim as condições bastante favoráveis ao aparecimento das Cidades do Agronegócio e a formação das Regiões Produtivas Agrícolas. Já na Mesorregião Oriental do Tocantins no mesmo período ocorre situação inversa com expressivo volume populacional concentrado nas áreas urbanas, e, apenas a Microrregião do Jalapão que ainda concentrava menor volume de população urbana em 2000, altera significativamente sua estrutura demográfica com mais da metade da população passando a residir na área urbana das sedes dos municípios no final do período analisado (2010).

Figura 3: Tocantins e Bahia: origem da população 2000/2010

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	2000				2010			
	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Taxa. Urb.(%)	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Taxa. Urb.(%)
MICRORREGIÕES DO TOCANTINS								
DIANÓPOLIS	112.172	67.463	44.709	60	118.110	84.081	34.029	71
JALAPÃO	62.310	27.359	34.951	44	71.925	40.737	31.188	57
P. NACIONAL	218.656	195.850	22.806	90	322.824	295.078	27.746	91
TOCANTINS	393.138	290.672	102.466	74	512.859	419.896	92.963	82
MICRORREGIÕES DA BAHIA								
BARREIRAS	206.331	146.126	60.205	71	286.118	216.095	70.023	76
COTEGIPE	110.839	40.517	70.322	37	114.824	47.795	67.029	42
S. M. da VITÓRIA	178.546	77.247	101.299	43	178.311	87.470	90.841	49
BAHIA	495.716	263.890	231.826	53	579.253	351.360	227.893	61

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Pelo exposto, a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresenta as condições ideais sobre a generalização da urbanização no território que era denominada por Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000, citado por Elias, 2007) de cidades do campo e que Elias (2007) atualizou para cidades do agronegócio, onde se materializa

as condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, por meio das redes agroindustriais.

No que tange à estrutura fundiária das regiões em tela e de acordo com a CPT (2018), mesmo após o fim do “boom” das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial devido à crise financeira de 2007/2008, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras, a expropriação de camponeses e a destruição do Cerrado. Além disso, várias empresas e agentes financeiros começaram a ver o preço da terra como um bem separado do produto e passaram a lucrar com a especulação. De acordo com este relatório, 19,000 km² de terras mudaram de mãos na região do Matopiba entre 2013 e 2015 destacando que empresas do agronegócio transnacionais começaram a atuar no mercado de terras por volta dos anos 2008 e 2009.

Algumas dessas empresas criaram filiais para tratar especificamente de negócios fundiários. Um exemplo é a empresa SLC (Schneider Logemann Company), cuja filial SLC Agrícola é um dos maiores produtores de soja no Brasil e sua filial SLC Land Co se tornou uma das grandes empresas no negócio de terras. A SLC controla quase meio milhão de hectares de terra no Brasil, sendo que 300.000 desses hectares são plantações de soja. Em 2015, a SLC gerou mais rendas com a compra e venda de propriedades agrícolas do que por meio de seus empreendimentos tradicionais com soja pela primeira vez.⁶² Outras empresas imobiliárias criadas recentemente não se envolvem mais com a produção agropecuária e se concentram exclusivamente na aquisição, venda, arrendamento e/ou gestão de terras (CPT, 2018 p. 26).

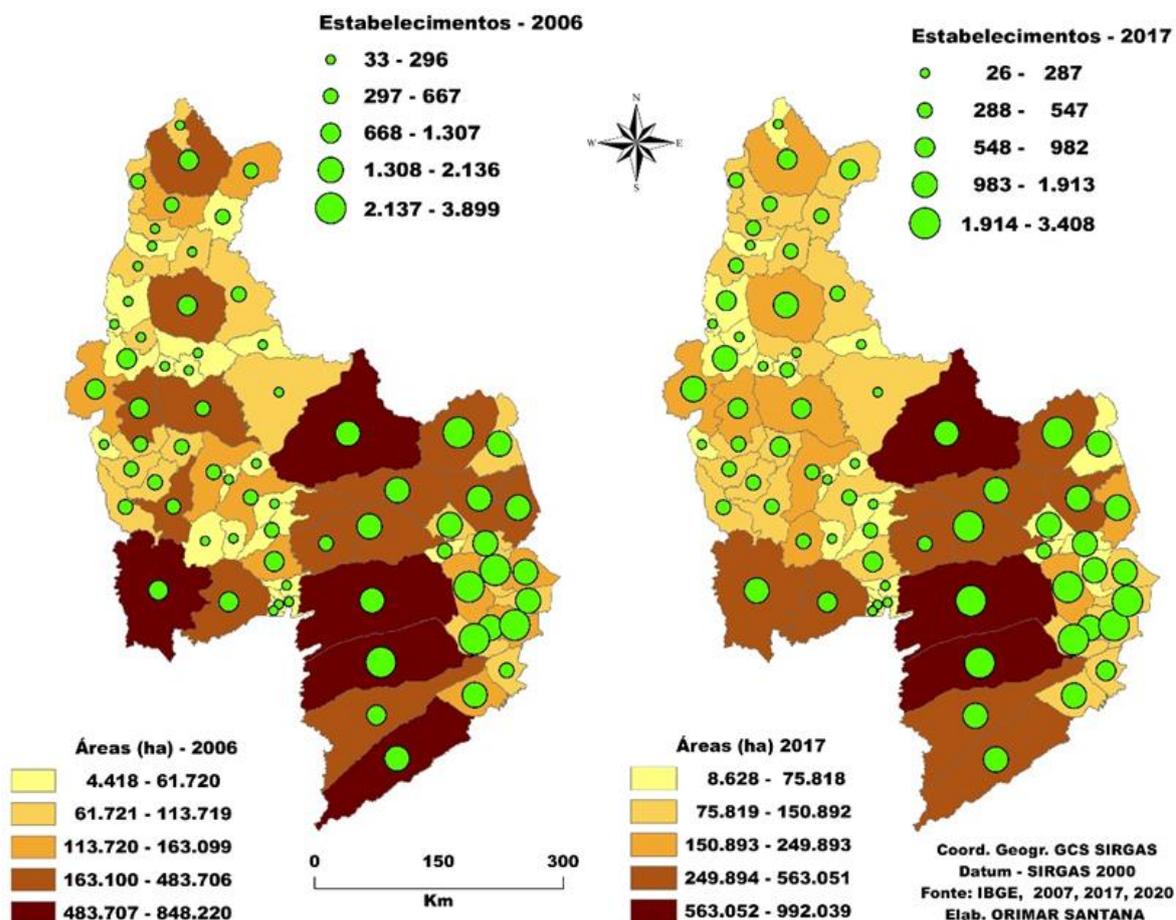
As transformações ocorridas na estrutura fundiária do recorte espacial tomado nesta pesquisa corrobora as afirmações do relatório da CPT (2018). Ver Mapa 2.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins predominava número expressivo daqueles com limiar inferior a 33 e superior de 667 estabelecimentos rurais, nesta mesma ocasião a área ocupada por estes estabelecimentos oscilava entre 4.418 e 113.719 hectares. Importa destacar um grupo de municípios em diferentes pontos da mesorregião,

figurando no intervalo entre 668 e 1.307 estabelecimentos agrícolas que apresentam peculiaridades a serem investigadas. Trata-se de Goiatins e Rio Sono mais ao norte com número de estabelecimentos e áreas equilibrados nos respectivos intervalos de classe, entretanto, a Capital Palmas com mesmo número de estabelecimentos apresenta-se no limiar mínimo dentre todos os intervalos de classe de áreas. O destaque para Ponte Alta do Tocantins na porção central da mesorregião se refere ao limiar entre 297 e 667 estabelecimentos rurais com área expressiva entre 163.100 e 483.706 hectares, bem como Paranã, Arraias e Taguatinga na borda sul/sudeste da mesorregião com mesmo padrão de número de estabelecimentos, no entanto, apresentam grande amplitude no que se refere aos limiar inferior de 113.720 e superior de 848.220 hectares de área dos estabelecimentos rurais. Vale ressaltar a posição superior de Paranã no que tange ao volume de área mais expressivo dentre os três considerados.

Na Mesorregião Extremo Oeste Baiano em 2006 a grande maioria dos municípios aparecem no limiar entre 1.308 e 3.899 estabelecimentos e área mínimo superior a 163.100 e máxima superior a 848.000 hectares. Há que destacar o caso do município de Luiz Eduardo Magalhães, desmembrado do município de Barreiras por meio do empenho de lideranças políticas e econômicas, aparece com número superior a 600 estabelecimentos agrícolas e área variando entre 163.100 e 483.706 hectares.

Figura 4: Mapa da distribuição Espacial das Áreas e dos Estabelecimentos Rurais na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano



Algumas considerações

A apropriação capitalista do Cerrado nas regiões analisadas aqui pode ser caracterizada como avanço da fronteira de produção em espaços de reserva agrícola com ações simultâneas do Estado e do Mercado pois, na concepção de Santos (1986, p. 55), esses agentes formam um par dialético onde o primeiro atua no aparelhamento do território ao recortar a delimitação do território para configuração do Matopiba e, por extensão, organizar e implantar as infraestruturas viárias com logísticas de acesso e as redes de energia e de comunicação postas na porta das instituições e das empresas, para que o segundo possa se apropriar do conteúdo técnico e assim consolidar a formação das redes agroindustriais.

Vis à vis, em grande parte dessa região, a atividade mineradora que iniciou o processo de ocupação e povoamento, sucedida pela pecuária extensiva em grandes áreas de pastagem e acompanhada por uma agricultura de subsistência, vê os conteúdos e as relações de pertencimento tecidas na solidariedade organizacional do modo tradicional de produção de toda região serem desmontadas pelos processos e relações hegemônicas do agronegócio globalizado considerando o pertencimento regional apregoado por Haesbaert (2010).

Nesse caso, é muito comum aparecer a completa transformação das relações tradicionais de produção com formação de áreas de carências e de necessidades, frente a outras de opulência e de privilégios, contribuindo assim para as desigualdades regionais que imperam na maioria das Regiões Produtivas Agrícolas caracterizadas por Elias (2007, 2011). Portanto, a agropecuária desponta como a base fundamental do processo de expansão da fronteira de produção nessas regiões, transformando toda a realidade urbana e regional, sobretudo a partir do início do Século XX.

Pelo exposto, ganha consistência nossa hipótese geral de que em alguns municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população, pois as alterações mostradas no Mapa 2 indicam a permanência dos processos que conduzem a produção agrícola moderna pois são pouco significativas as alterações no tamanho das áreas e no número de estabelecimentos no período analisado.

É muito provável que as ações dos agentes sociais que produzem e consomem o solo nas áreas rurais da região, o fazem por meio de articulações e implementação de objetos técnicos sofisticados e capazes de usufruir a máxima capacidade dos recursos naturais existentes e por isso, permanecem com grande produção intensificada no uso do solo sem aumento das áreas produtivas.

Diferentemente, a inexistência das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos

municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transacional que realizam a instrumentalização do território.

Por esta razão, talvez, o avanço da agricultura tecnificada mesmo se apropriando das áreas rurais nesta porção do espaço, ainda não implementaram sistemas produtivos que exigem ampliação de áreas para produção e por isso também aumento no número dos estabelecimentos.

Esta pesquisa não se esgota, pois é importante investigar os meios pelos quais a produção agrícola moderna vem se apropriando dos espaços urbanos e rurais da região.

Referências

BAHIANA, L. C. da C. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 43 n. 1 (1978), 123-131. Disponível em:<
[// www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/185](http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/185)>

CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: o caso do MATOPIBA: Brasil*. Publicado em Junho de 2018 pela FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em:< <http://fianbrasil.org.br/relatorio-sobre-o-matopiba-aponta-impactos-da-financeirizacao-de-terras/>> Acesso em: 25/09/2018.

CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Série Princípios; 174).

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 2011 13 (2), 153-167. Disponível em:
<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*. Presidente Prudente. Ano 9, nº. 8 pp. 29-51 Jan.-jun./2006. Disponível em:<
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>>

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21.ed. São Paulo: Loyola, 1973. p. 185-289.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293 P.:il.

IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 1. Região Norte.

IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990b. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 2. Região Nordeste.

IBGE. *Censo Agropecuário*. 2006, 2017. Disponível em:<
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>

MIRANDA, E. E. de; (Coord.). *Brasil em Relevo*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em:
<<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 29 Set. 2018.

MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. *Proposta de delimitação territorial do Matopiba*. Campinas: Embrapa; GITE, maio 2014. (Nota Técnica, n. 1). Disponível em: <<https://goo.gl/vBROXd>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PIRES, S. S., RODRIGUES, M. P., MESQUITA, B. A. de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. *Acta Científica XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2011*. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em:<<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8>> Acesso em: 19/09/2018.

PORRO, N. M. MENASCHE, R. NETO, J. S. Babaçu Livre e Queijo Serrano: Histórias de Resistência à Legalização da Violação a Conhecimentos Tradicionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 267-301, jan./jun. 2014. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/ha/a/vYCHScr5YsKNPPXYgTymT9h/?lang=pt>>

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.

5. CONCLUSÕES

É mister destacar resultados e observações da pesquisa realizada que podem subsidiar trabalhos futuros de diferentes autores e que tenham em seu escopo elementos comuns a esse tema.

De partida constata-se que o movimento empreendido por diferentes agentes sociais, ligados à produção agrícola e à propriedade da terra rural, que intensificou-se no Brasil a partir da segunda metade do Século XX é reconhecido por *reestruturação produtiva da agropecuária*.

É um fenômeno relativamente recente e se caracteriza sobremaneira pelos rebatimentos territoriais, sociais, dentre outros que alteram os sistemas produtivos tradicionais, modificam a organização espacial das atividades e muitas vezes impõem deslocamentos do eixo de circulação e transmissão dos fluxos materiais e imateriais.

Observa-se também que muitas das transformações impostas pela reestruturação produtiva da agropecuária se processam no campo, mas são implantadas nas cidades por meio das redes agroindustriais e que, em muitos casos, ocasionam transbordamentos relevantes no entorno urbano.

Ao avançar em direção a importantes áreas de reserva agrícola nos espaços do Cerrado e já se instalando a região Amazônica, a reestruturação produtiva da agropecuária se firma como processo irreversível de transformação dos espaços urbanos e rurais, do modo de produção e das relações da população com os lugares.

Por esta razão, alterações no funcionamento tradicional da produção agrícola da Mesorregião Oriental do Tocantins apresentam destacadas diferenças e pode ter relações com o modelo de ocupação pioneira. Na Mesorregião Extremo Oeste Baiano, a organização do espaço se deu com a formação de fazendas para criação de gado e por isso as contiguidades espaciais que se formaram induziram, por um lado, a criação dos núcleos urbanos que evoluíram para cidades e por outro lado o reconhecimento da realidade econômica presente nas fazendas de gado.

A velocidade das transformações originadas com a reestruturação produtiva da agropecuária modificou em profundidade toda a região. São alterações não somente na produção crescente de commodities agrícolas como na dinâmica das cidades que abrigam as instalação de equipamento e empresas modernas das redes agroindustriais do agronegócio.

Diferentemente, na Mesorregião Oriental do Tocantins, a mineração realizou a abertura do espaço por pouco tempo e foi sucedida pela pecuária extensiva por meio das frentes pioneiras em busca de melhores áreas de pastagem, a característica espaçada desse movimento contribuiu para a distribuição espacial difusa das atividades e das pessoas. Além disso, os núcleos urbanos rarefeitos e espacialmente desarticulados somente experimentaram transformações mais expressivas durante a construção do trecho da BR-153, Belém-Brasília. Entretanto, a longa involução socioeconômica da região somente se dinamiza com a divisão de Goiás e delimitação do Tocantins na porção norte aumentadas com a construção da capital Palmas.

Importa destacar que a pesquisa elabora um recorte territorial diferenciado composto pelo total de 70 municípios e desses 46 estão na Mesorregião Oriental do Tocantins e 24 na Mesorregião Extremo Oeste Baiano. Em que pese as diferenças na desigual distribuição mesorregional dos municípios, as ocorrências verificadas se diferenciam pelo conteúdo dos estudos realizados. Assim, ao analisar o porte demográfico em 2010 observa-se que do lado baiano com 24 municípios 17 possuem população com 40.000 habitantes e apenas 7 do lado tocantinense. Paralelamente, ao observar as classes de municípios com menor número de habitantes a grande maioria com até 5.000 habitantes estão no Tocantins (29) e apenas 1 na Bahia.

Para analisar o IDH-M foram necessários procedimentos específicos e ajustes nos métodos estatísticos para em seguida realizar a análise mais apropriada dos dados e sua correspondente representação. O objetivo visa capturar a realidade regional que se configura pelo IDH-M e de forma paralela as variações que este índice possibilita a partir do desmembramento de suas dimensões que são: Educação, Renda e Longevidade para todos os municípios no período 2002 e 2010. Destaca-se que a dimensão renda do IDH-M não foi considerada pois, em momento precedente da pesquisa, analisou-se o PIB per capita como indicador das condições de renda para a região.

Neste sentido, a situação pouco expressiva do IDH-M total em 2000 com 61 municípios apresentando IDH-M Muito Baixo se altera com pujança pois, em 2010 aparece apenas um município nessa categoria Muito Baixo IDH-M ocorrendo elevação sistemática de 21 municípios para a condição de Baixo IDH-M e 42 elevados ao patamar de IDH-M Médio.

Quando se considera a dimensão Educação do IDH-M desagregada para todos os municípios a situação requer cuidados na análise e também o olhar cuidadoso do poder público municipal. Pois, se em 2000 do total de 70 municípios 69 apresentavam IDH-M Educação Muito Baixo, na década seguinte ocorre situação pouco animadora já que 31

município ou 44,9% do total permanecem com IDH-M Educação Muito Baixo e igualmente, o mesmo contingente de municípios alcança o limiar imediatamente superior com IDH-M Educação Médio. O uso da variável visual cor para representar as variações do IDH-M causa impacto imediato no mapa que representa o IDH-M Longevidade. Conforme destacado no texto da pesquisa, mudanças nas variáveis que compõem o Indicador Longevidade alterou a inserção de dados populacionais dos municípios e assim, pode caracterizar situação de melhora ou avanço em municípios com população pequena e marcar a realidade de outros com maior tamanho populacional.

No que se refere aos aspectos quantitativos da produção agrícola e as alterações para ampliação e aumento das áreas produtivas durante as três últimas décadas, pode-se considerar pouco expressivos o aumento da produção e das áreas de plantio no Tocantins neste período. Entretanto, é bastante expressivo o aumento da produção em grande parte dos municípios baianos, sem contudo aumentar área de plantio o que pode indicar a intensificação da agricultura tecnificadas com uso de irrigação e outros insumos que possibilita o aumento da produção sem aumento das áreas de plantio.

O perfil agrário desta região e a estrutura fundiária analisados a partir dos dados do Censo Agropecuária de 2006 e 2017 apontam diferenças que merecem investigações sistemáticas para apontar as alterações e os rebatimentos que podem ocasionar nas relações intermunicipais da população.

Esta pesquisa não se esgota com os resultados apresentados, portanto, é importante destacar a necessidade de continuidade de estudos sobre o tema que possam aprofundar as análises a partir da atualização dos dados para subsidiar outras análises sobre a região.

Tendo em vista as permanentes alterações no ordenamento territorial, nas transformações urbanas e na vida das pessoas dessa região é importante renovar as observações considerando a diversidade de fenômenos que se manifestam nos municípios desse recorte territorial no interior do MATOPIBA brasileiro.

REFERÊNCIAS

BORGES. R. T. SOUZA. P. A. B. de. PEREIRA. E. Q. Expansão da malha rodoviária e antropização na área de influência direta das rodovias pavimentadas no Estado do Tocantins entre 1990 a 2007. Revista Interface, Edição nº 08, outubro de 2014 – p. 60-77. Disponível em:< <https://interface.org.br/edicoes/page/3/>>

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT. 2021. Disponível em:< <https://portal.antt.gov.br/ef-334-fiol-ii-e-fiol-iii> >. Acesso em 08 jun. 2022.

CASTILHO, D. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. 2014. 221 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia. ELIAS. D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 13, N. 2/novembro 2011. Disponível em:< <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>>

SANTOS. I. D. da S. O Papel das Localidades Centrais na Rede Urbana do Oeste Baiano: do declínio de barra à ascensão de barreiras (Início Do Século XX À Década De 1980). Caminhos de Geografia. Uberlândia - MG v. 19, n. 65 Março/2018 p. 29–42.

MATTEO, K. C. de, et al. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Inventário Socioeconômico. Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan). Palmas: Seplan, 2016.

MIRANDA, E. E. de. MAGALHÃES. L. A. e CARVALHO. C. A. de. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Nota 1. Técnica Campinas, SP. Maio, 2014. Disponível em:< <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1037313/proposta-de-delimitacao-territorial-do-matopiba>>

POMPONET, A. S. CAMINHOS PARA O OESTE: PERSPECTIVAS PARA A INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA. Disponível em:< <https://livros01.livrosgratis.com.br/ea000514.pdf>>

SANTOS, F. V. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do GrãoPará e Maranhão (1751-1780). 2008. 440 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de História, São Paulo. Disponível em:< <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072008-140850/publico/tde.pdf>>.

SANTOS. C. C. M. dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. Estudos Sociedade e Agricultura. (Outubro de 2016 a janeiro de 2017) v. 24 n. 2 out. 2016 a jan. 2017. Publicado: 28-10-2016. Disponível em:<<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/58>>

SCHWARTZ, S. e LOCKART, J. **A América Latina na época colonial.** Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **Geotextos, Salvador**, v. 5, n. 2, p. 147-157, dez. 2009. Disponível em:<
<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/issue/view/408>>